



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTO

PROTOCOLO Nº _____

APROVA AS CONTAS APRESENTADAS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO ALUSIVAS AO EXERCÍCIO

DE 1999.

DESPACHO: _____
_____ em _____ de 19 _____

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. **DEPUTADO MAURO FILHO** _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de **ORÇAMENTO , FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO** _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____ em _____ de 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

*Decreto registrado
Ch. 64.011
436*

SINOPSE

PROJETO Nº _____ de _____ de _____ de 19 _____

EMENTA. _____

AUTOR. _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa à sanção _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ 11-04-2000

PROCESSO 01300/2000-4

GABINETE DO GOVERNADOR

GABINETE DO GOVERNADOR

CONTAS GERAIS E DE GESTÃO DE 1999

CONTAS DE GESTÃO

FLUXO

[illegible]



**ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR**

**PROTOCOLO
RECEBI**

11 ABR 2000

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DO CEARÁ**



02132/00

OFÍCIO GG Nº 038/00

Fortaleza, 05 de abril de 2000.

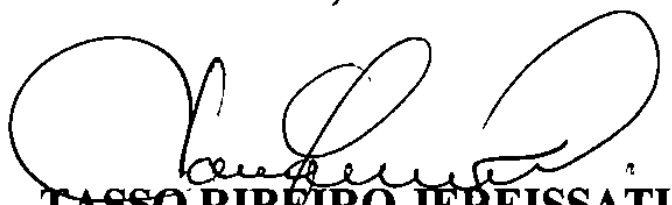
Senhor Presidente,

1º ofício.
Ao Departamento Legis -
10.04.00
Almircy Pinto
Chefe de Gabinete

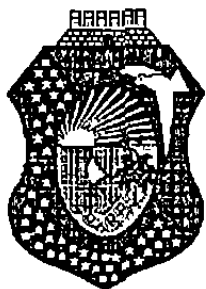
Nos termos do disposto no inciso XVI do artigo 88 da Constituição Estadual, cumpro o dever de encaminhar a V.Exa. a Prestação de Contas do Governo do Estado, alusiva ao exercício de 1999.

No ensejo, renovo a V.Exa. os protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


TASSO RIBEIRO JEREISSATI
Governador do Estado

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado JOSÉ WELLINGTON LANDIM
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Nesta.



ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO CG-Nº 0419/00

Fortaleza, 08 de junho de 2000

Senhor Presidente

De acordo com os preceitos constantes da Constituição estadual, encaminho a Vossa Excelência, por determinação do Senhor Governador, o Balanço Geral do Estado do Ceará, relativo ao exercício de 1999, com o Relatório Técnico e o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a fim de que possa ser apreciado por essa Assembléia Legislativa.

Atenciosamente,

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Chefe do Gabinete do Governador, em exercício

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado JOSÉ WELLINGTON LANDIM
Presidente da Assembléia Legislativa do estado do Ceará
NESTA/

BG/ps

Recebido
em 11/8/2000
Landim

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO 67 ORDINÁRIA

DESPACHO

☒ PUBLICAR-SE E INCLUIR-SE EM PAUTA

☐ INCLUIR-SE NA ORDEM DO DIA EM / /

☐ ENCAMINHE-SE AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

☐ ENCAMINHE-SE À COMISSÃO

☐ ENCAMINHE-SE AO AUTOR DA PROPOSTA

Em. 5/8/2000

ASSINATURA



**ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR**

OFÍCIO GG Nº 039/00

Fortaleza, 05 de abril de 2000.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. a Prestação de Contas do Governo do Estado, relativa ao ano de 1999.

O relatório que também segue anexo, elaborado pelos órgãos técnicos da Secretaria da Fazenda, demonstra uma visão global da gestão do exercício.

Aproveito o ensejo para reiterar a V.Exa. os meus protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

TASSO RIBEIRO JEREISSATI
Governador do Estado



Serviço de Portaria

11/04/2000

Nº do Protocolo

01300/2000-4

Ao

Excelentíssimo Senhor

TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Nesta.



**FOLHA DE DESPACHOS
DO PROCESSO Nº**

1300/2000

**ENCAMINHAMENTO À PRESIDÊNCIA
Encaminho à consideração do Exmo. Sr.
CONSELHEIRO PRESIDENTE**

Em 12/04/2000.

mae
SECRETÁRIA GERAL

DISTRIBUIÇÃO

**Distribuído por sorteio informatizado em Sessão
do dia 12/04/2000.**

AO EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR

	DR. COELHO DE ALBUQUERQUE		DR. LUCIANO BARREIRA
	DR. EPITÁCIO LUCENA		DR. SUETÔNIO MOTA
X	DR. JÚLIO REGO		DR. ALEXANDRE FIGUEIREDO

[Signature]
PRESIDENTE

**ENCAMINHAMENTO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR
A SECRETARIA GERAL, em diligência. Para que promova a
instrução da espécie**

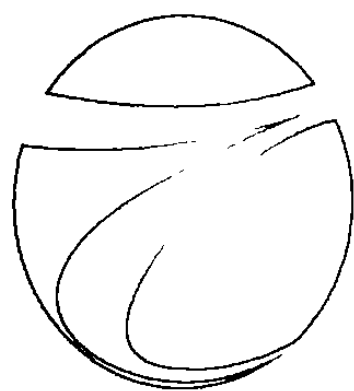
Em 17/04/2000.

[Signature]
CONSELHEIRO RELATOR

**ENCAMINHAMENTO À INSPETORIA
À 6ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO**

Em 17/04/2000

Ivana Suliman
SUBSECRETÁRIO



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ

*RELATÓRIO E
PARECER PRÉVIO*

*sobre as Contas do
Governador do Estado
do Ceará*

Exercício de 1999

Dr. Júlio Rêgo
Conselheiro Relator

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, EXERCÍCIO DE 1999.

JÚLIO RÊGO
Cons. Relator

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Conselheiros,

Excelentíssima Senhora Procuradora.

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Constituição Federal, que, em muito, prestigiou e ampliou as atribuições dos Tribunais de Contas, em capítulo próprio, exprimiu a sua competência, mediante os arts. 70 e 71, *verbis*:

“Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

“Art. 71 - O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o Auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:”

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.”

De sua vez, o art 76, inciso I, da nossa Carta Magna Estadual prescreve que, **verbis**:

“Compete ao Tribunal de Contas: apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento”.

As contas que ora se apreciam foram encaminhadas ao Tribunal de Contas pelo Excelentíssimo Governador Tasso Ribeiro Jereissati, dentro do prazo, mediante o Ofício Nº 039/00, datado de 05/04/2000, autuadas em 11/04/2000, sob o nº 01300/2000-4

Assim, pela primeira vez, cabe-nos a honrosa incumbência, atendendo ao disposto no Ato Regimental nº 06/70, de relatar, na forma prevista no artigo 42 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei nº 12.509/95), as **“Contas do Governo do Estado”**, prestadas anualmente pelo Governador, conforme dispõe o artigo 88, inciso XVI da Constituição do Estado.

Como sabemos, devemos fazê-lo emitindo um parecer, pois o julgamento caberá à Assembléia Legislativa. Esta prerrogativa é da Assembléia Legislativa: é competência exclusiva dela, nos termos, inequívocos, do artigo 49, item X, da nossa Constituição Estadual. A esta Corte cabe, nos termos do artigo 76, item I, acima indicado, apreciá-las. A Assembléia Legislativa, um dos três poderes do Estado - independentes, porém harmônicos entre si - compete, por força dessa sua intrínseca qualificação, julgá-las.

Não se diminuem contudo, as responsabilidades deste Colegiado. O Tribunal, por ser um órgão técnico, isento de atividades político-partidárias, fiscaliza, orienta, controla. Por sua independência e no exercício nobilitante de suas funções, não hesita em chamar à ordem os que tentam malbaratar os recursos públicos, traindo a confiança popular; nem tampouco se torna indiferente às falhas releváveis cometidas de forma involuntária ou compulsória, pelos retilíneos.

A responsabilidade que nos é delegada, consiste no exame da prestação de contas do exercício de 1999, objetivando contribuir para a transparência dos gastos e operações inerentes à gestão pública daquele exercício

Desejamos de público agradecer a contribuição de todos os membros e servidores deste Tribunal, destacando primordialmente a fidelidade funcional, o interesse e a competência técnica dos leais e eficientes servidores que compõem as doulas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Inspetorias de Controle Externo, a quem coube o exame das presentes Contas do Governo do Estado, consubstanciado na Instrução Técnica de fls 03 usque 197, que passa a fazer parte integrante do presente Relatório, o qual, na sua integridade, subscrevo, e para quem proponho a inserção na Ata dos Trabalhos de um voto de reconhecimento, pela dedicação e espírito público com que se houveram nesta árdua e nobre missão

2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1 - O ORÇAMENTO DO ESTADO E SUA EXECUÇÃO

Impossível é, obviamente, apresentar-lhes Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhora Procuradora, ponto por ponto do Relatório Técnico sobre as Contas do Governo, muito bem elaborado pelas Inspetorias de Controle Externo, já encaminhado a Vossas Excelências.

Contenta-nos em realçar pontos básicos - de modo a poder, afinal, encaminhar o Parecer Prévio

O Orçamento Geral (Lei nº 12.879, de 31/12/98) foi elaborado em conformidade com o disposto no Art. 203, § 3º, da Constituição Estadual, observadas as metas e prioridades da Administração Estadual constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 12.843, de 21/07/98) para 1999, compatibilizadas com o Plano Plurianual (Lei nº 12.498, de 30/10/95) que estabelece, para o quadriênio 1996 - 1999, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada

Atendendo ao preceito constitucional compreende os Orçamentos

- **Fiscal** (abrange os poderes estaduais, o Ministério Público, os fundos, as autarquias e as fundações, bem como as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado);

- **da Seguridade Social** (referente ao orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ele vinculados, da administração direta e indireta, incluindo os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Estado);

- **de Investimentos** (compreende somente as despesas de capital das empresas públicas e sociedades de economia mista).

A Receita Total foi estimada, a preço de janeiro de 1999, em **R\$ 4,17 bilhões**, com o seguinte desdobramento:

	(R\$)
1 - Receitas do Tesouro	
1.1 - Receitas Correntes	2,61 bilhões
2 - Receitas de Outras Fontes	
2.1 - Receitas Correntes	759,19 milhões
2.2 - Receitas de Capital	791,65 milhões
TOTAL	4,17 bilhões

A despesa total foi orçada no mesmo valor da receita total, ou seja, em **R\$ 4,17 bilhões**, conforme demonstração abaixo:

	(R\$)
Orçamento Fiscal	3,02 bilhões
Orçamento da Seguridade Social	959,12 milhões
Orçamento de Investimento das Empresas	189,56 milhões
TOTAL	4,17 bilhões

Na execução orçamentária, os recursos aplicados na região 22 (Estado do Ceará), alcançaram a quantia de **R\$ 4,44 bilhões**, representando **90,95 %** do total de **R\$ 4,88 bilhões** aplicados. "Esta região engloba indistintamente todas as outras regiões, e dado o expressivo valor aplicado nesta região, restou totalmente inviabilizado a verificação do cumprimento do art 210 da Constituição Estadual" (investimento no Interior com dotação nunca inferior a **50%** do valor global consignado para esse fim)

Há de se ressaltar, na oportunidade, que com referência às transferências de recursos às prefeituras, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, não foram observadas os pre-requisitos exigidos pelo art. 26 da Lei nº 12.843/98 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), quando se trata da contrapartida por parte dos Municípios.

2.1.1 - DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

As despesas destinadas à Administração Direta foram fixadas em **R\$ 2,29 bilhões**. Considerando as transferências à Administração Indireta as despesas alcançaram o montante de **R\$ 3,52 bilhões**.

Para melhor atender às necessidades do orçamento em execução, foi procedida alteração no plano inicial da ordem de **R\$ 2,09 bilhões**, mediante abertura de créditos adicionais, o que elevou a despesa autorizada, no final do exercício, para **R\$ 5,62 bilhões**.

Em relação a execução orçamentária, o Balanço Geral do Estado, apresentou uma previsão da ordem de **R\$ 4,51 bilhões**. Sua realização ao atingir **R\$ 5,02 bilhões**, proporcionou uma arrecadação a menor de **R\$ 509,71 milhões**, correspondente a **10%** da receita arrecadada. A arrecadação ultrapassou, nominalmente, a de 1998, em **R\$ 307,68 milhões**, ou seja, em **7,32%**, ao passo que, em termos reais decresceu em **3,31%**.

Na Categoria Econômica das Receitas Correntes acham-se agrupadas as Receitas Tributária, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes

Em relação a Receita Tributária, no exercício em apreço, atingiu a cifra de **R\$ 1,6 bilhão** participando o **ICMS** com **95,35%**, ou seja, **R\$ 1,53 bilhão**. Em atenção ao exercício de 1998, esta receita apresentou um decréscimo real de **1,98%**

Comparando a arrecadação do **ICMS** obtida em 1999 com a arrecadação de 1998, observa-se um crescimento de **2,35%**. Em termos reais o crescimento do **ICMS** no período de 1995/1999 foi de **15,55%**.

No que se refere a Receita Patrimonial, sua arrecadação alcançou o importe de **R\$ 223,31 milhões**, foi superior em **R\$ 41,09 milhões**, ou seja, em **22,55%** da previsão. Quanto à "Receitas de Valores Mobiliários", em referência ao exercício anterior, teve um aumento real de **46,74%**.

O Fundo de Participação dos Estados - **FPE** participou com **83,57%** da arrecadação da "Subcategoria Econômica Transferências Correntes", ou seja, com a quantia de **R\$ 887,37 milhões**. Em termos reais o **FPE** teve um decréscimo de **0,22%** e as Transferências Correntes, um decréscimo de **4,67%**. A arrecadação totalizou o montante de **R\$ 1,06 bilhão**

Já as Receitas de Capital apresentaram uma arrecadação do importe de **R\$ 1,79 bilhão** superior à previsão que somou a importância de **R\$ 1,18 bilhão**. Em relação a 1998, considerando-se a inflação verificada no período, teve um acréscimo de **3,18%**, registrando que esta Categoria Econômica teve como maior fonte de receita as Operações de Créditos que alcançaram o montante de **R\$ 1,21 bilhão**, e as Alienações de Bens que atingiram o valor de **R\$ 416,47 milhões**. Destaque-se os créditos obtidos junto ao Tesouro Nacional, para o processo de federalização do Banco do Estado do Ceará - BEC, num valor bruto de **R\$ 985,39 milhões**.

Dos dados extrai-se que, em termos reais, houve um acréscimo de **7,61%** em relação a 1998, no cômputo geral da arrecadação da receita. Foram destaques o **ICMS** e o **FPE**, com participação de **30,41%** e **17,68%**, respectivamente. Já as Receitas de capital contribuíram para a formação da arrecadação do Estado com a quantia de **R\$ 1,79 bilhão**, isto é, **35,78%**

A Despesa Orçamentária autorizada, de acordo com o Balanço Orçamentário, alcançou, no final do exercício de 1999, a quantia de **R\$ 5,62 bilhões**. A despesa realizada foi equivalente a **86,99%** da autorizada. Comparando-a com a realizada no exercício anterior, verificou-se um incremento nominal de **R\$ 1,43 bilhão** e, considerando-se a inflação do período, que foi de **1,11%**, observou-se um acréscimo real de **27,50%**; ressaltando-se que, no cômputo geral de sua realização, encontram-se as importâncias de **R\$ 159,79 milhões**, inerentes

a Restos a Pagar inscritos no exercício. Do valor empenhado, foram pagos R\$ 4,72 bilhões.

Quanto as Despesas Correntes, estas tiveram sua realização no total de R\$ 2,54 bilhões, correspondente a 52,02% da Despesa Orçamentária. As Despesas de Custeio somaram a importância de R\$ 976,69 milhões, o que significa um decréscimo nominal de 3,66%, em relação ao exercício passado.

No que se refere a Pessoal, aspectos especiais devem ser destacados, ante os comentários sobre a matéria, inseridos na peça instrutiva, às fls. 49/51, *ipsis litteris*.

“No item 2.1.2.1.1 do Relatório da Secretaria da Fazenda consta que os gastos com pessoal e encargos no exercício de 1999 atingiram a cifra de R\$ 1.305.121.329,75, correspondendo a 46,28% das Receitas Líquidas.

Dessa forma, o cálculo apresentado pela Secretaria da fazenda, como sendo de 46,28%, está dentro do limite permitido nos termos da Lei Complementar nº 86/99.

Realizando uma análise mais aprofundada da matéria, constatou-se que foram classificadas no elemento econômico 3131 - Remuneração de Serviços Pessoais - despesas com folhas de pagamento da Assembléia Legislativa (R\$ 16.930.100,60), com o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (R\$ 15.790.805,80) e com a Secretaria do Desenvolvimento Rural (R\$ 434,780,07), não computados no cálculo da SEFAZ.

Merece ressaltar que, no caso da Assembléia Legislativa, a importância mencionada refere-se a pagamento de serviço prestado por pessoa física de forma continuada. No caso do FUNDEF, refere-se a pagamento de professores temporários. E, no caso da Secretaria de desenvolvimento Rural, refere-se a pagamento de gratificação de produtividade. Tais despesas configuram como despesas de pessoal.”

Por certo, este fato será objeto de apreciação própria, mediante processos de tomadas de contas regulares dos Ordenadores de Despesa envolvidos.

Despesas de Capital compreendendo os gastos com Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital da ordem de 47,99% da despesa orçamentária, representam quase o dobro do que o Estado processou em 1998. Os referidos dispêndios sofreram um acréscimo, em termos reais, com relação a 1998, de 96,13%. O Estado aplicou em investimento o equivalente a 24,42% das receitas tributárias, já deduzidas das transferências constitucionais aos municípios, tendo

sido, portanto, cumprido o mandamento constitucional (Art. 205): um aspecto, também, altamente, positivo da Administração Estadual, que confirma uma política de investimentos indispensáveis ao soerguimento da nossa economia, com tendência a um permanente crescimento nos anos vindouros. Os dispêndios com Inversões Financeiras somaram **R\$ 201,62 milhões**, o que significa **8,60%**. Tratando-se de Transferências de Capital, esta subcategoria totalizou **R\$ 1,85 bilhão**, participando no total das Despesas de Capital com um percentual de **79,15%**. Merece destaque o título "Auxílio para Despesa de Capital", cujo valor foi de **R\$ 949,14 milhões** e as "Amortizações da Dívida Interna e Externa" que totalizaram **R\$ 612,02 milhões**.

2.1.1.1 - DOS BALANÇOS GERAIS (Orçamentário, Financeiro e Patrimonial)

Analisando o Balanço Orçamentário, no que concerne as Receitas Previstas e Arrecadadas, bem como as Despesas Autorizadas e Realizadas, vê-se que as mesmas apresentam diferenças entre elas. A Receita Prevista foi de **R\$ 4,51 bilhões**, enquanto sua execução foi de **R\$ 5,02 bilhões**, o que ocasionara uma arrecadação a maior de **R\$ 509,71 milhões**. A Despesa Fixada (créditos ordinários e suplementares mais créditos especiais), constante do Balanço Orçamentário, atingira o montante de **R\$ 5,62 bilhões**. Sua Realização foi de **R\$ 4,88 bilhões**, resultando uma diferença a maior de **R\$ 621, 14 mil**. Do confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Realizada surgiu o Resultado Orçamentário do exercício, demonstrado abaixo:

	(R\$)
RECEITA ARRECADADA	5,02 bilhões
DESPESA REALIZADA	4,88 bilhões
SUPERÁVIT	134,72 milhões

A Lei Orçamentária destinou recursos para 15, das 16 funções de governo existente, cabendo ao Poder Executivo a maior parcela, isto é, **62,79%**, de acordo com os resultados explicitados no quadro a seguir:

FUNÇÃO	VALOR (R\$)	PART.(%)
01- LEGISLATIVA	39,67 milhões	0,81
02- JUDICIÁRIA	127,15 milhões	2,60
03- ADM. E PLANEJAMENTO	2,63 bilhões	53,75
04- AGRICULTURA	62,27 milhões	1,28
05- COMUNICAÇÕES	3,48 milhões	0,07
06- DEF. NAC. E SEG. PÚBLICA	183,25 milhões	3,75

FUNÇÃO	VALOR (R\$)	PART.(%)
07- DESENV. REGIONAL	1,09 milhões	0,02
08- EDUCAÇÃO E CULTURA	609,08 milhões	12,47
09- ENERGIA E REC. MINERAIS	83,64 milhões	1,71
10- HABIT. E URBANIZAÇÃO	76,56 milhões	1,57
11- IND. E COMÉRCIO	264,75 milhões	5,42
12- SAÚDE E SANEAMENTO	102,25 milhões	2,09
13- TRABALHO	24,27 milhões	0,50
14- ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	488,46 milhões	10,00
15- TRANSPORTE	193,57 milhões	3,96
TOTAL	4,88 bilhões	100,00

De acordo com esse Quadro, as funções com dotações orçamentárias acrescidas em maior percentual foram Administração e Planejamento (**53,75%**), Educação e Cultura(**12,47%**) e Assistência e Previdência (**10,00%**). Nestas condições, a Administração e Planejamento, posiciona-se em 1º lugar na participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta. "O volume de recursos, relativamente ao exercício anterior, apresentou um incremento de **137,76%**" "Educação e Cultura, área social, posiciona-se em 2º lugar, com **12,47%** de participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta. Em relação ao ano de 1998, em valores reais, o volume de recursos teve um decréscimo de **8,11%**."

Em relação ao resultado financeiro do exercício em análise, este se apresentou superavitário. Apresentando uma receita de **R\$ 7,25 bilhões** e uma despesa de **R\$ 7,17 bilhões**, o Balanço Financeiro demonstrou um superávit financeiro de **R\$ 78,75 milhões**, o qual adicionado ao saldo anterior de **R\$ 6,77 milhões**, fora obtida a importância de **R\$ 85,51 milhões**, valor este registrado como saldo para o exercício seguinte. Aqui são demonstradas a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Quanto a Receita Extra-Orçamentárias, valores que dão entrada no caixa do setor público sem se enquadrarem nas categorias de receitas previstas no orçamento ou nas rendas típicas do Estado, somou **R\$ 2,23 bilhões**. Enquanto as Despesas inerentes às operações da mesma natureza, atingiram um montante de **R\$ 2,28 bilhões**.

O Balanço Patrimonial, ou seja, a posição das contas representativas de seus bens, direitos, compromissos assumidos com terceiro, realça um "**PASSIVO REAL A DESCORBERTO**", ou seja, um resultado negativo da ordem de **R\$ 640,79 milhões**.

2.1.2 - **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** (Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas PÚBLICAS e Sociedades de Economia Mista)

A Administração Indireta, no que concerne às Autarquias, Fundações e Fundos, de acordo com a Lei Orçamentária, teve sua despesa fixada em **R\$ 1,47 bilhão**. Considerando as transferências da Administração Direta, este montante importou em **R\$ 1,59 bilhão**.

Computadas as atualizações mensais, a estimativa de Receita eleva-se para **R\$ 1,72 bilhão** e a Despesa em **R\$ 1,91 bilhão**.

Com referência à abertura de Créditos Adicionais, no decorrer do exercício ora analisado, o orçamento inicial sofreu alterações de **R\$ 321,39 milhões**, o qual ensejou que a despesa fixada passasse para **R\$ 1,91 bilhão**.

Do confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, surgiu o resultado orçamentário do exercício, abaixo:

	(R\$)
RECEITA ARRECADADA	1,18 bilhão
DESPESA REALIZADA	1,17 bilhão
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	9,77 milhões

No que diz respeito ao Resultado Patrimonial, o Balanço indica um Ativo Real Líquido, ou seja, um resultado positivo da ordem de **R\$ 456,26 milhões**.

Quanto às Estatais do Estado (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), o orçamento de 1999 estimou um investimento da ordem de **R\$ 474,94 milhões**. Este valor que vem reduzindo-se sucessivamente nos últimos anos, teve uma diminuição de **16%** em relação ao ano anterior (1998), quando foi de **R\$ 788,68 milhões**. Se tomarmos como ano base o ano de 1995, esta queda chega a cerca de **76%**.

No exercício próximo passado, registraram-se acentuadas modificações na estrutura organizacional-administrativa do Estado, tais como a Federalização do Banco do Estado do Ceará - **BEC**, autorizado através da Lei nº 12.860, de 11/11/98 e a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros do Poder do Estado - **SUPSEC**, mediante a Lei Complementar nº 12, de 23/06/99, com vigência a partir de 28/06/99.

3 - **A ÊNFASE DAS AÇÕES DE GOVERNO**

Na sua ação político-administrativa, voltada, como deve ser, para as populações carentes - a despeito das dificuldades financeiras de todos conhecidos -, o Governo do Estado, em 1999, consoante o Balanço Geral analisado, obteve resultados significativos na área do Desenvolvimento Social, no esforço persistente em reduzir as desigualdades sociais, vejamos:

Educação e Cultura

Desenvolvida através da Secretaria da Educação Básica, com **89%** do total dos recursos, caracterizou-se pela continuidade das ações estratégicas adotadas no triênio 1995/1998, as quais geraram expressivos indicadores educacionais, bem como na garantia de consolidação da política educacional adotada neste período. Os dados ensejam um número bastante significativo em relação à matrículas: **1.663.550** no Ensino Fundamental e **197.564** no Ensino Médio. Quatro foram as ações desenvolvidas para que a evolução dos indicadores fosse alcançada: 1 - Instalação da Rede Única de Ensino Público, através da qual promoveu-se a matrícula automática, em processo único, resultando a marca histórica de 98% de cobertura educacional da população de 07 a 14 anos de idade, 2 - Aumento de escolarização da população ativa, através da manutenção das classes de aceleração, tanto para alunos do ensino fundamental, na faixa de 07 a 14, quanto para os acima de 14 anos; 3 - Projeto das garantias dos padrões básicos de funcionamento das escolas de ensino fundamental e médio, cujas ações resultaram: 78 escolas ampliadas, 25 reformadas/ampliadas e 27 quadras de esportes escolares construídas e 5 - a realização do 5º Levantamento ao Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica, que ampliou a sua amostra em comparação com o último levantamento ocorrido no Estado, em 1997, alcançando maior representatividade através do desenvolvimento de 112 Municípios, 346 escolas e 16 862 alunos." Ressalte-se que no ano de 1999, além da "Alfabetização Solidária", que teve como finalidade a alfabetização dos trabalhadores rurais dos municípios cearenses, resultando na alfabetização de 80.350 trabalhadores, com mobilização de 3 624 alfabetizadores, a Administração reduziu, através do "Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola", em 80% o número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 2 a 17 anos, nas ruas de Fortaleza.

Em relação ao **FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o Governo do Estado aplicou recursos no montante de **R\$ 183,58 milhões**, possibilitando assim a continuação das ações direcionadas ao ensino fundamental.

O Estado aplicou, no exercício em exame, **R\$ 636,82 milhões**, que corresponde a **29,10%** da receita líquida de impostos e transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal, em seu artigo 212, é de 25% da receita líquida de impostos, inclusive as transferências da União.

Emprego

O Governo do Estado, Governo Federal/MT e SEBRAE investiram **R\$ 769,8 mil**, em programas voltados para criar novas oportunidade de trabalho e renda para a população envolvida.

Ciência e Tecnologia

Todos os programas de capacitação da população foram continuados através dos Centros Vocacionais Tecnológicos, Centros de Educação Tecnológica do Ceará, das Universidades Públicas Estaduais, do FUNCAP e do NUTEC. Através dos CVT's, 36 267 treinados de diversas áreas, alcançando 1.516 cursos profissionalizações, beneficiando 68 Municípios. Não menos expressiva a atuação dos CENTEC's. PRODITEC e FUNCAP. O primeiro, 2 327 treinandos, sendo oferecidos 107 cursos profissionalizantes básicos, o segundo, 5.282 treinandos dos quais 65% em Fortaleza e 35% no interior do Estado, com a oferta de 195 cursos e o último, para formação acadêmica, distribuiu 623 bolsas de estudo, no valor de R\$ 3,15 milhões, e 467 bolsas de transferências de tecnologia, no valor de R\$ 6,47 milhões

Açudagem

No período de 1995 a 1999, com recursos do PROURB e PROASIS (Tesouro Estadual), entre açudes construídos e recuperados, totalizam 61. Outros programas foram desenvolvidos no âmbito da SOHIDRA, tais como a perfuração de poços, irrigação, dessalinizadores, entre outros

Agricultura

Foi o setor que teve melhor desempenho no período de 1998/1999. Com um dispêndio total de **R\$ 62,27 milhões**, a agricultura contribuiu de modo significativo para o crescimento econômico do Ceará. O total de grãos produzido no Estado foi de 793 mil toneladas, representando um acréscimo quatro vezes ao registrado no ano anterior. A produção rural resultou em uma renda de **R\$ 1,3 bilhão**. Vale destacar as ações desenvolvidas pelo PROJETO SÃO JOSÉ, onde no período de 1995/199, foram aplicados mais de **R\$ 150 milhões** em obras e atividades produtivas, gerando emprego e renda para 5.017 comunidades em todos os 176 municípios da área de atuação do Projeto no Ceará, correspondendo a 309,4 mil famílias rurais, com um custo da ordem de 26,7 milhões.

Ressalte-se, na oportunidade, que no combate a estiagem no Ceará, através do Programa Emergencial de Frentes Produtivas, o Tesouro do Estado participou com **R\$ 21,4 milhões**.

Habitação e Urbanismo

Foram aplicados, no decorrer de 1999, recursos da ordem de **R\$ 82,3 milhões** através de 119 empreendimentos, beneficiando 33 620 famílias, tendo sido construídas ou em fase de conclusão 7 411 unidades habitacionais. Através do PROUB Urbano, o Governo objetiva a estruturação de 44 cidades estratégicas no interior do Estado. O maior destaque é para cidade de Jaguaribara que ficará submersa com a construção do açude Castanhão.

Indústria e Comércio

O volume de recursos, relativamente ao exercício anterior, registrou um acréscimo de 17,82%. Participa com 5,42% do total dos recursos despendidos pela Administração Direta. Em 1999 foram atraídos 60 novos empreendimentos, distribuídos em 25 municípios, com geração de cerca de 10 700 empregos diretos e 42 872 indiretos, com investimentos do montante de **R\$ 358,7 milhões**.

Saúde e Saneamento

O Ceará experimentou um grande avanço, no que se refere à ampliação da cobertura assistencial e melhoria da qualidade do atendimento, principalmente a população de baixa renda. Participa apenas com 2,09% do total dos recursos despendidos da Administração Direta. A taxa de mortalidade infantil vem experimentando, ano a ano, uma tendência de declínio, tendo atingido uma taxa de 36,7/1000 habitantes. Não podemos subestimar a importância do "Programa Saúde da Família", com atuação ampliada, em 1999, para 175 municípios.

Transportes e Infra-Estrutura

No ano em análise, foram desembolsados **R\$ 69,08 milhões**, para as obras de construção do complexo industrial-portuário do Pecém. Para a construção do Intercomodal de Cargas do Aeroporto Pinto Martins, foram aplicados **R\$ 3,09 milhões**. Quanto ao METROFOR, verificou-se a aplicação de recursos da ordem de **R\$ 5,08 milhões**. O DERT executou 97,72% do Programa Transporte

Rodoviário, através de projetos/atividades que visaram a conservação, melhoramento e construção de rodovias.

4 - CONCLUSÃO E PARECER PRÉVIO

Diante do exposto, e **CONSIDERANDO** os dados extraídos do todo consubstanciado no competente Relatório Técnico, notadamente quanto se contém nas folhas conclusivas(179/182), que:

" DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- a) O Balanço Orçamentário apresentou um superávit de R\$ 134,72 milhões;
- b) O Balanço Financeiro demonstrou um superávit de R\$ 78,75 milhões;
- c) O Balanço Patrimonial espelhou um Passivo Real a Descoberto de R\$ 640,79 milhões

Como se vê, o Balanço Geral do Estado apresentou um bom desempenho nos aspectos financeiro e orçamentário, fato que não ocorreu com relação a área patrimonial "

"DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.1 - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS

- a) O Balanço Orçamentário apresentou um superávit de R\$ 9,77 milhões,
- b) O Balanço Financeiro demonstrou uma situação favorável, ou seja, superávit de R\$ 19,77 milhões,
- c) O Balanço Patrimonial espelhou um Ativo Real Líquido da ordem de R\$ 456,26 milhões

A Administração Indireta, no tocante às Autarquias, Fundações e Fundos, apresentou um desempenho favorável nos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial."

"2.2. - EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

O Orçamento Geral do Estado estimou para 1999 um investimento para suas estatais de R\$ 474,94 milhões. Este valor que vem reduzindo-se sucessivamente nos últimos anos, teve uma diminuição

de 16% em relação ao ano anterior (1998), quando foi de R\$ 788,68 milhões. Se tomarmos como ano base o ano de 1995, esta queda chega a cerca de 76%, naquele exercício o valor estimado dos investimentos foi de R\$ 1,97 bilhões

O resultado operacional do exercício foi um prejuízo de R\$ 31,47 milhões. Este resultado foi ainda menos satisfatório do que os dos últimos dois anos, que também tinham sido de prejuízos, R\$ 20,40 milhões, em 1998 e R\$ 29,72 milhões, em 1997.

Em relação ao lucro líquido do exercício, o resultado também ficou abaixo do obtido nos últimos dois anos (1998 e 1997). Em 1999 as estatais tiveram um prejuízo líquido de R\$ 34,16 milhões, o que representou um aumento de 44% em relação ao prejuízo de 1998 (R\$ 23,79 milhões) e uma queda na ordem de 272% em relação ao resultado de 1997, quando tinha obtido um lucro de R\$ 19,90 milhões.

O grau de participação de capitais de terceiros em relação ao total de recursos em circulação na atividade econômica que foi de 63% no exercício de 1997, caiu para 49% em 1998 e em 1999 foi de 64%. Este indicador mostra um maior endividamento do grupo empresarial do Estado, especialmente em relação ao exercício de 1998.

Em 1999, o índice de retorno sobre o patrimônio líquido foi negativo de 246,25%. Este indicador reflete o mau resultado obtido em 1999. Nos dois últimos exercícios, 1998 e 1997, este índice também havia sido negativo de 182,05% e 156,40%

Em âmbito geral, pode-se concluir que o grupo empresarial do Estado sofreu com a redução de suas entidades, tendo apresentado em 1999, um prejuízo financeiro superior ao sofrido nos últimos dois exercícios de 1998 e 1997.

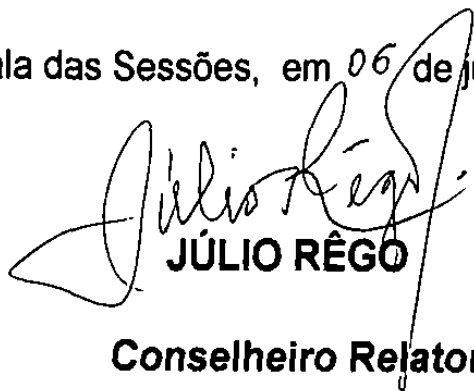
CONSIDERANDO que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e demais elementos que integram as Contas do Governador do Estado do Ceará, exercício de 1999, foram elaborados em conformidade com as normas estabelecidas nas Leis nºs. 4.320/64 e 6.404/76;

CONSIDERANDO que os ordenadores de despesa, dirigentes das Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integrantes do Complexo Administrativo do Governo e os demais administradores têm responsabilidade sobre os fatos pertinentes às suas gestões, os quais serão objeto de apreciação própria, mediante prestações de contas anuais e tomadas de contas especiais, na forma da Lei nº 12.509/95;

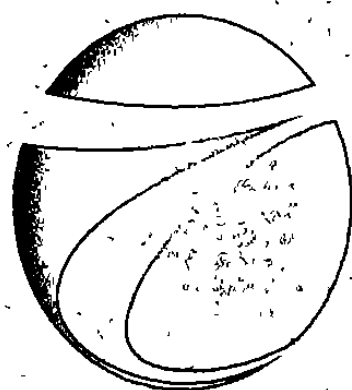
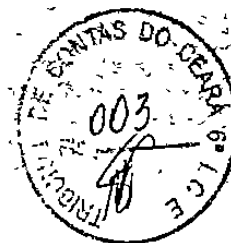
CONSIDERANDO que a Prestação de Contas, relevadas imprecisões e falhas formais, reflete às normas legais e lisura da condução da execução orçamentária, financeira e patrimonial,

O Relator vota pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Governo do Estado do Ceará, relativas as Exercício de 1999.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2000


JÚLIO RÊGO
Conselheiro Relator

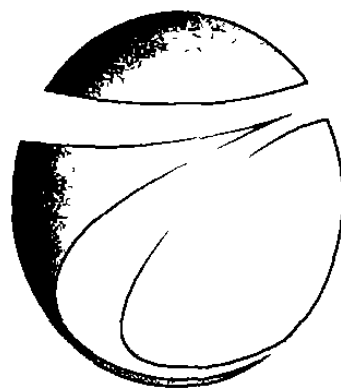




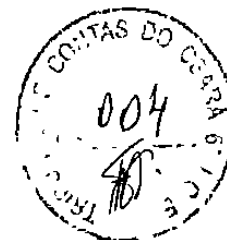
**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

*Relatório
sobre as Contas do
Governador do Estado
do Ceará*

Exercício de 1999



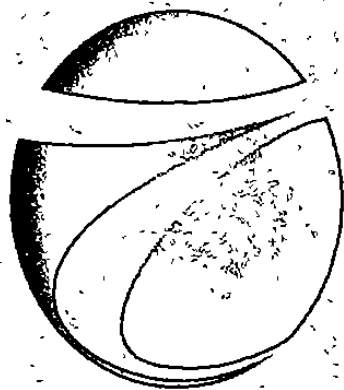
**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**



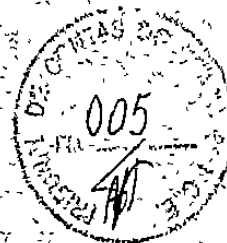
*Relatório
sobre as Contas
do Governador do Estado do Ceará*

Exercício de 1999

*Conselheiro Relator:
Dr. Júlio Gonçalves Rêgo*



TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

CONSELHEIROS:

- **Teodorico José de Menezes Neto - Presidente**
- **Epitácio Batista de Lucena - Vice-Presidente**
- **Francisco de Assis Coêlho de Albuquerque**
- **José Luciano Gomes Barreira**
- **Francisco Suetônio Bastos Mota**
- **Júlio Gonçalves Rêgo**
- **Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa**

MINISTÉRIO PÚBLICO:

- **Maria Luiza Fontenele de Paula Rodrigues**
- **Maria Gleuca Pinheiro Viana Martins**
- **Ildete de Souza Holanda**

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
 I - ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA	10
1 - Do Plano Plurianual	10
1.1 - Objetivos e Prioridades	11
1.2 - Programas Estruturantes.....	12
1.2.1 - Programas de Proteção do Meio Ambiente e Reordenação do Espaço ...	13
1.2.2 - Programas de Capacitação da População.....	13
1.2.3 - Programas de Geração de Empregos, Crescimento da Economia e Redução das Desigualdades.....	14
1.2.4 - Programa de Desenvolvimento da Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação	14
1.3 - Programação Operativa.....	14
1.4 - Estrutura do PPA	16
2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	17
3 - Lei Orçamentária	21
 II - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27
1 - Orçamento ..	27
2 - Créditos Adicionais	27
3 - Execução Orçamentária	29
3.1 - Receita Orçamentária	29
3.1.1 - Receitas Correntes	30
3.1.1.1 - Receita Tributária ..	31
3.1.1.2 - Receita Patrimonial.....	32
3.1.1.3 - Transferências Correntes.....	32
3.1.1.4 - Outras Receitas Correntes.....	33
3.1.2 - Receitas de Capital..	33
3.2 - Síntese da Receita	34
3.3 - Despesa Orçamentária ..	35
3.3.1 - Despesas Correntes ..	37
3.3.1.1 - Despesas de Custeio ..	37
3.3.1.2 - Transferências Correntes	38
3.3.1.3 - Despesas com Pessoal	39
3.3.2 - Despesas de Capital.....	41
3.3.2.1 - Investimentos.....	42
3.3.2.2 - Inversões Financeiras	43

3.3.2.3 - Transferências de Capital	43
3.4 - Despesa Autorizada e Despesa Realizada	44
4 - Balanços Gerais	45
4.1 - Balanço Orçamentário.....	46
4.1.1 - Comportamento da Receita.	48
4.1.2 - Comportamento da Despesa.....	48
4.2 - Balanço Financeiro.....	49
4.2.1 - Receita e Despesa Orçamentárias	50
4.2.2 - Receita e Despesa Extra-Orçamentárias.....	51
4.2.2.1 - Dívida Flutuante.....	51
4.2.2.1.1 - Restos a Pagar.....	51
4.2.2.1.2 - Serviços da Dívida a Pagar.....	52
4.2.2.1.3 - Depósito de Diversas Origens.....	52
4.2.2.2 - Outras Contas Extra-Orçamentárias.....	52
4.2.2.2.1 - Agentes Financeiros Credores.....	52
4.2.2.2.2 - Agentes Financeiros Devedores.....	53
4.2.2.2.3 - Diversões Responsáveis	53
4.3 - Balanço Patrimonial	53
4.3.1 - Ativo Financeiro	54
4.3.2 - Passivo Financeiro	55
4.3.3 - Ativo Permanente	56
4.3.4 - Passivo Permanente	57
4.3.5 - Contas de Compensação	63
4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	64
4.4.1 - Variações Resultantes da Exec. Orçamentária	64
4.4.2 - Variações Independentes da Exec. Orçamentária	65

III - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

69

1 - Despesa Realizada por Funções de Governo	70
2 - Função 03 - Administração e Planejamento.....	75
2.1 - Programa 07 - Administração.....	78
2.2 - Programa 08 - Administração Financeira.....	78
3 - Função 04 - Agricultura.....	78
3.1 - Programa 09 - Planejamento Governamental	79
4 - Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	80
5 - Função 08 - Educação e Cultura.....	83
5.1 - Execução da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	85
5.2 - Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio	86
6 - Função 11 - Indústria Comércio e Serviços.....	88
6.1 - Programa 62 - Indústria.....	91
6.2 - Renúncia da Receita.....	92
6.3 - Programa 65 - Turismo.....	94
7 - Função 13 - Saúde e Saneamento.....	95

7 1 - Saúde.....	98
8 - Função 16 - Transporte.....	100
8.1 - Programa 87 - Transporte Aéreo.....	101
8.2 - Programa 88 - Transporte Rodoviário.....	102
8.3 - Programa 89 - Transporte Ferroviário.....	102
8.3 - Programa 90 - Transporte Hidroviário.....	102

IV - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..... 105

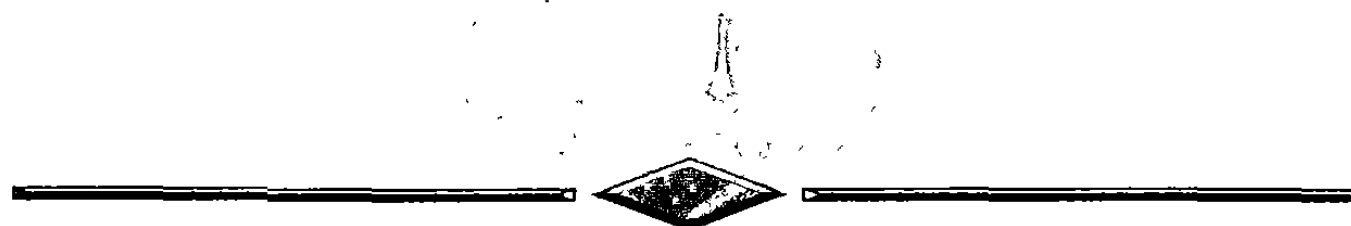
1 - Autarquias, Fundações e Fundos 105

1.1-Créditos Adicionais.....	105
1.2- Balanços Gerais.....	107
1.2.1 - Balanço Orçamentário.....	107
1.2.1.1 - Execução da Receita Orçamentária.....	109
1.2.1.1.1 - Receitas Correntes.....	109
1.2.1.1.1.1 - Receita Tributária.....	110
1.2.1.1.1.2 - Receita de Contribuições.....	110
1.2.1.1.1.3 - Receita Patrimonial.....	110
1.2.1.1.1.4 - Receita Agropecuária.....	111
1.2.1.1.1.5 - Receita Industrial.....	111
1.2.1.1.1.6 - Receita de Serviços.....	111
1.2.1.1.1.7 - Transferências Correntes.....	111
1.2.1.1.1.8 - Outras Receitas Correntes.....	112
1.2.1.1.2 - Receitas de Capital.....	112
1.2.1.2 - Síntese da Receita.....	112
1.2.1.3 - Execução da Despesa Orçamentária.....	113
1.2.1.3.1 - Despesas Correntes.....	115
1.2.1.3.1.1 - Despesas de Custeio.....	115
1.2.1.3.1.1.1 - Despesas com Pessoal.....	116
1.2.1.3.1.2 - Transferências Correntes.....	117
1.2.1.3.2 - Despesas de Capital.....	117
1.2.1.3.2.1 - Investimentos.....	117
1.2.1.3.2.2 - Inversões Financeiras.....	118
1.2.1.3.2.3 - Transferências de Capital.....	118
1.2.1.4 - Despesa Autorizada e Despesa Realizada.....	118
1.2.2 - Balanço Financeiro.....	121
1.2.2.1 - Receita e Despesa Orçamentária.....	121
1.2.2.2 - Receita e Despesa Extra-Orçamentária.....	123
1.2.2.3 - Dívida Flutuante.....	124
1.2.2.3.1 - Restos a Pagar.....	124
1.2.2.3.2 - Depósitos de Diversas Origens.....	125
1.2.3 - Balanço Patrimonial.....	125

1.2.3.1 - Ativo Financeiro.....	126
1.2.3.2 - Passivo Financeiro.....	126
1.2.3.3 - Ativo Permanente.....	127
1.2.3.4 - Passivo Permanente.....	127
1.2.3.5 - Contas de Compensação.....	128
1.2.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	129
1.2.4.1 - Variações Resultantes da Execução Orçamentária.....	129
1.2.4.2 - Variações Independentes da Execução Orçamentária.....	130
 2 - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	132
2.1 - Considerações Gerais.....	132
2.2 - As Estatais no Balanço Geral do Estado	133
2.3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais.....	136
2.3.1 - Evolução Real do Balanço Patrimonial Consolidado 1997/1999.....	139
2.4 - Análise Individualizada.....	140
2.4.1 - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará - CODECE.....	142
2.4.2 - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH	145
2.4.3 - Companhia de Habitação do Ceará - COHAB.....	149
2.4.4 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.....	151
2.4.5 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR	154
2.4.6 - Demais Empresas.....	157
2.4.6.1 - Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS.....	157
2.4.6.2 - Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARAPORTOS.....	158
2.5 - Análise Consolidada das Demonstrações do Resultado do Exercício... ..	159
2.5.1 - Demonstrativo Consolidado do Resultado do Exercício... ..	159
2.5.2 - Demonstrativo dos Resultados do Exercício por Empresa.....	161
2.6 - Análise Consolidada das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	163
2.6.1 - Demonstrativo Consolidado das Origens e Aplicações de Recursos	163
2.6.2 - Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos por Empresa.....	164
 V - CONCLUSÃO	169
1 - Da Administração Direta	169
2 - Da Administração Indireta.....	170
2.1 - Autarquias, Fundações e Fundos.....	170
2.2 - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	170

VI -ANEXOS..... 173

- ANEXO 01-Balanco Orçamentário - Administração Direta
- ANEXO 02-Balanco Financeiro - Administração Direta
- ANEXO 03-Balanco Patrimonial - Administração Direta
- ANEXO 04-Demonstrações das Variações Patrimoniais - Administração Direta
- ANEXO 05-Balanco Orçamentário - Administração Indireta
- ANEXO 06-Balanco Financeiro - Administração Indireta
- ANEXO 07-Balanco Patrimonial - Administração Indireta
- ANEXO 08-Demonstrações das Variações Patrimoniais - Administração Indireta
- ANEXO 09- Balanco Patrimonial - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- ANEXO 10-Demonstração do Resultado do Exercício - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- ANEXO 11-Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- ANEXO 12-Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- ANEXO 13-Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- ANEXO 14-Demonstração da Dívida Interna e Externa de 1999



Introdução

O Governador do Estado do Ceará, Exmo. Sr. Tasso Ribeiro Jereissati, através do Ofício GG Nº 039/00, enviou a este Egrégio Tribunal, em data de 05/04/2000, a Prestação de Contas do Governo do Estado, alusiva ao exercício de 1999, com o objetivo de receber o competente Parecer, de acordo com o item I do art. 76 da Constituição Estadual.

O Balanço Geral do Estado teve sua distribuição levada a efeito na sessão realizada em 12/04/2000, tendo como Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Júlio Gonçalves Rêgo, que, na data de 17/04/2000, remeteu à Secretaria Geral, a fim de que fosse procedida a instrução da espécie.

Em atendimento ao despacho do ilustre Relator, a Subsecretária Geral desta Corte de Contas encaminhou os autos à 6ª Inspeção de Controle Externo da Secretaria Geral que, em conjunto com a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª I.C.E., apresentam o Relatório a respeito das Contas de Gestão em exame.

O Relatório ora apresentado se fundamentou nos elementos contábeis das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta e da Administração Indireta, abrangendo as Autarquias, Fundações e Fundos, e das Demonstrações Financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Dessa forma, será apresentada, separadamente, a análise das demonstrações da Administração Direta e Indireta, uma vez que esta foi a forma disposta no próprio Balanço. Para tanto, far-se-á referência aos diversos órgãos

e entidades, utilizando-se as abreviaturas e siglas constantes dos quadros às páginas 5/8.

No presente Relatório, os valores serão expressos em reais e a comparação dos dados insertos no Balanço Geral de 1999, com outros de exercícios anteriores, será efetuada com base nos valores atualizados, utilizando-se o Índice Geral de Preços - disponibilidade interna - extraído da Revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

Os recursos orçamentários e financeiros, bem como os dispêndios das unidades administrativas, quer da Administração Direta, quer da Indireta, serão examinados em seus detalhes por ocasião da apresentação das Contas Gerais e de Gestão de seus Ordenadores de Despesa, oportunidade em que será feita a apuração das divergências que vão de encontro às normas de administração financeira e da contabilidade pública, caso venham a existir.

Vale ressaltar que no exercício de 1999 a composição organizacional do Estado sofreu alterações em decorrência da criação, extinção e federalização de órgãos/entidades.

No âmbito da Administração Direta, foi criada a Secretaria da Infra-Estrutura-SEINFRA e extintas a Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicação e Obra-SETECO e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SDU

As entidades vinculadas às extintas SETECO e SDU passaram a vincular-se à Secretaria da Infra-Estrutura, sendo elas: DERT, DETRAN, SEMACE, CAGECE, CEARAPORTOS, CEGÁS, METROFOR, FDU e a SEDURB.

No âmbito da Administração Indireta, o Banco do Estado do Ceará-BEC foi federalizado.

Imperativo ressaltar que as informações contidas no Relatório encaminhado pela Secretaria da Fazenda, relativas ao Controle Interno, fls. 76, do anexo, não atendem as exigências estabelecidas na parte final do § 2º do art. 42 da Lei Orgânica desta Casa (Lei 12.509/95), a seguir transcrito, dado que não consta as informações acerca dos resultados das inspeções e auditorias internas realizadas.

“

CAPÍTULO II

FISCALIZAÇÃO A CARGO DO TRIBUNAL

SEÇÃO I

CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO

Art.42 ...

§ 2º - As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações sobre as atividades inerentes aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.” (grifo nosso)

Ressalte-se, ainda, que no âmbito dos órgãos e entidades jurisdicionadas desta Corte de Contas, as respectivas tomadas e prestações de contas não estão sendo encaminhadas a este Tribunal com os documentos constantes do Art. 9º da referida lei, quais sejam :

“Art. 9º ...

- I - relatório de gestão, se for o caso;**
- II - relatório do tomador de contas, quando couber,**
- III - relatório e certificado de auditoria, com parecer do dirigente de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;**
- IV - pronunciamento do Secretário de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma prevista no Art. 55 desta Lei.”**



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

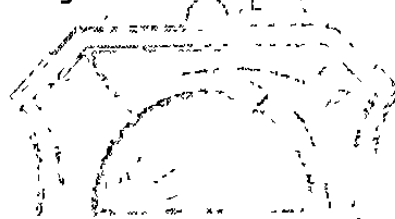
I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
1.	A.L.	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
2.	T.C.E.	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ
3.	T.C.M.	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
4.	T.J.	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
5.	O.G.E.	OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
6.	D.P.G.E.	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
7.	SEAGRI	SECRETARIA DA AGRICULTURA IRRIGADA
8.	SEINFRA	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA
9.	S.S.P.D.C.	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA
10.	G.G.	GABINETE DO GOVERNADOR
11.	G.V.G.	GABINETE DO VICE GOVERNADOR
12.	P.G.E.	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13.	C.M.	CASA MILITAR
14.	P.G.J.	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
15.	C.E.C.	CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
16.	S.J.	SECRETARIA DA JUSTIÇA
17.	SEFAZ	SECRETARIA DA FAZENDA
18.	S.D.R.	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL
19.	SEDUC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
20.	SETECO	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNIC. E OBRAS
21.	S.S.	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
22.	S.D.E.	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
23.	SEPLAN	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
24.	S.C.D.	SECRETARIA DA CULTURA E DESPORTO
25.	SEAD	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
26.	S.R.H.	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
27.	SEGOV	SECRETARIA DO GOVERNO
28.	SECITECE	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
29.	S.D.U.	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

30.	STAS	SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
31.	F.D.C.	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ
32.	SETUR	SECRETARIA DO TURISMO
33.	R.C.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
34.	E.G.E.	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:



AUTARQUIAS

1.	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
2.	IDACE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
3.	DERT	DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, RODOVIAS E TRANSPORTES
4.	ESP	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
5.	JUCEC	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
6.	IPEC	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ
7.	SOHIDRA	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS
8.	SEDURB	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLV. URBANO DO ESTADO DO CEARÁ
9.	SEMACE	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
10.	ARCE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

FUNDAÇÕES		
1	FADEC	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DESPORTIVA DO ESTADO DO CEARÁ
2	FAS	FUNDAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL
3	FEBEMCE	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO CEARÁ
4	FUNCAP	FUNDAÇÃO CEARENSE DE AMPARO À PESQUISA
5	FUNCME	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS
6	FUNECE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
7	FUNTELC	FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ
8	IPLANCE	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO DO CEARÁ
9	NUTEC	FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL
10	URCA	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
11	UVA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAU

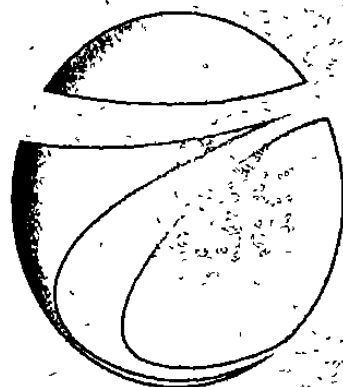
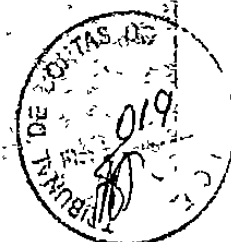
FUNDOS		
1.	FAIPP	FUNDO DE APOIO À IRRIGAÇÃO PARA O PEQUENO PRODUTOR
2.	FCA	FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
3.	FDI	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
4.	FDU	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DO CEARÁ
5.	FEE	FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
6	FERMOJU	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
7	FERPI	FUNDO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL PARA IRRIGAÇÃO
8.	FESBOM	FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
9.	FESPEC	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
10.	FESPOM	FUNDO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR
11.	FFMEPE	FUNDO DE FINANCIAMENTO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO SETOR PRODUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ
12	FUNDART	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E COM. DO ARTESANATO
13.	FUNDES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
14.	FUNDETEC	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO CEARÁ
15.	FUNORH	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
16.	FUNPECE	FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
17.	FRT	FUNDO ROTATIVO DE TERRAS
18.	FADE	FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA
19.	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
20.	FEDM	FUNDO ESPECIAL DOS DIREITOS DA MULHER
21.	FUNDEF	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
22.	FEC	FUNDO ESTADUAL DA CULTURA

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

1.	CAGECE	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ
2.	CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A
3.	CEGÁS	COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
4.	CODECE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ
5.	COGERH	COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ
6.	COHAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ
7.	METROFOR	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS
8.	CEARÁPORTOS	COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ

EMPRESAS PÚBLICAS

1.	EMATERCE	EMPRESA DE ASSIST. TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ
2.	SEPROCE	SERVIÇO DE PROCES. DE DADOS DO ESTADO DO CEARÁ



**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

*Análise do Plano
Plurianual,
Lei de Diretrizes
Orçamentárias
e Lei Orçamentária*

I - ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS e LEI ORÇAMENTÁRIA

- INTRODUÇÃO:

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer os orçamentos públicos, consubstanciados no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, buscou integralizá-los, de forma planejada, para melhor definir os objetivos e as intenções de governo. Dos orçamentos públicos do Governo do Estado do Ceará, pode-se extrair, de forma sintetizada, as seguintes informações:

1 - DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual abrange um período continuado a contar do segundo ano de cada mandato executivo compreendendo, inclusive, o primeiro exercício subsequente, devendo dele constar de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas das despesas de capital e outras delas decorrentes, no âmbito da Administração Pública Estadual, de conformidade com o § 1º do art. 203 da Constituição Estadual.

1.1 - OBJETIVOS E PRIORIDADES

Dentre os objetivos e suas respectivas prioridades delineados no Plano Plurianual de Investimentos para o Estado do Ceará, para o quadriênio 1996-1999, estão os a seguir arrolados:

Objetivo 1 - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E REORDENAMENTO DO ESPAÇO

Prioridades:

- a) proteger o meio ambiente do Estado;
- b) fomentar a interiorização de desenvolvimento;
- c) reestruturar o espaço urbano;

Objetivo 2- CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO:

Prioridades:

- a) erradicar o analfabetismo da criança e do adolescente e promover a educação integral;
- b) adotar a estratégia do direito à saúde;
- c) implementar políticas de combate à pobreza;
- d) melhorar as condições de segurança pública e de aplicação da justiça;

**Objetivo 3 - GERAÇÃO DE EMPREGO, CRESCIMENTO DA ECONOMIA E
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:**

Prioridades:

- a) promover o emprego,
- b) viabilizar a reorganização da economia rural;
- c) induzir a industrialização e o crescimento dos segmentos de prestação de serviços;
- d) estimular as atividades turísticas;

**Objetivo 4 - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO:**

Prioridades:

- a) promover as mudanças culturais necessárias para dar respaldo ao processo de desenvolvimento sustentável;
- b) apoiar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação

1.2 - PROGRAMAS ESTRUTURANTES

A ação do Governo Estadual está organizada em torno de um conjunto de programas estruturantes, desdobrados em políticas estratégicas, que podemos evidenciar a seguir:

1.2.1 - PROGRAMAS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E

REORDENAMENTO DO ESPAÇO:

- a) Florestamento, Reflorestamento e Proteção de Biodiversidade;
- b) Combate à poluição;
- c) Recursos Hídricos

Para alcance desse objetivo, o Governo atuará por meio dos seguintes programas:

- 1) Ampliação da oferta hídrica;
- 2) Desenvolvimento da Infra-Estrutura Hidro-Agrícola;
- 3) Águas Subterrâneas para o desenvolvimento;
- 4) Desenvolvimento da Infra-Estrutura Hídrica Estratégica;
- d) Estruturação da Rede Urbana;
- e) Organização Fundiária

1.2 2 - PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO

Os desdobramentos do programa em epígrafe consistem em:

- a) Educação para todos;
- b) Direito à saúde;
- c) Saneamento Básico e Habitação;
- d) Segurança Pública e Defesa Social

1.2.3 - PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO, CRESCIMENTO DA ECONOMIA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

- a) Desenvolvimento Social, Redução das Desigualdades e Promoção do Trabalho;
- b) Desenvolvimento Rural;
- c) Desenvolvimento da Indústria e Mineração;
- d) Desenvolvimento do Turismo

1.2.4 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Governo definiu o desdobramento deste programa baseado nos seguintes pontos:

- a) Desenvolvimento da Cultura;
- b) Geração, Difusão e Inovação de Tecnologias orientadas pela demanda;
- c) Integração Universidade - Empresa - Sociedade;
- d) Estímulos a Núcleos de Excelência

1.3 - PROGRAMAÇÃO OPERATIVA

O Plano Plurianual estimou por função o montante de recursos de todas as fontes para suprir as despesas a serem realizadas no quadriênio 1996/1999. Coube a Educação a maior parte dos recursos, com 23,93% do total, conforme quadro abaixo.

SETOR	1996/99	%	1996	%
Administração e Planejamento	3.451.196	18,69	793.163	18,02
Agricultura	433.505	2,35	114.433	2,60
Cultura	98.438	0,53	22.751	0,52
Ciência e Tecnologia	774.452	4,19	174.652	3,97
Educação	4.330.421	23,45	1.053.711	23,93
Saúde	1.929.400	10,50	492.503	11,19
Indústria, Comércio e Transportes	470.744	2,55	106.706	2,42
Segurança Pública	795.321	4,31	190.409	4,32
Recursos Hídricos	1.477.817	8,00	323.126	7,34
Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	1.185.756	6,42	338.829	7,70
Transporte, Energia, Com. e Obras	2.686.922	14,55	593.197	13,47
Ação Social	823.617	4,46	199.191	4,52
TOTAL	18.467.587	100,00	4.402.669	100,00

De igual modo foi elaborado a mesma previsão por função. Desta feita, tendo por origem os recursos próprios do Estado, conforme quadro a seguir .

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL	1996/99	%	1996	%
I – ANEXO IV – PROGRAMA OPERATIVO	8.137.808	100	1.807.795	100
Administração e Planejamento	2.824.635	34,71	634.883	35,12
Agricultura	165.057	2,03	38.017	2,10
Cultura	71.798	0,88	13.404	0,74
Ciência e Tecnologia	511.608	6,29	110.685	6,12
Educação	1.425.056	17,51	319.995	17,70
Saúde	424.799	5,22	105.588	5,84
Indústria, Comércio e Transportes	457.191	5,62	103.574	5,73
Segurança Pública	766.771	9,42	182.445	10,09
Recursos Hídricos	255.009	3,13	55.576	3,07
Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	439.938	5,41	100.340	5,55
Transporte, Energia, Com e Obras	571.007	7,02	93.082	5,15
Ação Social	224.940	2,76	50.207	2,78
II – ANEXO VI *	821.543	100	199.186	100
Outros	821.543	100	199.186	100
TOTAL	8.959.351	100	2.006.982	100

* Programação a cargo dos poderes legislativo e judiciário e de órgãos de assessoramento superior do poder executivo

1.4 - ESTRUTURA DO PPA

O Plano Plurianual vigente em 1999, estabelecido pela Lei nº 12.498, de 30.10.95, de conformidade com o § 1º do art. 203 da Constituição Estadual, abrangia o período de 1996 a 1999. Em seus anexos estão fixadas suas despesas por função, programa, subprograma, projeto/atividade e por região.

No que pertine à fixação das despesas por região, é importante salientar a seguinte observação. A Lei Complementar nº 03, de 26.09.95, ao definir a composição da região metropolitana e das microrregiões do Estado do Ceará, dividiu a referida unidade federativa em uma região metropolitana e 19 (dezenove) microrregiões. Todavia, em dissonância com a lei complementar mencionada, o plano plurianual em testilha alocou recursos a 21 (vinte e uma) microrregiões, com alusão a uma região de nº 22 (Estado do Ceará), não contemplada na citada lei complementar, ocasionando reflexos na execução orçamentária anual, conforme se discorrerá adiante. Consequentemente, é imperativo enfatizar que restou prejudicado qualquer tipo de análise que se pretenda implementar por região, em virtude de a região incluída no plano plurianual (22), sem previsão na lei complementar aludida, abranger indistintamente todo o Estado do Ceará, inviabilizando, dessa forma, uma aferição mais precisa do que foi efetivamente gasto por região.

Para se ter uma idéia da impossibilidade material de se averiguar a aplicação de determinados recursos por região, o plano plurianual fixou um total

de despesas no montante de R\$ 18 467 mil, destinando a expressiva quantia de R\$ 14.057 mil, ou seja, 76,11% do total, somente para a região 22.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é que no Plano Plurianual previsto para o quadriênio 1996-1999, somente consta previsão de gastos para o exercício de 1996, prejudicando, sobremaneira, a orientação na elaboração da lei orçamentária anual, para o ano de 1999 e demais exercícios. Afinal, o Plano Plurianual, como instrumento orçamentário prévio, deveria prever uma ordem cronológica, para aplicação das despesas de capital, a ser utilizado como parâmetro na elaboração da lei orçamentária anual (§ 2º, art. 203, C.E).

2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A lei de diretrizes orçamentárias fixa parâmetros para que a lei orçamentária anual, que deve ser encaminhada após, tenha um marco de referência, articulando-a com o plano plurianual.

A Lei nº 12.843 de 21/07/98, que disciplinou as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999, compreendeu:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- II - a organização e estrutura do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas controladas pelo Estado;

- III - as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento anual do Estado e suas alterações;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
- V - a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições relativas à dívida pública estadual,
- VIII- outras disposições.

Estabelece ainda como objetivos e metas da Administração Pública Estadual a “proteção ao meio-ambiente”, o “reordenamento do espaço”, “capacitação da população”, “crescimento da economia, geração de emprego e redução das desigualdades”, “desenvolvimento da cultura, ciência e tecnologia e inovação” e “melhoria da gestão pública”.

Cabe ressaltar que não se constatou, nas aludidas diretrizes, a inclusão de despesas de capital para o exercício financeiro subsequente (2.000), dentre as metas e prioridades da Administração Pública Estadual, a teor do §2º do art. 165 da Constituição Federal.

O art. 26 da lei em epígrafe estabelece que a transferência de recursos, no exercício de 1999, do estado aos municípios, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, só pode ser concretizada se a unidade beneficiada comprovar que:

- I - instituiu, regulamentou e arrecada todos os impostos de sua competência previstos no art. 156 da Constituição Federal,

II - atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, bem como no art.

1º da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, na forma do art.

169, da Constituição Federal;

III - a receita própria, em relação ao total das receitas orçamentárias,

inclusive as decorrentes de operações de créditos e convênios,

corresponde, pelo menos, a:

- a) 5%, se a população for maior que 150.000 habitantes;
- b) 4%, se a população for maior que 100.000 e menor ou igual a 150.000 habitantes;
- c) 3%, se a população for maior que 50.000 e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- d) 2%, se a população for maior que 25.000 e menor ou igual a 50.000 habitantes;
- e) 1%, se a população for menor ou igual a 25.000 habitantes.

IV - não está inadimplente.

- a) com as atribuições do FGTS
- b) com a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Estadual, mediante contratos, convênios, ajustes, contribuições, subvenções sociais e similares;
- c) com o pagamento de pessoal e encargos sociais;
- d) com a COELCE;
- e) com a CAGECE.

f) Com a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

V - no período de junho de 1997 a julho de 1998, matriculou um número mínimo de 70% das crianças de 06 a 14 anos de idade.

VI - os projetos ou atividades contemplados pelas transferências estejam incluídos na Lei Orçamentária do Município a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais aberto, ou em tramitação no legislativo, no exercício.

Conforme se nota, a legislação é bastante exigente, quando se trata de transferência de recursos estaduais a prefeituras, mediante convênio. De maneira geral, tais pré-requisitos não foram observados, no exercício de 1999, pelas entidades e órgãos do Estado, quando repassaram recursos estaduais a prefeituras, mediante convênios ou outros instrumentos congêneres.

Outra condição que, de modo geral não foi observada, diz respeito à contrapartida dos municípios, que não poderia ser inferior a:

- a) 5% do valor total da transferência para os municípios com coeficiente de FPM for menor ou igual a 1,6;
- b) 7,5%, do valor total da transferência para os municípios com coeficiente de FPM maior que 1,6; e menor ou igual a 2,4;
- c) 10%, do valor total da transferência para os municípios, com coeficiente de FPM maior que 2,6.

A exigência da contrapartida somente estaria dispensada nos casos de os recursos do convênio serem oriundos de operações de crédito interna e externa, no caso de o município se encontrar em situação de calamidade pública, formalmente reconhecida, quando for para atendimento dos programas de educação fundamental e das ações básicas de saúde e quando o município estiver situado no universo dos 18 mais pobres do Estado do Ceará;

3 - LEI ORÇAMENTÁRIA

A lei orçamentária de 1999, aprovada pela Lei nº 12.879, de 31/12/98, com a observância dos princípios da unicidade, da universalidade e anualidade, compatibilizada com o plano plurianual e elaborada, de acordo com a lei de diretrizes orçamentárias, compreende os seguintes orçamentos.

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público,

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ele vinculados, da administração direta ou indireta, incluindo os fundos e fundações oriundas ou mantidas pelo Estado

A Receita Total foi estimada, a preço de janeiro de 1999, em R\$ 4 167 835 651,52, com o seguinte desdobramento.

		(R\$ 1,00)
1 – Receitas do Tesouro		
1 1 – Receitas Correntes	2 616 986 351,47	
2 – Receitas de Outras Fontes		
2 1 – Receitas Correntes	759.194.630,09	
2 2 – Receitas de Capital	791.654 669,96	
TOTAL	4.167.835 651,52	

A Despesa Total foi fixada no mesmo valor da Receita Total, ou seja, R\$ 4 167.835 651,52, conforme demonstração abaixo:

		(R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal	3 019.149.131,34	
Orçamento da Seguridade Social	959.125.531,26	
Orçamento de Investimento das Empresas	189.560 988,92	
TOTAL	4 167.835 651,52	

	(R\$ 1,00)
Despesas Correntes	2 933.984.639,76
Despesas de Capital	1.233.140.187,91
Reserva de Contingência	710.823,85
TOTAL	4.167.835.651,52

	(R\$ 1,00)
Despesa Administração Direta	2.295.227 092,82
Despesa Administração Indireta	1.872.608.558,70
TOTAL	4.167.835.651,52

Vale ressaltar que a Lei Orçamentária apresentou os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas de forma distinta. Entretanto, com relação ao Orçamento Fiscal e Seguridade Social, apresentou o Balanço Geral suas execuções de forma global.

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que, para investimentos do setor público estadual no interior, deve ser observada dotação nunca inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor global consignado para esse fim. E que para tal excluem-se da classificação dos municípios do interior, os municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

A lei orçamentária anual ao discriminar a aplicação de recursos por região, contemplou a região de nº 22 (Estado do Ceará), não prevista na lei complementar que criou as microrregiões. De igual modo a citada região foi

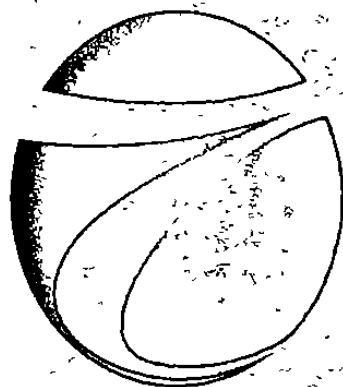
também mencionada no plano plurianual, apesar de não prevista na citada lei complementar, sem fazer menção a quais municípios estariam a contemplar.

Na execução orçamentária do exercício de 1999, os recursos aplicados na citada região, alcançaram a quantia de R\$ 4.443.257 315,14, representando 90,95% do total de R\$ 4.885.612.600,63 aplicados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

REGIÃO	DESPESA REALIZADA	% TOTAL
UM	276.086.318,31	5,65
DOIS	70.619.800,59	1,44
TRÊS	412.551,58	0,01
QUATRO	2.005.455,86	0,04
CINCO	1.316.146,43	0,03
SEIS	23.614.907,76	0,46
SETE	942.799,07	0,02
OITO	838.551,62	0,02
NOVE	9.294.808,33	0,18
DEZ	7.333.649,70	0,14
ONZE	14.644.669,00	0,29
DOZE	6.812.735,01	0,13
TREZE	8.238.041,04	0,16
QUATORZE	362.312,39	0,01
QUINZE	4.983.687,60	0,10
DEZESSEIS	2.956.320,68	0,05
DEZESSETE	2.979.894,12	0,06
DEZOITO	2.291.239,58	0,05
DEZENOVE	3.024.383,91	0,06
VINTE	3.597.012,91	0,07
VINTE E DOIS	4.443.257 315,14	90,95
TOTAL	4.885.612.600,63	

Consoante se relatou precedentemente, a referida região engloba indistintamente todas as outras regiões, e dado o expressivo valor aplicado na região 22, restou totalmente inviabilizado a verificação do cumprimento do art. 210 da Constituição Estadual.





**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

*Administração
Direta*

II - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 - ORÇAMENTO

Conforme já foi salientado no item anterior, o Orçamento Geral do Estado estimou as receitas que compõem as Fontes do Tesouro (R\$ 2.616.986.351,47) e de Outras Fontes (R\$ 1.550.849.300,05) em R\$ 4.167.835.651,52 e fixou as despesas destinadas à Administração Direta em R\$ 2.295.227.092,81. Considerando as transferências à Administração Indireta as despesas alcançaram o montante de R\$ 3.519.508.460,90.

De acordo com o Relatório constante do Balanço, elaborado pela Secretaria da Fazenda, em decorrência das atualizações mensais, a estimativa da receita do Tesouro somou a importância de R\$ 4.510.618.901,96. Sua realização alcançou a importância de R\$ 5.020.334.207,04, resultando em uma arrecadação a maior de R\$ 509.715.305,08.

2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Objetivando melhor atender às necessidades do orçamento em execução, a Administração Estadual, no decorrer do exercício ora analisado, procedeu alterações no seu plano inicial da ordem de R\$ 2.096.933.665,26. Como resultado dessas operações, a despesa autorizada para os órgãos da Administração Direta, inclusive com transferências aos órgãos da Administração

Indireta, a serem realizadas com recursos do tesouro e de outras fontes, passou, no final do exercício, para R\$ 5.616.442.126,16 consoante demonstrativo abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL	%	CRÉDITO ADICIONAL – ANULAÇÃO	%	DOTAÇÃO FINAL	%
1 A L	80.712 198,40	2,29	2 958 305,00	0,14	83 670 503,40	1,49
2 T.C.E	16 578.009,80	0,47	(922 000,00)	(0,04)	15.656 009,80	0,28
3 T.C.M	15 906.916,60	0,45	2 203 080,00	0,11	18 109.996,60	0,32
4 T.J.	142 301 532,89	4,04	24.060 180,00	1,15	166 361.712,89	2,96
5 O.G.E.	1.912.071,80	0,05	324.687,26	0,02	2 236 759,06	0,04
6 D.P.G.E	8.041 206,00	0,23	57.625,89	0,00	8 098 831,89	0,14
7 SEAGRI	0,00	0,00	14 349 297,00	0,68	14.349.297,00	0,26
8 SEINFRA	0,00	0,00	346.224 312,52	16,51	346.224 312,52	6,16
9 S.S.P.D.C.	245.811 729,10	6,98	10.949.721,00	0,52	256 761 450,10	4,57
10 G.G.	7.916.648,40	0,22	1.564 000,00	0,07	9 480.648,40	0,17
11 G.V.G	788.743,80	0,02	56 000,00	0,00	844 743,80	0,02
12 P.G.E	8.750.604,00	0,25	188.000,00	0,01	8 938.604,00	0,16
13 C.M.	2.235 625,20	0,06	116 000,00	0,01	2.351 625,20	0,04
14 P.G.J	46.776 518,60	1,33	1 919.810,19	0,09	48 696.328,79	0,87
15 C.E.C	821.529,00	0,02	205 900,00	0,01	1 027 429,00	0,02
16 S.J.	15 904.976,00	0,45	3.768.410,70	0,18	19.673 386,70	0,35
17 SEFAZ	163 031 719,00	4,63	19 212.000,00	0,92	182.243.719,00	3,24
18 S.D.R.	89.421.595,35	2,54	6.604 342,37	0,31	96.025 937,72	1,71
19 SEDUC	573.909 256,65	16,31	134.352 781,56	6,41	708 262 038,21	12,61
20 SETECO	244 136 100,76	6,94	(79.504 324,25)	(3,79)	164 631 776,51	2,93
21 S.S.	188.787 440,72	5,36	(21 109 138,93)	(1,01)	167 678 301,79	2,99
22 S.D.E.	122 570 740,70	3,48	135.423.700,00	6,46	257 994.440,70	4,59
23 SEPLAN	23 449 466,05	0,67	1.353 788,93	0,06	24 803.254,98	0,44
24 S.C.D	26 573 982,65	0,76	530.200,83	0,03	27 104.183,48	0,48
25 SEAD	8 185.337,40	0,23	1.985.409,57	0,09	10.170 746,97	0,18
26 S.R.H	163 269 725,10	4,64	23.355.661,63	1,11	186 625 386,73	3,32
27 SEGOV	13.885 363,00	0,39	3.794 000,00	0,18	17 679 363,00	0,31
28 SECITECE	134.321 574,19	3,82	(29.581 349,50)	(1,41)	104.740 224,69	1,86
29 S.D.U.	295 224 369,72	8,39	(223 341 994,55)	(10,65)	71 882.375,17	1,28
30 S.T.A.S	149 571.694,05	4,25	48.745.577,99	2,32	198 317 272,04	3,53
31 F.D.C	5 400 000,00	0,15	1.365.000,00	0,07	6.765 000,00	0,12
32 SETUR	14 567 216,60	0,41	(500 000,01)	(0,02)	14 067 216,59	0,25
33 R.C.	410.823,85	0,01	(410 204,15)	(0,02)	619,70	0,00
34 E.G.E	708.333 745,52	20,13	1.666.634 884,21	79,48	2 374.968 629,73	42,29
TOTAL	3.519.508.460,90	100,00	2.096.933.665,26	100,00	5.616.442.126,16	100,00

Ainda com relação aos créditos adicionais, no decorrer do exercício de 1999 foram abertos créditos suplementares em favor dos órgãos do

Estado, através do Decreto 25.575, de 20.08.99 Parte dos recursos necessários à execução do mencionado Decreto decorreram de anulações orçamentárias. Ocorre que o Poder Executivo não efetuou os lançamentos contábeis relativos as suplementações e anulações de dotações orçamentárias da Secretaria do Desenvolvimento Urbano – SDU nos valores de R\$ 100.000,00 e R\$ 721 145,84, respectivamente.

Em virtude da ocorrência tratada acima o total da Dotação Final e o Saldo Orçamentário constantes do Balanço do Estado difere com os apontamentos da Inspeção deste Tribunal, no montante de R\$ 621 145,84.

De acordo com o item 1.2 do Relatório da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, a diferença a maior, no valor de R\$ 621 145,84, ocorreu em virtude de a SEPLAN não ter feito a contenção do crédito no orçamento da SDU antes de providenciar a alteração do Orçamento, constante do Decreto nº 25.575, de 20.08.99, possibilitando, assim, que a SDU utilizasse o crédito que deveria ser anulado.

3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

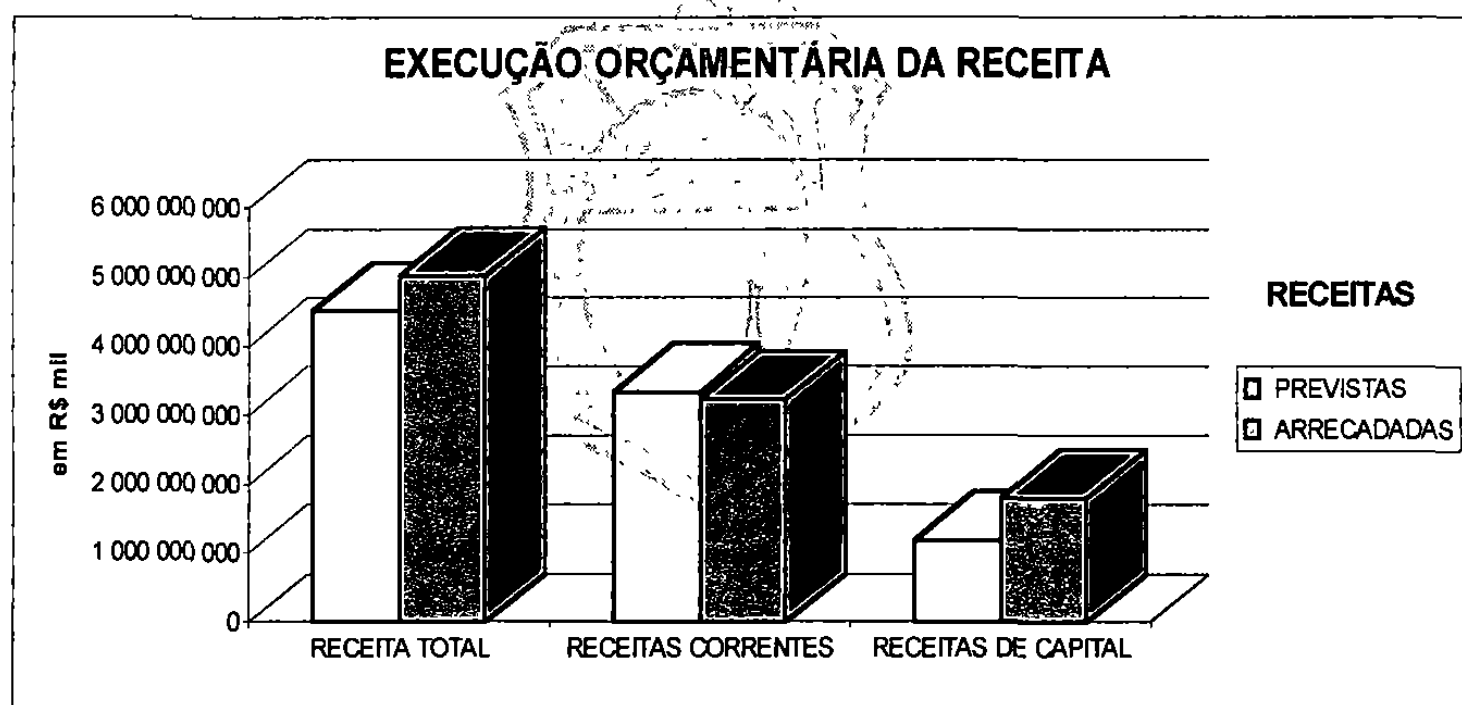
3.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária, de conformidade com o Balanço, apresentou uma previsão de R\$ 4 510 618 901,96. Sua realização, ao atingir R\$ 5.020 334.207,04, proporcionou uma arrecadação a maior de R\$ 509 715 305,08, correspondente a 10,15% da receita arrecadada.

A arrecadação do exercício ora analisado ultrapassou, nominalmente, a de 1998, em R\$ 307.679.765,70, ou seja, em 7,32%, ao passo que, em termos reais, decresceu em 3,31%

As Receitas Correntes do Estado correspondem a 64,22 % da Receita Orçamentária, cabendo o restante de 35,78 % às Receitas de Capital.

No gráfico apresentado abaixo está demonstrada a execução orçamentária da receita do Estado no exercício de 1999:



3.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta Categoria Econômica, acham-se agrupadas as Receitas Tributária, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes que, de conformidade com o levantamento efetuado nas peças componentes do

Balanço, apresentaram uma execução da ordem de R\$ 3.224.206.798,34, inferior à previsão que somou R\$ 3.329.527.874,47 .

3.1.1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA

7 T113
ICMS
45/94
15,55%

Formada por Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, a Receita Tributária figura como a maior fonte de recursos existente no Estado. No exercício em apreço, atingiu a cifra de R\$ 1.601.341.428,56 participando o ICMS com R\$ 1.526.927.448,60, ou seja, 95,35% de sua formação. Com relação ao exercício de 1998, esta receita apresentou um decréscimo real de 1,98%.

A arrecadação do ICMS nos últimos cinco anos foi a seguinte:

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	(R\$ 1,00)
		VALOR REAL
1995	950.664.626,64	1.321.423.831,03
1996	1.182.979.371,57	1.478.724.214,46
1997	1.242.052.546,55	1.440.780.953,99
1998	1.344.086.195,27	1.491.935.676,75
1999	1.526.927.448,60	1.526.927.448,60

Dos dados apresentados anteriormente observa-se que em 1999 as arrecadações do ICMS foram superiores às obtidas em 1998. O crescimento foi de 2,35%. Em termos reais o crescimento do ICMS no período de 1995-1999 foi de 15,55%.

3.1.1.2 - RECEITA PATRIMONIAL

Constituída por Receitas Imobiliárias, Valores Mobiliários e Outras Receitas Patrimoniais, teve uma previsão de R\$ 182.220.734,02. Sua arrecadação, que alcançou o importe de R\$ 223.315.892,17, foi superior em R\$ 41.095.158,15, ou seja, em 22,55% da previsão

Aqui, merece destaque o título "Receitas de Valores Mobiliários" que apresentou uma previsão de R\$ 182.220.725,45 e uma arrecadação de R\$ 223.315.892,17. Sua arrecadação, em referência ao exercício anterior, teve um aumento real de 46,74%.



3.1.1.3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Esta Subcategoria Econômica, cujos recursos são provenientes de transferências da União, obteve uma arrecadação de R\$ 1.061.784.945,51. Desse montante, a cota-parte do FPE participou com a quantia de R\$ 887.375.284,02, ou seja, 83,57% de sua arrecadação. Estabelecendo um paralelo com os dados de 1998, em termos reais o FPE teve um decréscimo de 0,22% e as Transferências Correntes, um decréscimo de 4,67%.

As arrecadações do FPE nos últimos cinco anos foram as seguintes:

EVOLUÇÃO DO FPE (QUINQUÊNIO 1995 – 1999)

ANO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL
1995	566.569.983,16	787.532.276,59
1996	640.950.044,72	801.187.555,90
1997	719.319.998,70	834.411.198,49
1998	801.215.297,78	889.348.980,54
1999	887.375.284,02	887.375.284,02

3.1.1.4 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Abrangendo Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas, esta Subcategoria Econômica obteve uma arrecadação de R\$ 324.748.439,00, contra uma previsão de R\$ 321.848.560,20. Em termos reais, sua arrecadação sofreu um acréscimo de 267,49 % em relação a 1998.

3.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital apresentaram uma arrecadação do importe de R\$ 1.796.127.408,70 superior à previsão que somou a importância de R\$ 1.181.091.027,49. Considerando-se a inflação verificada no período, teve um acréscimo em relação a 1998 de R\$ 55.416.618,99, ou seja, 3,18%.

Esta Categoria Econômica teve como maior fonte de receita as Operações de Crédito que alcançaram o montante de R\$ 1.206.517.324,08, e as Alienações de Bens que atingiram o valor de R\$ 416.469.931,85.

Dentre as operações de crédito realizadas pelo Estado no exercício, merece destaque os créditos obtidos junto ao Tesouro Nacional, para o processo de federalização do Banco do Estado do Ceará – BEC, num valor bruto de R\$ 985.386.180,25, conforme contrato de empréstimo de nº 82 – Tesouro Nacional – Governo do Estado - CT- Federalização – BEC, constante do Anexo 16 do Balanço sob exame.

O resultado obtido com as Alienações de Bens no exercício de 1999 foi influenciado, também, pelo processo de federalização do BEC, em virtude da venda da carteira imobiliária do BEC.

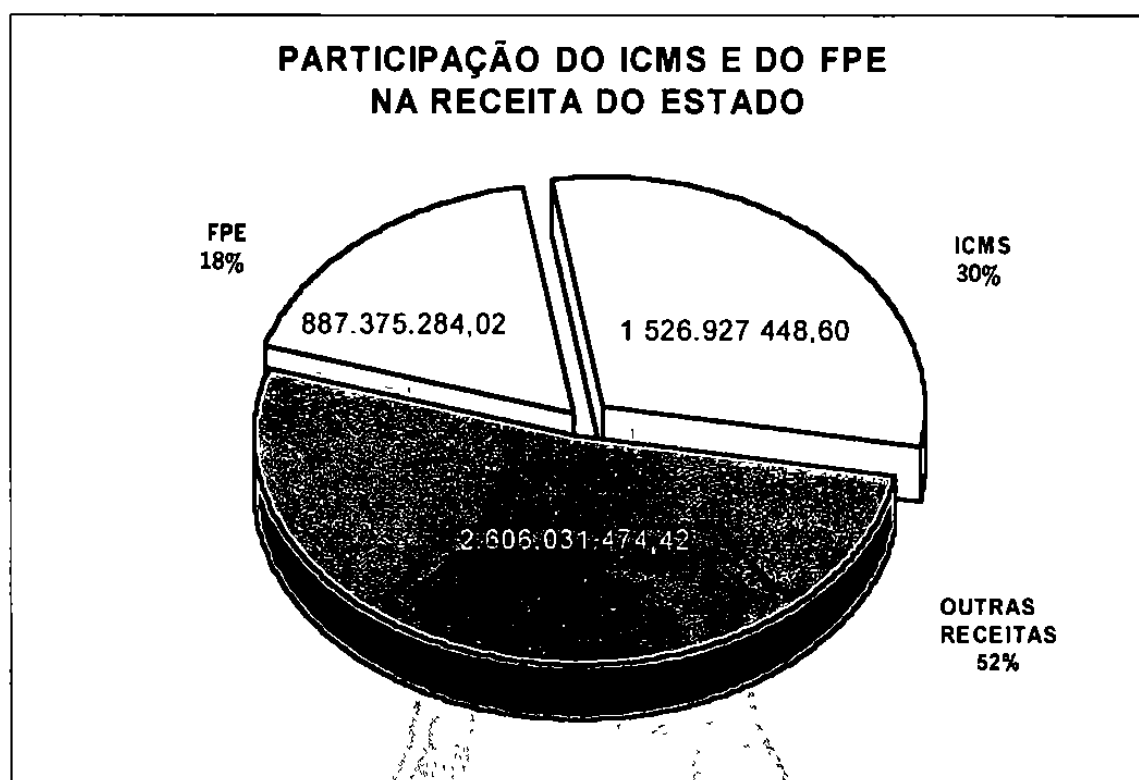
3.2 - SÍNTESE DA RECEITA

Estabelecendo-se um confronto entre a Receita Prevista (R\$ 4.510.618.901,96) com a Receita Arrecadada (R\$ 5.020.334.207,04), verificou-se uma arrecadação a maior de R\$ 615.036.381,21. Em termos reais, houve um acréscimo de 7,61% em relação a 1998, no cômputo geral da arrecadação da receita.

As Receitas Correntes, no total de R\$ 3.224.206.798,34, participaram com um percentual de 64,22% da arrecadação do Estado, destacando-se o ICMS e o FPE, cuja participações foram de 30,41% e 17,68%, respectivamente.

Já as Receitas de Capital contribuíram para a formação da arrecadação do Estado com a quantia de R\$ 1.796.127.408,70, isto é, 35,78%.

No gráfico abaixo está demonstrada a participação do ICMS e do FPE na receita do Estado:



3.3 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa autorizada da Administração Direta alcançou, no final do exercício de 1999, a quantia de R\$ 5 617.063.272,00.

Sua realização, de acordo com o Balanço Orçamentário, importou em R\$ 4.885.612 600,63, equivalente, portanto, a 86,99% da autorizada. Cotejando-se com a realizada do exercício anterior, constatou-se um incremento nominal de R\$ 1.433.480.944,48, e, considerando-se o índice de atualização de 1,11, observou-se um acréscimo real de 27,50%.

Vale salientar que, no cômputo geral de sua realização, encontram-se as importâncias de R\$ 159.790.234,35, inerentes a Restos a Pagar inscritos no exercício. Do valor empenhado, foram pagos R\$ 4.725.822.366,28.

Abaixo estão demonstrados os Restos a Pagar constantes do Balanço Geral, por Órgão:

		(R\$ 1,00)
	ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR
1.	A.L.	35.215,36
2.	T.C.E.	147.226,77
3.	T.C.M.	1.363.945,73
4.	T.J.	11.671.846,84
5.	O.G.E.	31.476,19
6.	D.P.G.E.	558.430,18
7.	SEAGRI	52.419,96
8.	SEINFRA	22.235.770,08
9.	S.S.P.D.C	18.153.646,29
10.	G.G.	97.318,82
11.	G.V.G.	32.545,70
12.	P.G.E.	626.058,95
13.	C.M.	127.195,57
14.	P.G.J.	4.731.504,48
15.	C.E.C.	48.984,60
15.	S.J.	760.143,49
16.	SEFAZ	15.057.132,70
17.	S.D.R.	1.491.056,20
19.	SEDUC	26.873.571,59
20.	SETECO	0,00
21.	S.S.	9.777.617,28
22.	S.D.E.	1.619.713,68
23.	SEPLAN	456.863,21
24.	S.C.D.	715.299,06
25.	SEAD	476.799,79
26.	S.R.H.	2.361.542,06
27.	SEGOV	185.711,05
28.	SECITECE	5.620.672,13

		(R\$ 1,00)
	ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR
29.	S.D.U.	199.735,87
30.	S.T.A.S.	5 636 768,11
31.	SETUR	119 114,70
32.	E.G.E.	28 524 907,91
	TOTAL	159.790.234,35

3.3.1 - DESPESAS CORRENTES

Compreendendo as Despesas de Custeio e Transferências Correntes, esta Categoria teve sua realização no total de R\$ 2 541 395.036,25, correspondente a 52,02% da Despesa Orçamentária, e apresentou-se assim distribuída:

		(R\$ 1,00)
Despesas de Custeio		976.697.887,14
Transferências Correntes		1.564.697.149,11
TOTAL		2.541.395.036,25

3.3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO

As despesas de custeio, cujo objetivo é o de manter serviços anteriormente criados, incluindo a conservação de bens móveis e imóveis, somaram a importância de R\$ 976.697.887,14, representando, por conseguinte,

38,43% das Despesas Correntes. Com relação ao exercício de 1998, esta Subcategoria teve um decréscimo nominal de 3,66%.

DESPESAS DE CUSTEIO	
1998	1999
1.013.816.611,13	976.697.887,14

3.3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

São consideradas Transferências Correntes as dotações destinadas a despesas para as quais não existem contraprestações de bens e serviços. As aludidas Transferências somaram o importe de R\$ 1.564.697.149,11, o que representa 61,57% das Despesas Correntes.

Os itens que mais se destacaram nesta Subcategoria foram os apresentados a seguir:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	REALIZAÇÃO (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Transferências Operacionais	185.992.708,30	7,32
Transferências a Municípios	433.595.992,25	17,06
Inativos	215.688.724,46	8,49
Juros da Dívida Contratada	146.537.117,73	5,77
Contribuições a Fundos	382.486.383,39	15,05

3.3.1.3 - DESPESAS COM PESSOAL

No item 2.1.2.2.1 do Relatório da Secretaria da Fazenda consta que os gastos com pessoal e encargos no exercício de 1999 atingiram a cifra de R\$ 1.305.121.329,75, correspondendo a 46,28% das Receitas Correntes Líquidas.

As despesas consideradas pela Secretaria da Fazenda como sendo despesas com pessoal e encargos foram aquelas realizadas nos elementos destacados abaixo:

Despesa de Pessoal	Poder Executivo	Out. Poderes e Min. Público	Total
Pessoal Civil	418.143.255,21	194.270.736,69	612.413.991,90
Pessoal Militar	99.708.168,82	0,00	99.708.168,82
Inativos	164.553.120,37	51.135.604,09	215.688.724,46
Pensionistas	60.213.457,55	14.244.304,73	74.457.762,28
Salário Família	698.684,61	27.814,29	726.498,90
Out. Transf. a Pessoas	191.287,24	68.856,03	260.143,27
Pessoal e Enc. Soc. - Autarq. e Fundações	140.947.352,74	0,00	140.947.352,74
Pessoal e Enc. Sociais- Fundos	132.205.036,24	0,00	132.205.036,24
Pessoal e Enc. Soc. - Emp. Púb. e Soc. Econ. Mista	28.713.651,14	0,00	28.713.651,14
Total	1.045.374.013,92	259.747.315,83	1.305.121.329,75

A Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art 169 da Constituição Federal, estabelece no seu Art. 1º, II, parágrafo único, e Art. 2º, I, II, que

“Art 1º- As Despesas Totais com Pessoal não podem exceder a:

...

II- no caso dos Estados e do Distrito Federal: sessenta por cento da Receita Corrente Líquida Estadual;

...

Parágrafo único Para fins do disposto neste artigo serão consideradas as despesas e as receitas de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, mantidas no todo ou em parte pelo Poder Público.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei Complementar, consideram-se:

I – Despesas Totais com Pessoal : o somatório das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais da administração direta e indireta, realizadas pela União, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, considerando-se os ativos, inativos e pensionistas, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive gastos com incentivos à demissão voluntária;

II – Despesas de Pessoal: o somatório dos gastos com qualquer espécie remuneratória, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, provenientes de cargos, funções ou empregos públicos, civis, militares ou de membros de Poder, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;"

Dessa forma, o cálculo apresentado pela Secretaria da Fazenda, como sendo de 46,28%, está dentro do limite permitido nos termos da Lei Complementar nº 96/99

Realizando uma análise mais aprofundada da matéria, constatou-se que foram classificadas no elemento econômico 3131 – Remuneração de Serviços Pessoais – despesas com folhas de pagamento da Assembléia Legislativa (R\$ 16 930 100,60), com o FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (R\$ 15.790.805,80) e com a Secretaria do Desenvolvimento Rural (R\$ 434 780,07), não computadas no cálculo da SEFAZ.

Merece ressaltar que, no caso da Assembléia Legislativa, a importância mencionada refere-se a pagamento de serviço prestado por pessoa física de forma continuada. No caso do FUNDEF, refere-se a pagamento de professores temporários. E, no caso da Secretaria do Desenvolvimento Rural, refere-se a pagamento de gratificação de produtividade. Tais despesas configuram como despesas com pessoal

Incluindo referidas despesas no cálculo apresentado pela SEFAZ as despesas com pessoal e encargos atingem o montante de R\$ 1.338.247.398,56, correspondendo a 47,46% das Receitas Correntes Líquidas, estando, portanto, ainda, dentro do limite permitido pela Lei Complementar nº 96/99 que é de 60%

3.3.2 - DESPESAS DE CAPITAL

Os gastos relacionados com Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital atingiram a importância de R\$ 2.344.217.564,38, significando, portanto, 47,99% da despesa orçamentária. Os referidos dispêndios sofreram um acréscimo, em termos reais, com relação a 1998, de 96,13%.

3.3.2.1 – INVESTIMENTOS

I N V E S T I M E N T O S		R(\$ 1,00)
1998	1999	
523.901.915,69	287.107.607,04	

Para atender a gastos com investimentos foi empregada a importância de R\$ 287.107.607,04, equivalente a 12,25% do total das Despesas de Capital.

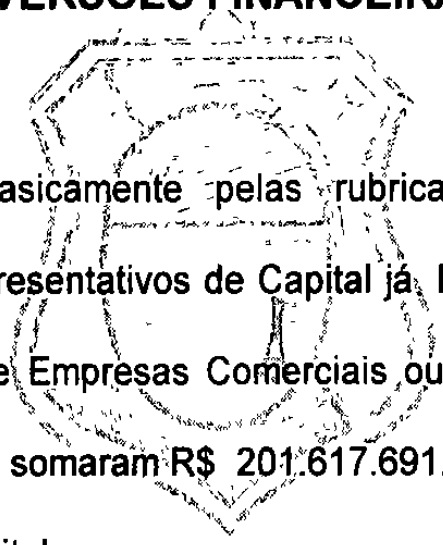
O Elemento Econômico que mais se destacou nesta categoria foi Investimento em Regime de Execução Especial-4130 (R\$ 255.559.627,57).

No ano de 1999, o montante dos recursos alocados em investimentos (R\$ 287.107.607,04) foi inferior ao destinado em 1998, que foi de R\$ 523.901.915,69.

A Constituição Estadual no seu art. 205 estabelece que o Estado deve despende um mínimo de vinte por cento (20%) da sua arrecadação tributária com investimentos.

No exercício de 1999 o Estado aplicou em investimento o equivalente a 24,42% das receitas tributárias, já deduzidas das transferências constitucionais aos municípios, tendo sido, portanto, cumprido o mandamento constitucional retromencionado.

3.3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS



Formadas basicamente pelas rubricas "Aquisição de Imóveis", "Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado" e "Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras", os dispêndios com Inversões Financeiras somaram R\$ 201.617.691,84, o que significa 8,60% do total das Despesas de Capital.

3.3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Esta Subcategoria Econômica totalizou o importe de R\$ 1.855.492.265,50, participando no total das Despesas de Capital com um percentual de 79,15%.

Aqui merece destaque o título "Auxílio para Despesa de Capital", cujo valor foi de R\$ 949.139.759,52 e as "Amortizações da Dívida Interna e Externa" que totalizaram R\$ 612.019.363,83 .

3.4-DESPESA AUTORIZADA E DESPESA REALIZADA

No exercício de 1999, o total da despesa autorizada importou em R\$ 5.616.442.126,16. Sua realização, no entanto, alcançou a quantia de R\$ 4.885.612.600,63, restando um saldo orçamentário de R\$ 730.829.525,53, conforme se demonstra abaixo:

	ÓRGÃO	AUTORIZADA	%	REALIZADA	%	SALDO ORÇAMENTÁRIO
1	A.L.	83 670 503,40	1,5	77.026.132,50	1,6	6.644.370,90
2.	T.C.E.	15.656.009,80	0,3	12 315.858,43	0,3	3.340.151,37
3	T.C.M.	18 109 996,60	0,3	17 519.343,96	0,4	590.652,64
4.	T.J.	166.361.712,89	3,0	151.849.091,42	3,1	14.512.621,47
5	O.G.E	2 236 759,06	0,0	2 134 199,93	0,0	102 559,13
6.	D.P.G.E	8 098 831,89	0,1	7.952.351,37	0,2	146 480,52
7	SEAGRI	14.349.297,00	0,3	2 200 891,50	0,0	12 148.405,50
8	SEINFRA	346 224.312,52	6,2	85.759.557,70	1,8	260.464.754,82
9.	S.S.P.D.C.	256.761.450,10	4,6	248 208 668,28	5,1	8 552 781,82
10.	G.G.	9.480.648,40	0,2	9.352.713,37	0,2	127 935,03
11.	G.V.G	844.743,80	0,0	782 407,66	0,0	62 336,14
12.	P.G.E.	8.938 604,00	0,2	8 384 956,68	0,2	553.647,32
13	C.M.	2 351 625,20	0,0	2 316 628,12	0,0	34.997,08
14	P.G.J	48.696.328,79	0,9	48 053 174,97	1,0	643.153,82
15.	C.E.C	1 027.429,00	0,0	910.292,07	0,0	117.136,93
16	S.J	19 673.386,70	0,4	17 437 479,06	0,4	2 235.907,64
17.	SEFAZ	182.243.719,00	3,2	173 567 127,60	3,6	8.676.591,40
18.	S.D.R	96 025.937,72	1,7	63 114.812,32	1,3	32.911.125,40
19.	SEDUC	708.262 038,21	12,6	588 515 726,54	12,0	119 746 311,67
20.	SETECO	164 631 776,51	2,9	161 948.497,08	3,3	2.683.279,43
21	S.S.	167 678 301,79	3,0	162 921 593,67	3,3	4 756.708,12

ÓRGÃO	AUTORIZADA	%	REALIZADA	%	SALDO ORÇAMENTÁRIO
22 S.D E	257 994.440,70	4,6	253.278.455,95	5,2	4 715.984,75
23. SEPLAN	24 803 254,98	0,4	23.572 422,46	0,5	1.230.832,52
24. S.C D.	27 104.183,48	0,5	18.927 470,71	0,4	8.176 712,77
25 SEAD	10 170.746,97	0,2	9.941 175,87	0,2	229 571,10
26 S R H.	186 625.386,73	3,3	84.060 035,19	1,7	102.565 351,54
27 SEGOV	17 679.363,00	0,3	17 543.834,08	0,4	135.528,92
28. SECITECE	104 740.224,69	1,9	83.537.270,36	1,7	21.202.954,33
29. S.D U	71 882 375,17	1,3	72.122 912,07	1,5	(240 536,90)
30 S.T.A.S.	198 317.272,04	3,5	161.577 932,12	3,3	36.739 339,92
31. F D C.	6.765 000,00	0,1	5.950 642,46	0,1	814 357,54
32 SETUR	14.067 216,59	0,3	8.615.784,18	0,2	5.451.432,41
33 R C.	619,70	0,0	0,00	0,0	619,70
34. E.G E	2 374.968.629,73	42,3	2.304.213 160,95	47,2	70.755 468,78
TOTAL	5.616 442.126,16	100,0	4.885 612 600,63	100,0	730 829.525,53

Em virtude da ocorrência tratada no item 2, o total da Despesa Autorizada e do Saldo Orçamentário constante do Balanço sob análise está apresentado a maior em R\$ 621.145,84.

4 - BALANÇOS GERAIS

De conformidade com a Lei 4.320, de 17/03/64, que "estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", em seu art. 101, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Da verificação efetuada junto às referidas peças que compõem o Balanço Geral do Estado, encontram-se os resultados constantes dos itens que se seguem.

4.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Aqui são demonstradas as Receitas Previstas e Arrecadadas, bem como as Despesas Autorizadas e Realizadas, indicando as diferenças existentes entre elas.

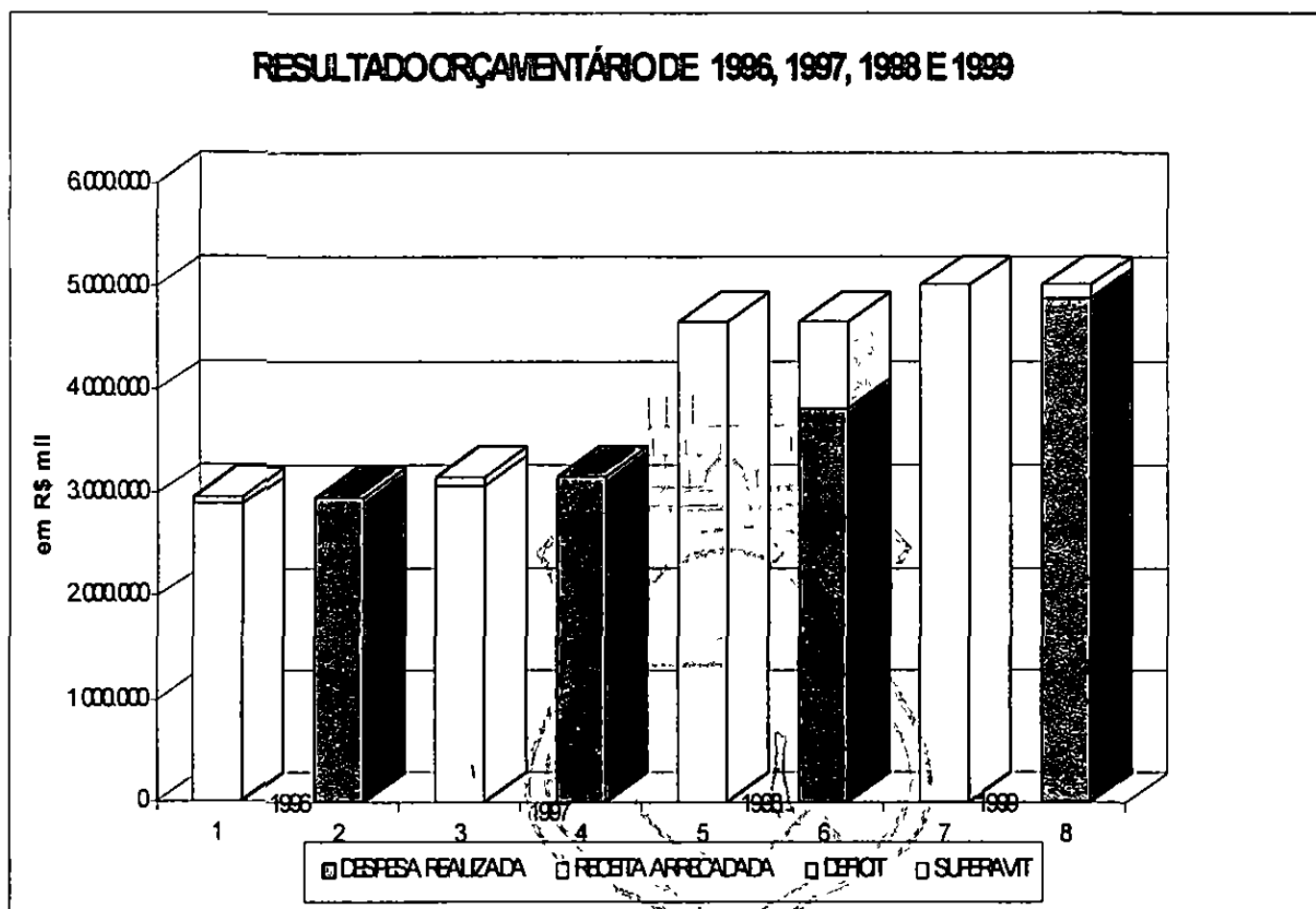
A Receita Prevista foi de R\$ 4.510.618.901,96, enquanto sua execução foi de R\$ 5.020.334.207,04, o que ocasionou uma arrecadação a maior de R\$ 509.715.305,08.

A Despesa Fixada (créditos ordinários e suplementares mais créditos especiais), constante do Balanço Orçamentário, atingiu o montante de R\$ 5.617.063.272,00. Sua realização foi de R\$ 4.885.612.600,63.

Consoante ocorrência apontada no item 2 deste Relatório, a Despesa Fixada está registrada no Balanço Orçamentário no importe a maior de R\$ 621.145,84.

Do confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Realizada surgiu o Resultado Orçamentário do exercício, demonstrado abaixo:

No gráfico, abaixo, são demonstrados os resultados orçamentários de 1996 a 1999:



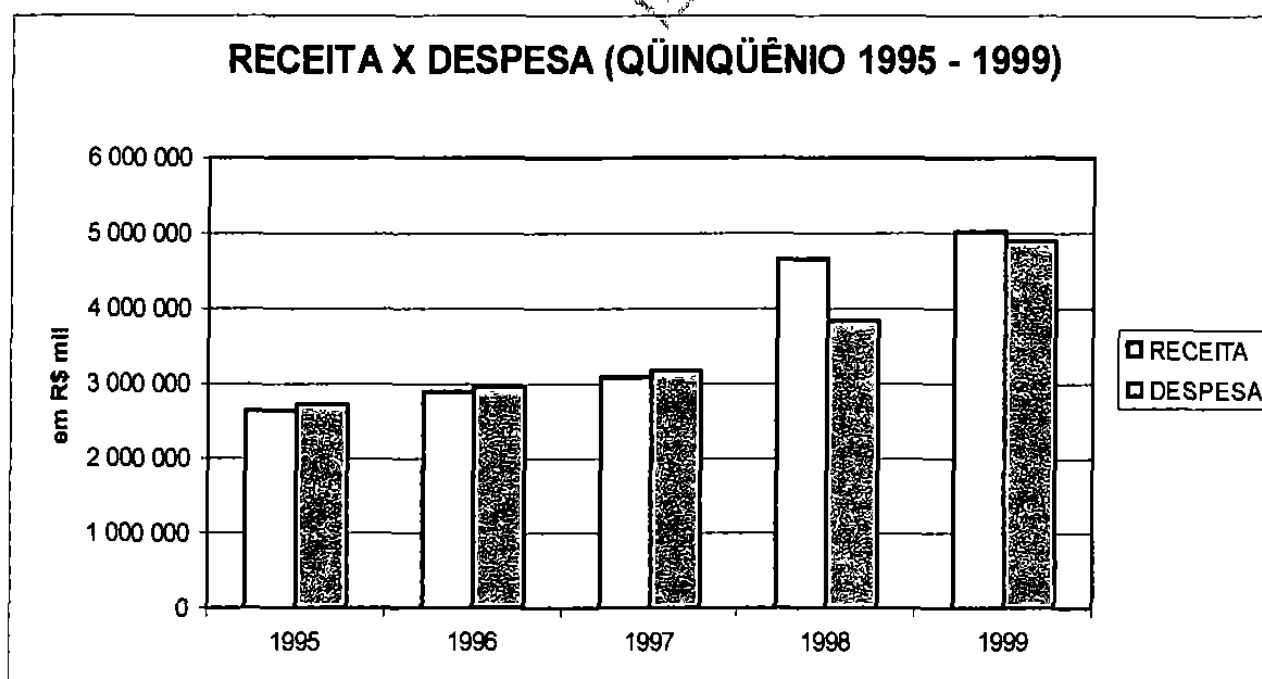
	(R\$ 1,00)
RECEITA ARRECADADA	5.020.334.207,04
DESPESA REALIZADA	4.885.612.600,63
SUPERÁVIT	134.721.606,41

4.1.1 - COMPORTAMENTO DA RECEITA

(Quinquênio 1995 - 1999)			(R\$ 1,00)
EXERCÍCIO	RECEITA NOMINAL	RECEITA REAL	% REAL P/99
1995	1.902.585.143,84	2.644.593.349,94	52,67
1996	2.313.283.648,41	2.891.604.560,51	57,60
1997	2.653.844.135,97	3.078.459.197,73	61,32
1998	4.202.939.136,26	4.665.262.441,25	92,93
1999	5.020.334.207,04	5.020.334.207,04	100,00

4.1.2 - COMPORTAMENTO DA DESPESA

(Quinquênio 1995 - 1999)			(R\$ 1,00)
EXERCÍCIO	DESPESA NOMINAL	DESPESA REAL	% REAL P/99
1995	1.955.341.467,14	2.717.924.639,32	55,63
1996	2.368.220.282,43	2.960.275.353,04	60,59
1997	2.737.907.164,19	3.175.972.310,46	65,01
1998	3.452.131.656,15	3.831.866.138,33	78,43
1999	4.885.612.600,63	4.885.612.600,63	100,00

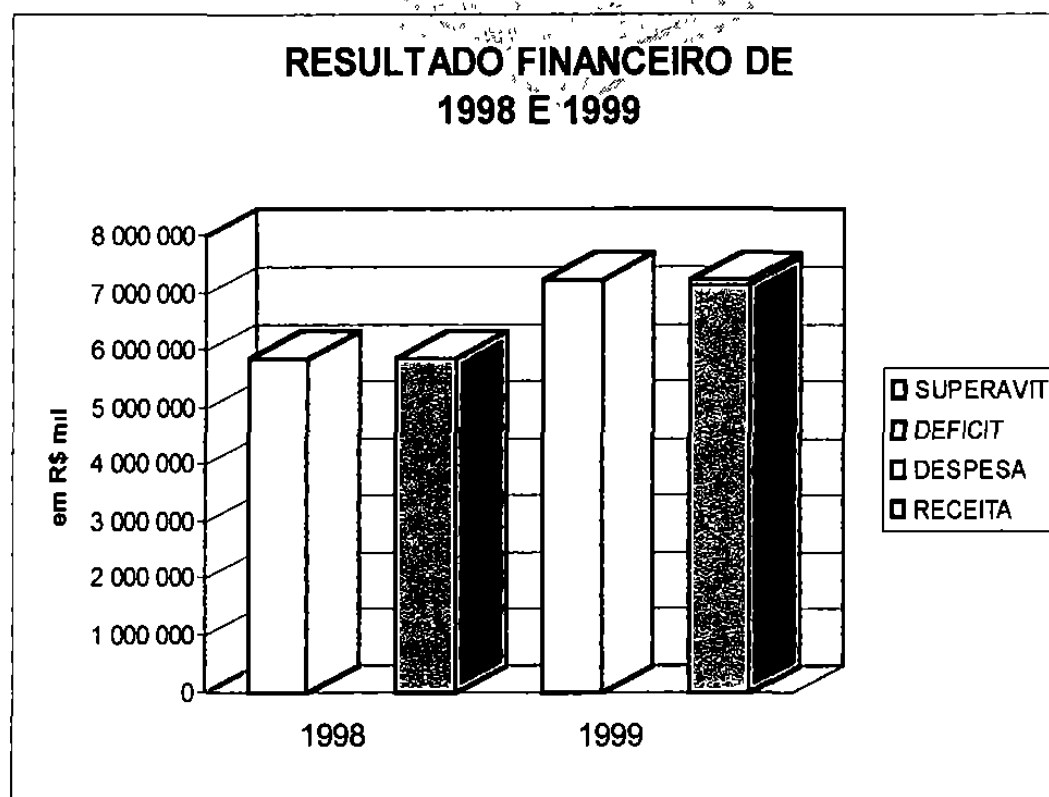


4.2 - BALANÇO FINANCEIRO

Nesta peça são demonstradas a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Apresentando uma receita de R\$ 7.246.358.043,61 e uma despesa de R\$ 7.167.611.333,56, o Balanço Financeiro demonstrou um superávit financeiro de R\$ 78.746.710,05, o qual adicionado ao saldo anterior de R\$ 6.768.321,85, foi obtida a importância de R\$ 85.515.031,90, valor este registrado como saldo para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício sob análise foi superavitário, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



4.2.1 - RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS

Sendo a Receita e a Despesa Orçamentárias examinadas em seus detalhes e levando-se em consideração o desdobramento da despesa por função, constante do Balanço Financeiro em análise, originou-se o quadro demonstrativo que se segue, com a finalidade de visualização dos quantitativos existentes em cada uma das funções.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALOR (R\$)	PART. (%)
01 – LEGISLATIVA	39 678 776,71	0,81
02 – JUDICIÁRIA	127 148.797,60	2,60
03 – ADM E PLANEJAMENTO	2 626 085.943,75	53,75
04 – AGRICULTURA	62 272.697,97	1,28
05 – COMUNICAÇÕES	3.484.066,47	0,07
06 – DEF NACIONAL E SEG. PÚBLICA	183 252 330,73	3,75
07 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1 099 439,77	0,02
08 – EDUCAÇÃO E CULTURA	609.084 405,77	12,47
09 – ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	83.642.571,01	1,71
10 – HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	76 560 752,09	1,57
11 – INDÚSTRIA COM E SERVIÇO	264 748 352,86	5,42
13 – SAÚDE E SANEAMENTO	102.246 304,92	2,09
14 – TRABALHO	24.275 660,86	0,50
15 – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	488.457 048,68	10,00
16 – TRANSPORTE	193.575 452,16	3,96
TOTAL	4.885.612 600,63	100,00

4.2.2-RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

A Receita relacionada com as operações de natureza extra-orçamentária foi da ordem de R\$ 2 226.023.836,57 e a Despesa inerente às operações da mesma natureza atingiram o montante de R\$ 2.281.998.732,93. Nos itens seguintes serão analisadas as operações acima aludidas.

4.2.2.1 - DÍVIDA FLUTUANTE

Apresentada tanto no Balanço Financeiro quanto no Anexo 17 do Balanço Geral, a Dívida Flutuante será estudada por meio de seus componentes, como a seguir se verifica:

4.2.2.1.1 - RESTOS A PAGAR

Constituído dos compromissos não saldados no exercício ora analisado, os Restos a Pagar apresentaram uma inscrição efetiva da ordem de R\$ 159.790.234,35, que somada ao saldo proveniente do exercício anterior, no caso R\$ 166.637.406,83 atingiu o montante de R\$ 326.427.641,18. Os pagamentos e cancelamentos efetivados atingiram as quantias de R\$ 157.293.014,94 e R\$ 5.236.877,82, respectivamente, ficando, portanto, o importe de R\$ 163.897.748,42 como saldo para o exercício seguinte.

4.2.2.1.2 - SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR

Esta conta possuía um saldo no final do exercício de 1998 de R\$ 7.780.288,48. Os pagamentos alcançaram a cifra de R\$ 7.780.288,48. Como não houve inscrições no exercício sob exame não restou saldo para o exercício de 2000.

4.2.2.1.3 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Sua inscrição no exercício importou em R\$ 1.277.111.324,62, que acrescida do saldo anterior (R\$ 82.020.259,26) e deduzido o valor da baixa (R\$ 1.236.318.052,21) resultou em um saldo de R\$ 122.813.531,67 para o exercício seguinte.

4.2.2.2- OUTRAS CONTAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

4.2.2.2.1 - AGENTE FINANCEIROS CREDITORES

Esta conta tinha um saldo no início do exercício de R\$ 44.741.916,43. Os pagamentos no período totalizaram R\$ 44.741.916,43, não houve inscrições no exercício sob análise, não restou, portanto, saldo para o exercício de 2000.

4.2.2.2.2 - AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES

Sua inscrição no exercício em análise importou em R\$ 835.793.843,68, que acrescido do saldo anterior (R\$ 923.805.966,59) atingiu o montante de R\$ 1.759.599.810,27. Como os recebimentos totalizaram R\$ 789.122.421,92, restou a quantia de R\$ 970.477.388,35.

4.2.2.2.3 – DIVERSOS RESPONSÁVEIS

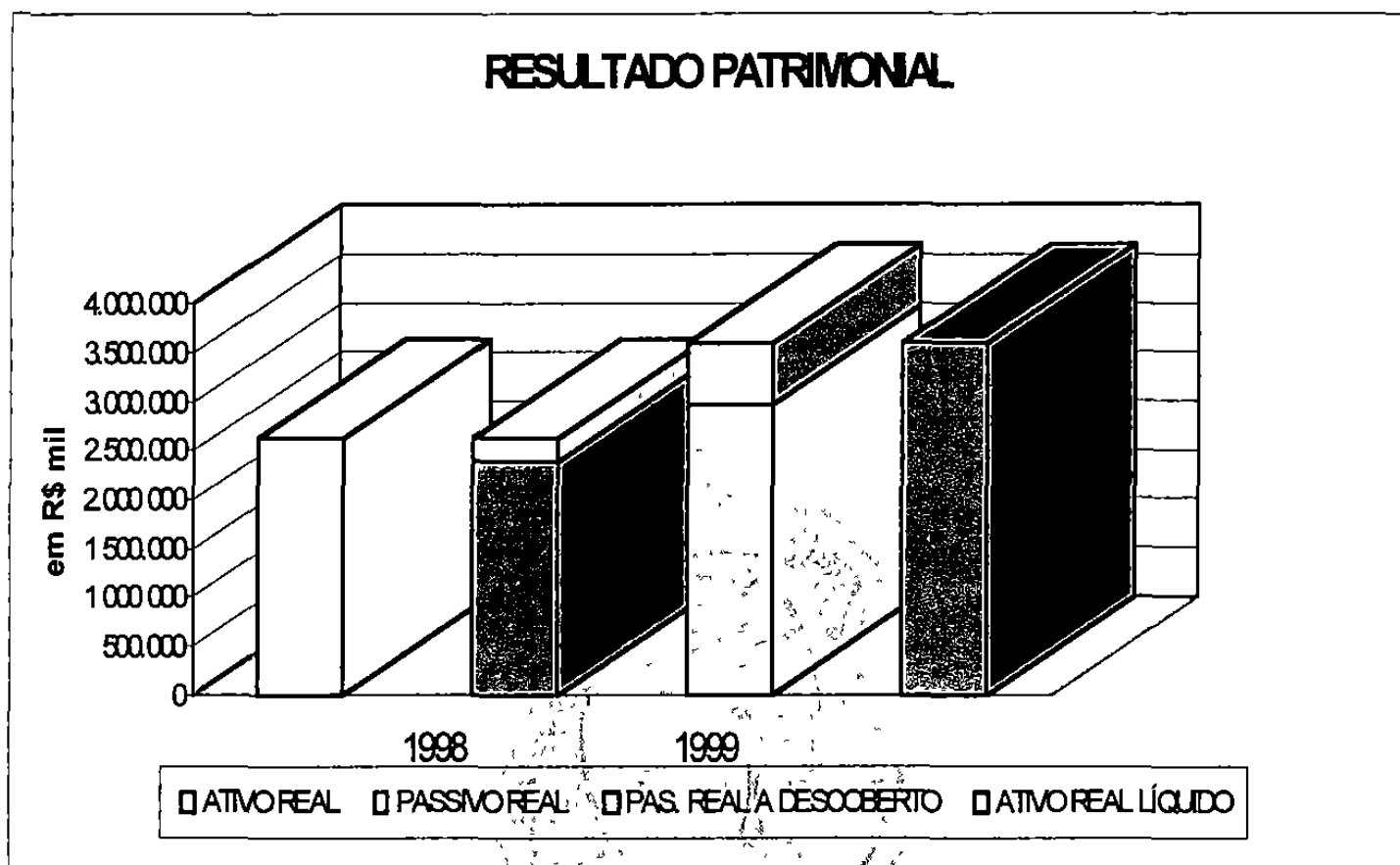
Esta conta não possuía saldo no início do exercício. Os débitos no período alcançaram a cifra de R\$ 71.617,19. Os créditos atingiram igual valor. Não restou saldo para o exercício seguinte.

4.3 - BALANÇO PATRIMONIAL

A peça contábil em análise espelha a situação econômico-financeira do patrimônio público, integrado por contas que se referem aos bens, direitos e obrigações, e demonstrados, respectivamente, no Ativo e Passivo.

Da análise efetuada nos quadros que compõem o Balanço Patrimonial, verificou-se um "PASSIVO REAL DESCOBERTO", ou seja, um resultado negativo da ordem de R\$ 640.795.160,00.

No gráfico abaixo estão demonstrados os Resultados Patrimoniais de 1998 e 1999:



4.3.1 - ATIVO FINANCEIRO

No Ativo Financeiro são registradas as contas atinentes a créditos e valores realizáveis independentes de autorização orçamentária e dos valores numerários.

A seguir, um demonstrativo do Ativo Financeiro referente ao exercício de 1998 e 1999:

ATIVO FINANCEIRO	1998	(R\$ 1,00) 1999
DISPONÍVEL		
Bancos e Correspondentes	3.306.866,99	29.474.558,24
Órgãos Arrecadores	3.461.454,86	56.040.473,66
REALIZÁVEL		
Agentes Financeiros Devedores	923.805.966,59	970.477.388,35
TOTAL	930.574.288,44	1.055.992.420,25

Da demonstração anterior, observou-se um acréscimo do Ativo Financeiro, com relação a 1998, de R\$ 125.418.131,81. Em termos reais, houve um aumento de 2,23%, em relação a 1998.

4.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO

No Passivo Financeiro estão as contas atinentes aos compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária.

Apresenta-se, a seguir, um quadro demonstrativo da posição do Passivo Financeiro de 1998 e 1999:

PASSIVO FINANCEIRO	1998	(R\$ 1,00) 1999
Restos a Pagar	166.637.406,83	163.897.748,92
Serviços da Dívida a Pagar	7.780.288,48	-
Depósito de Diversas Origens	82.020.259,26	122.813.531,67
Outras Entidades Credoras	8.405.362,14	7.790.300,58
TOTAL	309.585.233,14	294.501.580,67

A análise detalhada das contas acima aludidas foi efetuada no item 4.2.2.1 do presente Relatório.

Vale salientar que, com relação ao exercício de 1998, os compromissos assumidos pelo Estado tiveram um decréscimo, em termos reais, de 14,30 %.

Ressalte-se ainda que, de acordo com os dados expostos no Ativo e Passivo Financeiros de 1999, a situação se apresentou superavitária, uma vez que os créditos e valores disponíveis e realizáveis do Estado (R\$ 1.055.992.420,25) foram superiores aos compromissos estaduais, que somaram R\$ 294 501.580,67 .

4.3.3 - ATIVO PERMANENTE

No Ativo Permanente encontram-se os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

A seguir, será procedido um estudo sobre os dados inseridos no Ativo Permanente de 1999, mostrando seu comportamento com relação a 1998:

	(R\$ 1,00)	
ATIVO PERMANENTE	1998	1999
BENS DO ESTADO		
Bens Móveis	104.987.780,47	134.546.256,25
Bens Imóveis	368.912.491,79	451.621.861,11
CRÉDITOS		
Dívida Ativa	466.771.717,91	646.556.829,36
Participação no Capital de Empresas	719.206.133,44	668.919.530,30
VALORES		
Títulos Representativos de Capital de Empresas	4.161.186,87	4.161.186,87
Almoxarifados	24.037.505,35	4.443.375,93
TOTAL	1.688.076.815,83	1.912.249.039,82

Pelos dados demonstrados acima, observa-se que o Ativo Permanente teve, com relação a 1998, um incremento nominal de R\$ 224.172.223,99 e, em termos reais, houve um acréscimo de 2,05%.

4.3.4 - PASSIVO PERMANENTE

No Passivo Permanente acham-se insertas as dívidas fundadas, cujas movimentações dependem de autorização legislativa. Compreendem as dívidas contraídas a longo prazo, internas e externas, representadas por títulos e contratos.

Feito um confronto entre o Passivo Permanente do exercício ora analisado e os dados que constam no mesmo demonstrativo do Balanço Geral de 1998, observou-se a situação que se segue:

		(R\$ 1,00)
PASSIVO PERMANENTE	1998	1999
DÍVIDA FUNDADA INTERNA		
Por Contratos	1.568.133.289,55	2.477.005.736,99
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		
Por Contratos	511.061.142,75	837.529.302,41
TOTAL	2.079.194.432,30	3.314.535.039,40

A Dívida Fundada Interna, que é bem superior a Externa, em 1998 foi de R\$ 1.568.133.289,55, enquanto que a mesma em 1999 atingiu o montante

de R\$ 2.477.005.736,99. O crescimento nominal de 1999 com relação a 1998, foi de R\$ 1.235.340.607,10, isto é, 59,4%.

Os principais credores nacionais do Estado são: o Tesouro Nacional (R\$ 1.348.695.595,90), o Banco do Brasil (R\$ 714.816.165,82), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (R\$ 141.952.115,78), a Caixa Econômica Federal (R\$ 92.491.326,12) e o Banco do Nordeste do Brasil (R\$ 110.246.155,85).

As taxas de juros cobrados ao Estado por essas instituições variam de 0,00% a 12% a.a.

No exercício de 1999, o Estado recebeu recursos das referidas instituições no montante de R\$ 1.097.648.479,48. Deste valor a importância de R\$ 1.064.950.600,25 foi liberada pelo Tesouro Nacional, sendo que o valor de R\$ 985.386.180,25 foram liberados para o saneamento do Banco do Estado do Ceará.

A Dívida Fundada Externa, que em 1998 alcançou a cifra de R\$511.061.142,75, em 1999 passou para R\$ 837.529.302,41. O acréscimo nominal entre os dois exercícios foi de R\$ 326.468.159,66, o que corresponde a 63,88%.

Os principais credores estrangeiros do Estado são os bancos americanos BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e o BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento)

Os citados Organismos internacionais normalmente emprestam seus recursos de maneira a cobrir metade do custo total do projeto aprovado,

considerado de interesse do solicitante, sendo o restante do valor do projeto financiado pelo contratante.

É certo que, pelos valores emprestados efetivamente desembolsados por tais organismos, são cobrados juros, que são em média 6,5% a.a., bem como outras taxas contratuais negociáveis, inclusive, comissão de compromisso em torno de 0,75% a.a., sobre os saldos não desembolsados.

A dívida do Estado junto ao BID totalizou R\$ 554.293.678,49. Já com o BIRD a dívida alcançou a cifra de R\$ 260.168.719,91 No exercício de 1999 as referidas instituições liberaram recursos para o Estado no montante de R\$ 102.074.658,58.

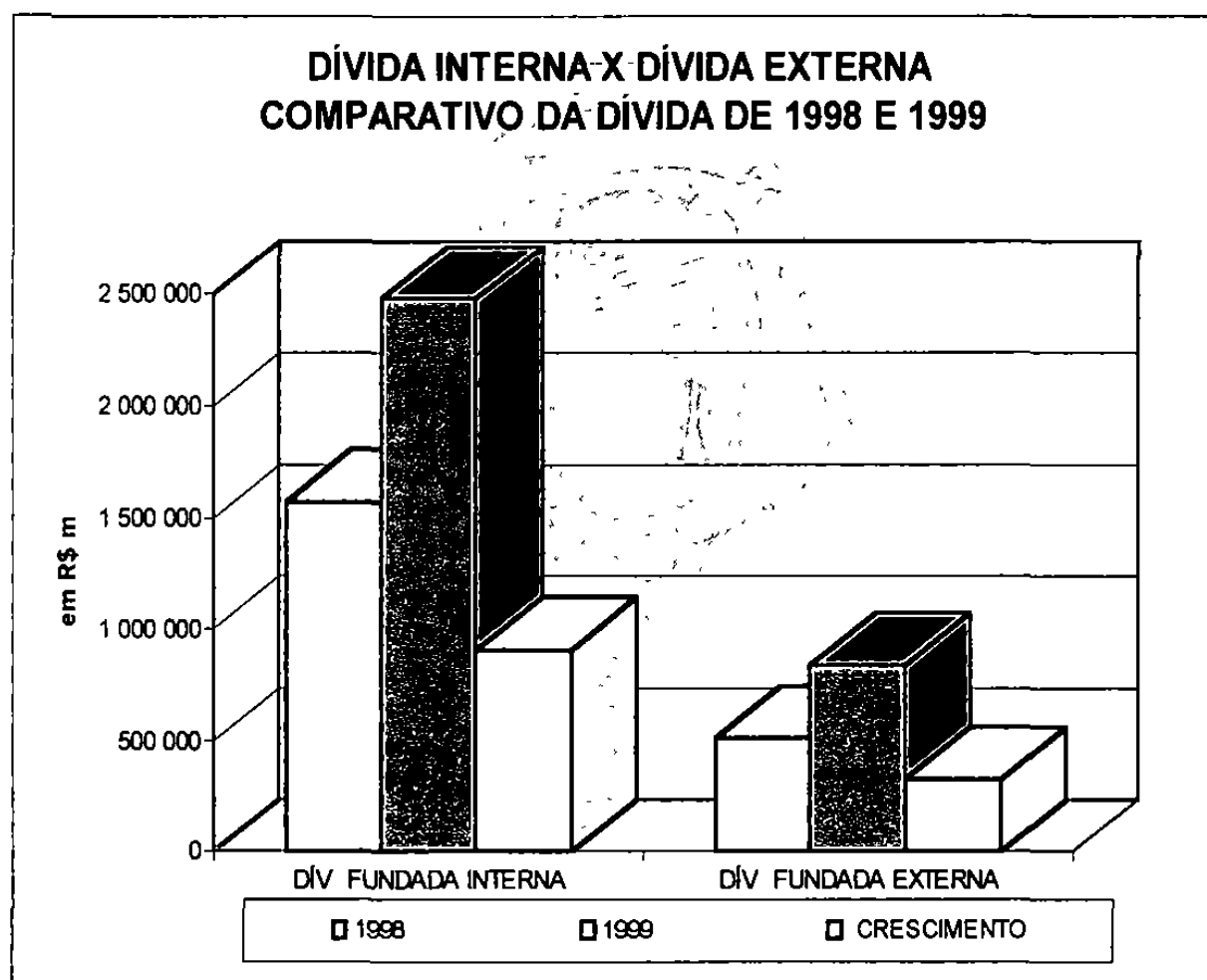
As receitas obtidas com os empréstimos internos e externos, no exercício de 1999, alcançaram a cifra de R\$ 1.206.517.324,08, representando 24,03% da receita arrecadada pelo Estado.

As despesas realizadas com os encargos (R\$ 201.263.130,83) e com as amortizações (R\$ 612.019.363,83) da dívida interna e externa, no exercício sob análise, alcançaram o montante de R\$ 813.282.494,66, correspondendo a 16,65% da despesa realizada pela Administração Direta. Tal valor supera os gastos realizados em funções prioritárias do Governo como: Saúde e Saneamento, Defesa Nacional e Segurança Pública, Educação e Cultura. Os referidos gastos só não superaram os realizados na Função Administração e Planejamento

Considerando o montante atual da dívida pública estadual (R\$ 3.314.535.039,40) é preocupante o seu incremento nos níveis atuais, já que no exercício de 1999 houve um crescimento nominal de R\$ 1.235.340.607,10. Isso

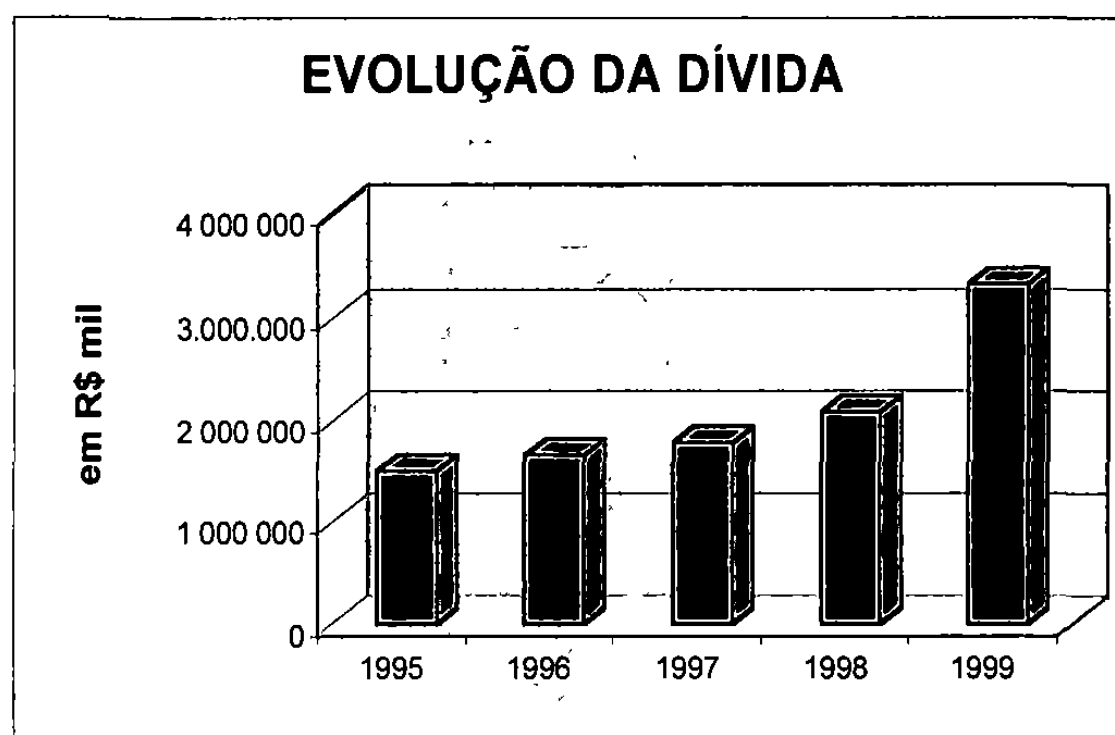
consequentemente acarretará no futuro um comprometimento da capacidade de pagamento futura do Estado.

O crescimento nominal da dívida interna e externa do Estado em 1999, com relação ao exercício de 1998, pode ser visualizado no gráfico apresentado a seguir:



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (1995 - 1999)

ANO	DIV. INTERNA	DIV. EXTERNA	TOTAL
1995	1.241 346.895,23	251.023.868,76	1.492.370.763,99
1996	1 321.614.359,55	336 138.220,95	1.657.752.580,50
1997	1.446 197.468,02	329.643.797,49	1.775.841 265,51
1998	1.568.133.289,55	511 061.142,75	2.079.194.432,30
1999	2.477.003.736,99	837 535.039,40	3.314.535.039,40



De acordo com as notas de empenho encaminhadas pela Secretaria da Fazenda a este Tribunal, foram empenhadas despesas no montante de R\$ 582.285.703,70 e R\$ 152.489.768,63, alusivas a amortização e encargos da dívida interna, respectivamente.

Do total empenhado foram pagas as importâncias de (R\$ 582 285 703,70) e (R\$ 152.489.768,63) referentes a amortização e encargos, nesta ordem. Acrescentando a tais valores os pagamentos efetuados no exercício

de 1999 relativos à amortização (R\$ 3.009.373,30) e encargos da dívida (R\$ 4.770.915,18) de 1998, obtêm-se as importâncias de R\$ 585.295.077,00 e R\$ 157.260.683,81, respectivamente, como sendo os valores pagos com amortização e encargos da dívida interna.

No anexo 16 consta que, no exercício de 1999, a amortização da dívida interna foi da ordem de R\$ 585.192.966,88 e os pagamentos dos juros alcança a quantia de R\$ 157.205.676,85

A diferença constante na amortização (R\$ 102.110,12) e nos encargos (R\$ 55.006,96) da dívida interna, de acordo com os itens 2.1.2.2.1 e 2.1.2.2.2 do Relatório da Secretaria da Fazenda, corresponde ao pagamento da garantia oferecida pelo Estado no contrato nº 2, COM-FUSEC.

Dentro de uma ótica global, a dívida do Estado, no final de 1999, apresentou a situação que se segue:

	(R\$ 1,00)
PASSIVO FINANCEIRO	294.501.580,67
PASSIVO PERMANENTE	2.314.535.039,40
PASSIVO REAL	3.609.036.620,27

No exercício de 1998, o quadro foi o seguinte:

	(R\$ 1,00)
PASSIVO FINANCEIRO	309.585.233,14
PASSIVO PERMANENTE	2.079.194.432,30
PASSIVO REAL	2.388.779.665,44

Confrontando-se as situações atinentes aos dois exercícios constatou-se um aumento nominal do Passivo Real de R\$ 1.220.256.954,83, o que, em termos percentuais, significa 51,08%.

4.3.5 - CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Inseridas neste grupo encontram-se as contas representativas de valores de terceiros em poder do Estado, ou valores a este pertencentes que se acham em poder de terceiros, sem que tenha havido transferência de propriedade. As contas em pauta não são integradas ao Patrimônio, figuram apenas transitoriamente para que seja caracterizado o tipo de operação efetuada. Finalmente, são as contas que registram os atos administrativos, mas que não afetam, de princípio, o Patrimônio Público.

Feitos os esclarecimentos acima, passa-se a demonstrar o comportamento destas contas, quando do encerramento do exercício em análise.

(R\$ 1,00)	
ATIVO COMPENSADO	VALOR
Valores de Terceiros	
Bens de Terceiros em Utilização pelo Estado	1.462.479,16
Caixa de Título Emitido	122.020.557,91
Valores e Obrigações Diversas	
Avais, Fianças e Outras Garantias	533.932.874,69
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	194.129,51
Outros Valores e Obrigações Diversas	265.888.715,70
TOTAL	923.498.756,97

PASSIVO COMPENSADO	(R\$ 1,00) VALOR
Contrapartida de Valores de Terceiros	
Credores Por Bens em Poder do Estado	1.462.479,16
Títulos Emitidos	122.020.557,91
Contrapartida de Valores e Obrigações Diversas	
Credores por Avais, Fianças e Outras Garantias	533.932.874,69
Suprimentos de Fundos Concedidos	194.129,51
Resp. por Outros Valores e Obrigações Diversas	265.888.715,70
TOTAL	923.498.756,97

4.4 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES

PATRIMONIAIS

Esta peça evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

4.4.1-VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES POSITIVAS	(R\$ 1,00) VALOR
Receita Orçamentária	5 020.334.207,04
Mutações Patrimoniais	976.164.872,37
TOTAL	5.996.499 079,41

	(R\$ 1,00)
VARIAÇÕES NEGATIVAS	VALOR
Despesa Orçamentária	4.885.612 600,63
Mutações Patrimoniais	1.220.093.680,17
TOTAL	6.105.706.280,80

Cotejando-se o total dessas variações, observou-se o resultado das operações que encerram uma execução orçamentária no importe de R\$ 109 307.201,39 (Déficit Orçamentário).

4.4.2. - VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	(R\$ 1,00)
VARIAÇÕES POSITIVAS	VALOR
Inscrição da Dívida Ativa	199.486.271,19
Inscrição de Outros Créditos	383 039.319,82
Incorporação de Bens	77.615.503,26
Cancelamento Restos a Pagar	5.236.877,82
Baixa de Restos a Pagar	157.293.014,94
Baixa de Dívidas Passivas	615.061,56
Cancelamento de Outras Dívidas Passivas	435.405.375,60
TOTAL	1 258 691 424,19

	(R\$ 1,00)
VARIAÇÕES NEGATIVAS	VALOR
Cancelamento da Dívida Ativa	6.124.803,65
Encampação de Dívidas Passivas	144,32
Saída de Materiais	66.317.062,75
C M da Dívida Pública	1.079.155.285,63
Baixa de Restos a Pagar	157.293.014,94
Baixa de Títulos e Valores	258.736.749,26
Baixa de Direitos	370.994.432,29
Desincorporação de Bens	81.529.328,79
TOTAL	2.020.150.821,63

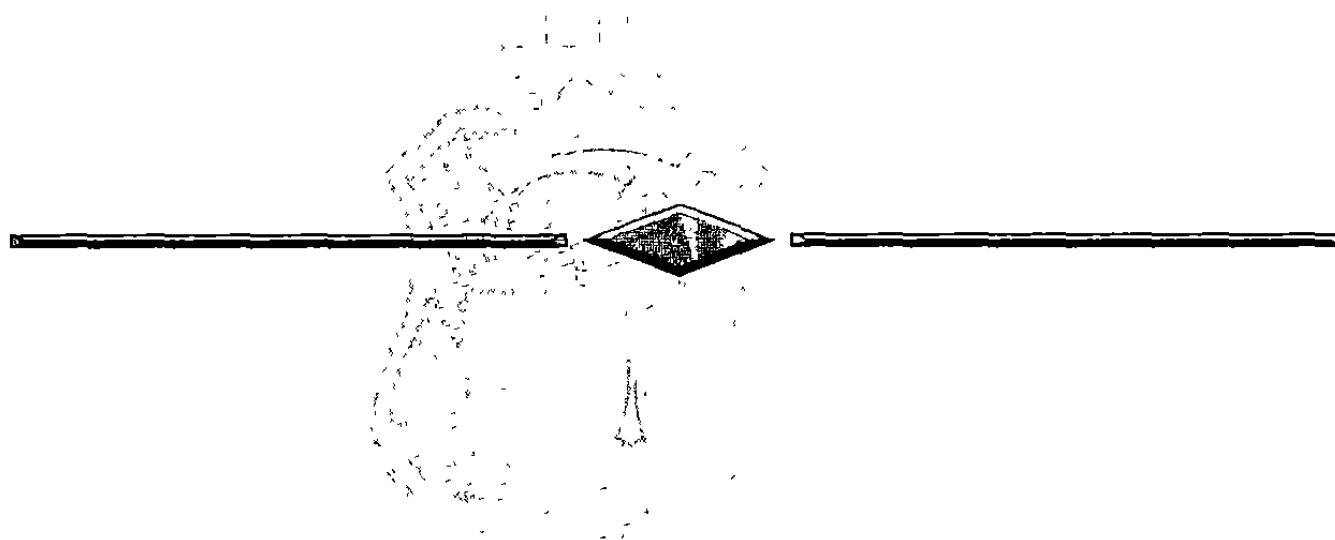
Da diferença verificada entre os totais anteriormente demonstrados, adveio o resultado patrimonial independente da execução orçamentária, que foi de R\$ 761.259.397,44 (Déficit Extra-Orçamentário).

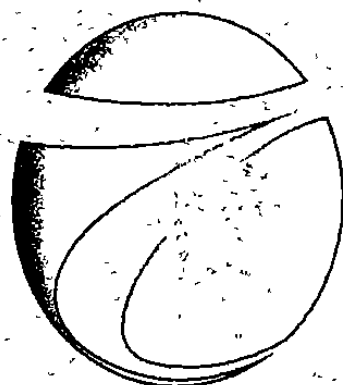
Confrontando-se estes valores, tem-se o resultado patrimonial do exercício, como se pode ver a seguir:

	(R\$ 1,00)
Déficit Orçamentário	109.307.201,39
Déficit Extra-Orçamentário	761.259.397,44
Déficit Patrimonial	870.666.598,83

Do confronto feito entre o Ativo Real Líquido de 1998 com o Passivo Real Descoberto verificado no exercício em análise, surgiu a quantia de R\$ 870.666.598,83, que corresponde ao Déficit Patrimonial do exercício.

	(R\$ 1,00)
ATIVO REAL LÍQUIDO(1998)	229.871.438,83
PASSIVO REAL DESCOBERTO (1999)	640.795.160,00
DIFERENÇA	870.666.598,83





**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

*Análise da Utilização
dos Recursos na
Administração Pública*

III - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Aqui serão abordados os dados referentes à execução orçamentária da Administração Direta e os reflexos, em termos de realizações físicas, nos diversos órgãos da Administração Pública Estadual.

O método de análise utilizado tomou por base a classificação funcional - programática e a seleção de prioridades em áreas de interesse social.

Com base nas prioridades estabelecidas, serão enfocadas as Funções 03 - Administração e Planejamento, 4 - Agricultura, 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, 08 - Educação e Cultura, 11 - Indústria Comércio e Serviços, 13 - Saúde e Saneamento, 16 - Transporte.

Dentro de cada Função Governamental foram selecionados os Programas mais representativos, assim como as Atividades e Projetos que foram desenvolvidos no ano de 1999.

Cumpre, entretanto, ressaltar que a avaliação pretendida não teve o resultado almejado, em virtude de dificuldades, até mesmo impossibilidade (pela inexistência), de obtenção de dados e elementos que propiciassem um maior aprofundamento do exame.

1 - DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

Despesa Realizada por Funções de Governo

FUNÇÕES	1996	1997	1998	(em R\$ mil) 1999
Legislativa	9 628	36.102	41.978	39 679
Judiciária	1.921	115.355	136 478	127.149
Administ. e Planejamento	1.869.455	1.184.879	1.104.493	2.626.086
Agricultura	3.659	62.820	102.460	62.273
Comunicação	196	5.519	4.258	3.484
Defesa Nac. e Seg. Pública	3.816	168.938	194.394	183.252
Desenvolvimento Regional	558	2.874	793	1.099
Educação e Cultura	366.995	512.798	662.885	609.084
Energia e Recursos Minerais	32.362	63.463	141.790	83.643
Habitação e Urbanismo	21.370	33.676	62.505	76.561
Indústria, Comércio e Serviços	142.132	186.486	224.695	264.748
Saúde e Saneamento	123.912	248 320	239.151	102.246
Trabalho		37.865	37.465	24.276
Assistência e Previdência	326 370	349.624	560.028	488.457
Transporte	68.081	182.310	318.492	193.575
TOTAL	2.970.455	3.191.029	3.831 865	4 885.612

Despesa Realizada por Função de Governo

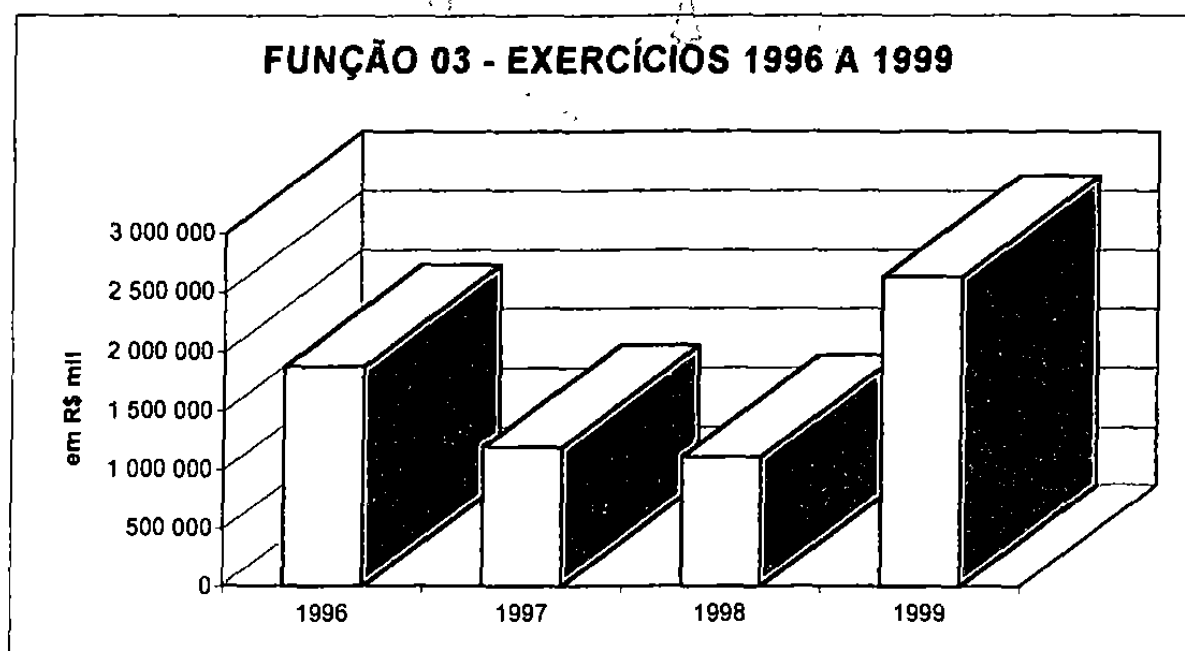
Participação percentual sobre o total da Despesa

FUNÇÕES	1996	1997	1998	(em %) 1999
Legislativa	0,32	1,13	1,10	0,81
Judiciária	0,06	3,62	3,56	2,60
Administração e Planejamento	62,93	37,13	28,82	53,75
Agricultura	0,12	1,97	2,67	1,27
Comunicação	0,01	0,17	0,11	0,07
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,13	5,29	5,07	3,75
Desenvolvimento Regional	0,02	0,09	0,02	0,02
Educação e Cultura	12,36	16,07	17,30	12,47
Energia e Recursos Minerais	1,09	1,99	3,70	1,71
Habitação e Urbanismo	0,72	1,06	1,63	1,57
Indústria, Comércio e Serviços	4,79	5,84	5,86	5,42

FUNÇÕES	1996	1997	1998	(em %) 1999
Saúde e Saneamento	4,17	7,78	6,24	2,09
Trabalho	0,00	1,19	0,98	0,50
Assistência e Previdência	10,99	10,96	14,62	10,00
Transporte	2,29	5,71	8,31	3,96
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

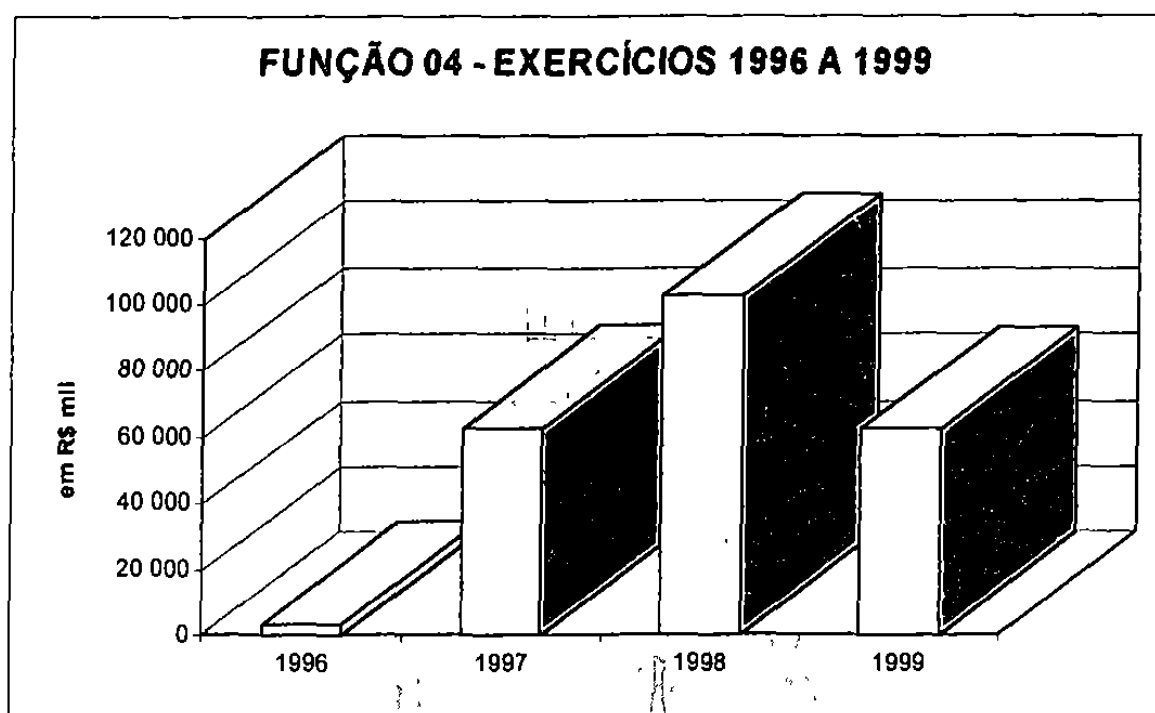
Tomando por base os dados anteriores e as Funções de Governo selecionadas para exame, tem-se :

Função 03 - Administração e Planejamento, posicionada em 1º lugar, com 53,75 % de participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta. O volume dos recursos, relativamente ao exercício anterior, apresentou um incremento de 137,76%. A elevação dos gastos nesta função é tratada no subitem 2.2.

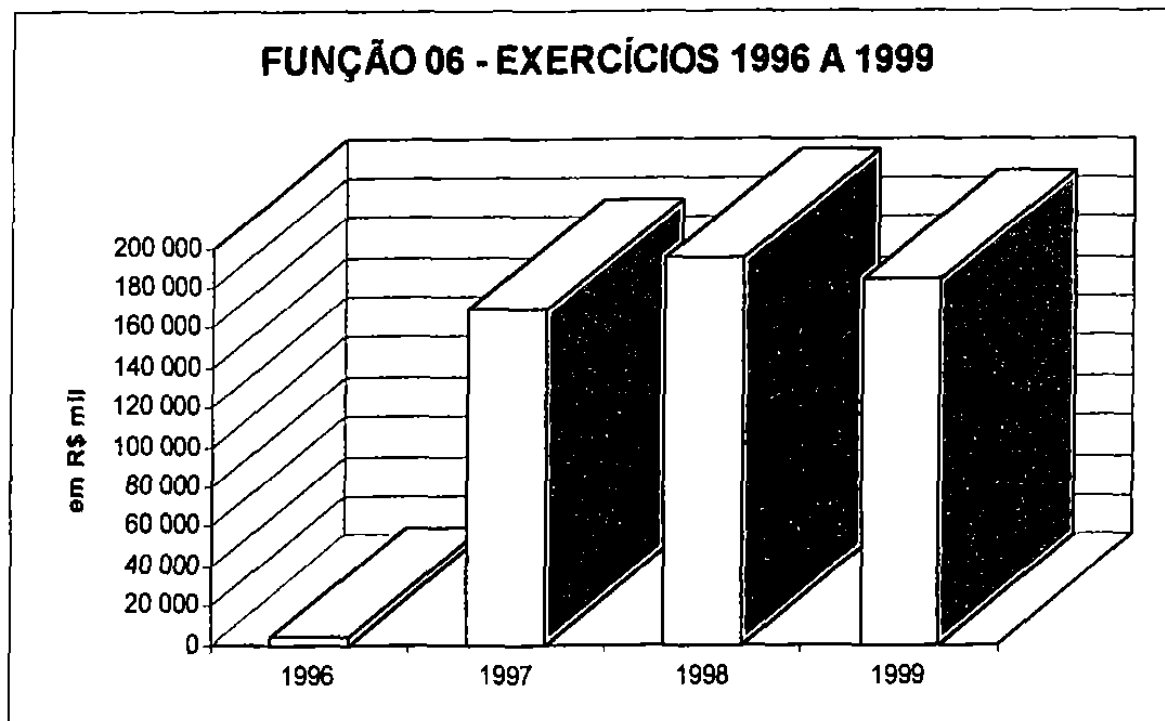


Função 04 - Agricultura, posicionada em 11º lugar, com 1,27% de participação no total dos recursos despendidos pela Administração direta. Em

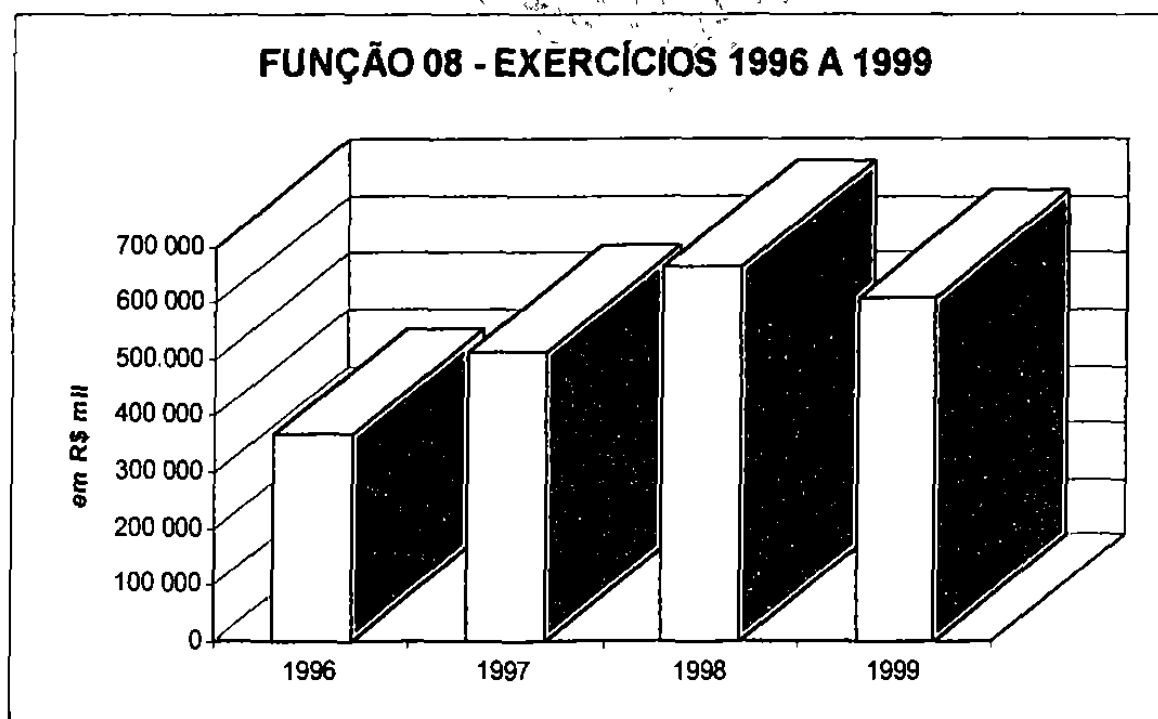
relação aos anos de 1997 e 1998 registrou decréscimos de 0,87% e 39,22%, respectivamente.

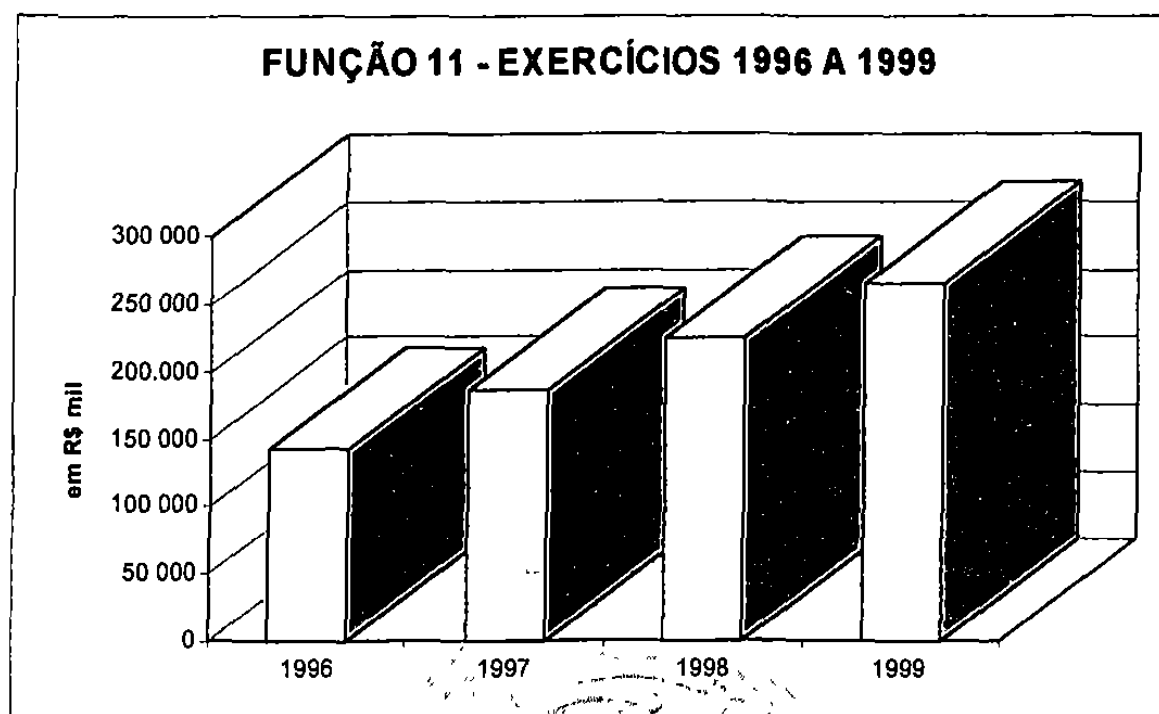


Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, classificada na área social, está posicionada em 6º lugar, dentre as Funções de Governo, com 3,75% dos recursos. Em valores reais, o volume de recursos apresentou uma queda de 5,73% em relação ao exercício de 1998.



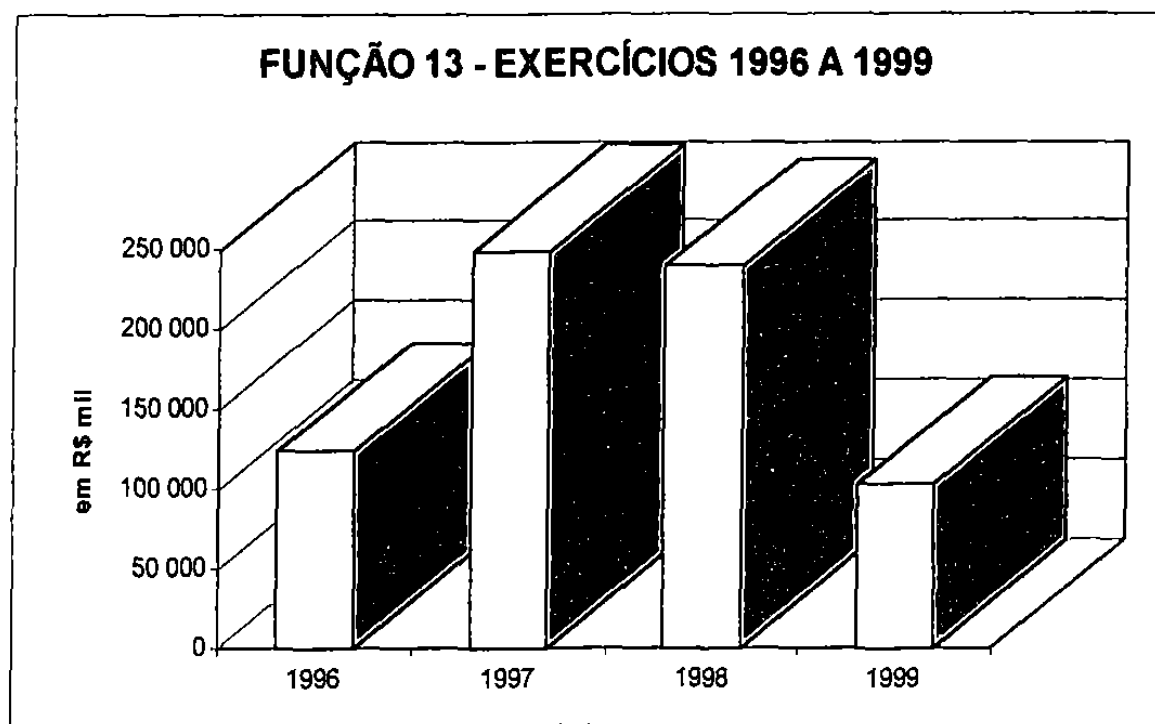
Função 08 - Educação e Cultura, área social, posicionada em 2º lugar, com 12,47% de participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta. Em relação ao ano de 1998, em valores reais, o volume de recursos teve um decréscimo de 8,11%.



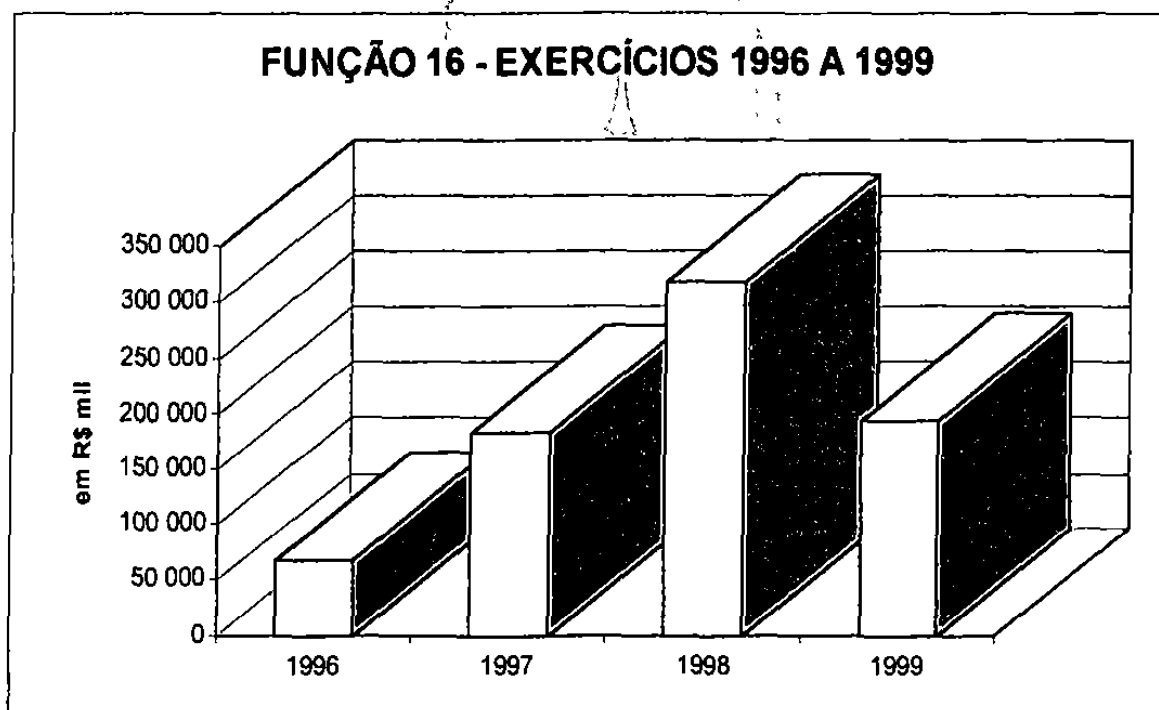


Função 11 - Indústria, Comércio e Serviços, posicionada em 4º lugar, com 5,42% de participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta. O volume de recursos, relativamente ao exercício anterior, registrou um acréscimo de 17,82%.

Função 13 - Saúde e Saneamento, área social, está ocupando o 8º lugar, com 2,09% do total dos recursos despendidos pela Administração Direta. No item 7 é feita uma análise mais aprofundada desta Função.



Função 16 - Transporte - Classificada na área de infra-estrutura, está ocupando o 5º lugar no total dos gastos da Administração Direta.



2 - FUNÇÃO 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Esta função foi desenvolvida através dos seguintes órgãos :

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
Assembléia Legislativa	34.742.808,16	1,32
Ouvidoria Geral do Estado	2.134.199,93	0,08
Secretaria da Infra Estrutura	2.746.191,70	0,10
Gabinete do Governador	9.352.713,37	0,36
Gabinete do Vice-Governador	739.181,45	0,03
Casa Militar	2.316.628,12	0,09
Procuradoria Geral do Estado	7.677.702,07	0,29
Procuradoria Geral da Justiça	39.511.631,01	1,50
Secretaria da Fazenda	121.084.447,57	4,61
Sec. Dos Transp., Energia, Comunic. e Obras	2.065.429,18	0,08
Secretaria Estadual da Saúde	90.026.362,27	3,43
Secretaria do Planejamento e Coordenação	22.603.816,05	0,86
Secretaria da Administração	6.501.572,15	0,25
Secretaria do Governo	17.343.979,54	0,66
Secretaria da Ciência e Tecnologia	3.604.697,99	0,14
Secretaria do Desenv. Urbano e Meio Ambiente	5.392.693,49	0,21
Encargos Gerais do Estado	2.258.241.889,70	85,99
TOTAL	2.626.085.943,75	100,00

A Função Administração e Planejamento, durante o exercício de 1999, foi executada pelos seguintes programas :

Participação dos Programas na Função 03

PROGRAMAS	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
07 – Administração	302.775.510,16	11,53
08 – Administração Financeira	2.223.931.892,73	84,69
09 – Planejamento Governamental	8.179.413,59	0,31
10 – Ciência e Tecnologia	1.172.765,00	0,04
75 – Saúde	90.026.362,27	3,43
TOTAL	2.626.085.943,75	100,00

Participação dos Elementos na Função 03

ELEMENTOS	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
3111 Pessoal Civil	256.023.917,77	9,75
3112 Pessoal Militar	2.057.764,12	0,08
3120 Material de Consumo	4.502.419,28	0,17
3131 Remuneração de Serviços Pessoais	8.208.980,52	0,31
3132 Outros Serviços e Encargos	81.368.338,44	3,10
3191 Sentenças Judiciárias	7.003.471,91	0,27
3192 Despesas de Exercícios Anteriores	4.880.241,29	0,19
3211 Transferências Operacionais	4.496.663,05	0,17
3212 Subvenções Econômicas	14.118.530,38	0,54
3223 Transferências a Municípios	425.631.549,54	16,21
3253 Salário Família	160.987,46	0,01
3259 Outras Transferências a Pessoas	34.042,99	0,00
3261 Juros da Dívida Contratada Interna	146.537.117,73	5,58
3262 Outros Encargos Dívida Contratada Interna	5.952.650,90	0,23
3270 Encargos da Dívida Externa	48.773.362,20	1,86
3292 Despesas de Exercícios Anteriores	1.189,70	0,00
4110 Obras e Instalações	1.422.485,38	0,05
4120 Equipamentos e Material Permanente	4.573.331,24	0,17
4130 Invest. Em Regime de Execução Especial	774.992,00	0,03
4192 Despesas de Exercícios Anteriores	1.435,20	0,00
4210 Aquisições de Imóveis	5.276.934,70	0,20
4260 Const. ou Aum. do Cap. de Emp. Com. ou Fin.	190.382.998,94	7,25
4292 Despesas de Exercícios Anteriores	7.115,74	0,00
4311 Auxílios p/ Despesas de Capital	795.182.277,59	30,28
4313 Contribuições a Fundos	6.693.781,85	0,25
4350 Amortização da Dívida Interna	582.285.703,70	22,17
4360 Amortização de Dívida Externa	29.733.660,13	1,13
TOTAL	2.626.085.943,75	100,00

Os elementos que mais se destacaram na Função 03 foram : 4311 – Auxílios p/ Despesas de capital (30,28%), 4350 - Amortização da Dívida Interna (22,17%), 3223 - Transferências a Municípios (16,21%), 3111 - Pessoal Civil (9,75%) e 3260 - Encargos da Dívida Interna (5,81%).

2.1 - Programa 07 - Administração

Neste programa de governo está inserida a atividade onde se contempla a divulgação e veiculação das ações governamentais.

No exercício de 1999, os gastos com publicidade e propaganda do governo, no âmbito da Administração Direta, totalizaram R\$ 14,2 milhões. No exercício de 1998 foram gastos R\$ 22,1 milhões, conforme ficou registrado no respectivo Relatório Anual.

2.2 – Programa 08 – Administração Financeira

Este programa de governo teve um acréscimo em relação ao exercício anterior de R\$ 1.552.008.570,55. Tal crescimento foi ocasionado, em parte, pelo aumento nos gastos com o pagamento da dívida interna e externa, que teve uma variação nominal, em relação a 1998, de R\$ 549.387.638,08, e pelos efeitos da implantação dos dispositivos da Lei 12.860/98, que autorizou o Poder Executivo a promover a alienação, total ou parcial, das ações do BEC, pertencentes ao Estado, e adquirir a Carteira de Crédito Mobiliário da COHAB, cujo o montante atingiu a cifra de R\$ 980.210.485,25.

3 - FUNÇÃO 04 - AGRICULTURA

De acordo com os dados constante do balanço sob exame, a Função Agricultura-04, durante o exercício de 1999, foi executada pelos seguintes programas :

Participação dos Programas na Função 04

PROGRAMAS	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
07 – Administração	32.956.610,12	52,92
09 – Planejamento Governamental	23.075.592,03	37,06
13 – Organização Agrária	478.369,82	0,77
14 – Produção Vegetal	467.217,35	0,75
15 – Produção Animal	1.471.867,35	2,36
16 – Abastecimento	3.006.738,30	4,83
18 – Promoção e Extensão Rural	328.853,00	0,53
54 – Recursos Hídricos	487.450,00	0,78
TOTAL	62.272.697,97	100,00

3.1 - Programa 09 - Planejamento Governamental

Neste programa de governo estão alocados os recursos movimentados através do Projeto São José, no montante de R\$ 23.075.592,03, oriundo de recursos do Tesouro Estadual (R\$ 4.132,98), da União (R\$ 1.195.663,32) e de operações de crédito externas (R\$ 21.875.795,73), tendo sido desenvolvido, no exercício de 1999, através da Secretaria do Desenvolvimento Rural.

O Projeto São José é um programa de apoio técnico e financeiro ao Produtor Rural com o objetivo de disponibilizar infra-estrutura necessária para proporcionar a geração de emprego e renda à população carente do interior do Estado.

Durante o ano de 1999 a Secretaria de Desenvolvimento Rural liberou recursos para a execução de 290 subprojetos, dos quais, 241 de infra-estrutura e 49 produtivos, tendo sido dada prioridade àqueles referentes a eletrificação rural.

Vale destacar que a Lei Orçamentária para o exercício de 1999 destinou recursos para a execução do Projeto São José no montante de R\$ 27,50 milhões, tais recursos foram destinados na sua totalidade para a Função Agricultura-04.

Ocorre que os subprojetos financiados com recursos do Projeto São José não estão restritos apenas à Função Agricultura-04, e sim a várias funções de governo.

O fato em destaque provocou um acréscimo nos recursos despendidos na Função Agricultura-04 que não representa, efetivamente, gastos efetuados na aludida função.

De acordo com os dados contidos no Balanço sob exame, no exercício de 1999, os gastos realizados na Função Agricultura-04 alcançaram o montante de R\$ 62,27 milhões. Deste valor, a importância de R\$ 23,07 milhões foi despendida com o Projeto São José.

4 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

É através da Administração Direta que tem sido desenvolvida a Função Defesa Nacional e Segurança Pública, no âmbito do Estado, notadamente por intermédio da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania

No exercício de 1999, a realização da despesa apresentou-se como segue:

Administração Direta

Participação dos Órgãos na Função 06

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
Defensoria Pública Geral do Estado	6.096.745,81	3,33
Sec. Da Segurança Pública e Defesa da Cidadania	160.870.840,29	87,79
Secretaria da Justiça	16.284.744,63	8,89
TOTAL	183.252.330,73	100,00

Durante o exercício de 1999, a Função 06 foi movimentada pelos seguintes programas:

PROGRAMA	VALOR (R\$)
07 – Administração	175.316.963,96
30 – Segurança Pública	7.935.366,77

Relativamente à Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública - foram implementadas atividades absorvendo recursos no montante de R\$ 170.452.264,54 e movimentados projetos no total de R\$ 12.800.066,19

Evidencia-se, pelo exame da tabela a seguir, que os recursos humanos absorveram a quase totalidade do valor despendido na função 06, representando 78,30 %. Enquanto que os recursos destinados a Material de Consumo e Equipamentos e Material Permanente participaram com 8,45 %.

Participação dos Elementos na Função 06

ELEMENTOS	DESPESAS REALIZADAS Valor (R\$)	Part. %
3111 Pessoal Civil	45.838.610,22	25,01
3112 Pessoal Militar	97.650.404,70	53,29
3120 Material de Consumo	9.275.722,59	5,06
3131 Remuneração Serv. Pessoais	393.029,80	0,21
3132 Outros Serv. e Encargos	11.348.051,31	6,19
3192 Despesas de Exercícios Anteriores	906.214,81	0,49
3214 Contribuições a Fundos	4.535.817,00	2,48
3253 Salário Família	116.987,66	0,06
3259 Outras Transferências a Pessoas	43.762,06	0,02
3292 Despesas de Exercícios Anteriores	1.813,37	0,00
4110 Obras e Instalações	6.289.743,85	3,43
4120 Equipamentos e Material Permanente	6.211.776,10	3,39
4313 Contribuições a Fundos	640.397,26	0,35
TOTAL	183.252.330,73	100,00

Quanto ao Programa 30 - Segurança Pública, verificou-se a aplicação de recursos nos seguintes projetos/atividades.

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)
Aquisição de Munição, Fardamentos	58.874,74
Aquisição de Armamento Policial	283.318,32
Impl. Estrut. e Manut. de Quartéis de Polícia Militar	13.190,30
Aquisição de Equipamentos	2.180.068,41
Impl., Estruturação e Manutenção de Unidades Especiais	81.545,00
Aquisição, Manutenção e Recuperação de Viaturas	3.351.830,78
Atividades a Cargo do FESBOM	640.397,26
Impl., Estruturação e Manutenção Unidades (Ed. Públicas)	930.619,24
Atividade a Cargo do FUNPECE	32.522,72
Realizar Treinamentos visando Capacitação Quadro Func.	363.000,00
TOTAL	7.935.366,77

5 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Esta Função foi desenvolvida através da Secretaria da Educação, com 89,41 % do total dos recursos, e por outros órgãos da Administração Direta, assim distribuídos :

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA Valor (R\$)	Part. %
Tribunal de Justiça	25.862,90	0,00
Conselho de Educação Ceará	785.262,44	0,13
Secretaria da Educação	544.598.382,37	89,41
Secretaria da Cultura e Desporto	13.168.175,72	2,16
Secretaria da Ciência e Tecnologia	50.506.721,62	8,29
TOTAL	609.084.405,05	100,00

A Função Educação e Cultura, durante o exercício de 1999, foi executada pelos seguintes programas :

Participação dos Programas na Função 08

PROGRAMAS	DESPESA REALIZADA Valor (R\$)	Part. %
07 Administração	273.792.490,13	44,95
10 Ciência e Tecnologia	5.290.189,93	0,87
41 Ensino pre-Escolar	163.362,90	0,03
42 Ensino Fundamental	149.698.931,19	24,58
43 Ensino Médio	156.077.007,27	25,62
44 Ensino Superior	107.805,00	0,02
45 Ensino Supletivo	6.336.088,10	1,04
46 Educação Física e Desportos	36.398,81	0,01
47 Assistência a Educandos	9.772.054,58	1,60
48 Cultura	7.435.010,01	1,22
49 Educação Especial	375.067,13	0,06
TOTAL	609.084.405,05	100,00

Consoante se observa do quadro acima, o programa Administração absorveu a maior parte dos recursos, representando 44,95 % do total, seguido dos programas Ensino Médio e Fundamental, com 25,62% e 24,58%, respectivamente.

Participação dos Elementos na Função 08 - Educação e Cultura

ELEMENTOS	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
3111 Pessoal Civil	164 420.228,53	26,99
3120 Material de Consumo	12.327.929,47	2,02
3131 Remuneração de Serviços Pessoais	6.445.800,61	1,06
3132 Outros Serviços e Encargos	38.956.890,27	6,40
3191 Sentenças judiciais	75.953,19	0,01
3192 Despesas de Exercícios Anteriores	2.169.583,25	0,36
3211 Transferências Operacionais	45 327.493,42	7,44
3214 Contribuições a Fundos	315 637 446,07	51,82
3223 transferências a municípios	7 964.442,71	1,31
3231 Subvenções Sociais	542.194,26	0,09
3253 Salário Família	236.969,25	0,04
3259 Outras Transferências a Pessoas	14.637,84	0,00
4110 Obras e Instalações	5.166.554,00	0,85
4120 Equipamentos e Material Permanente	3.218 501,04	0,53
4130 Invest em Regime de Execução Especial	5.254 251,53	0,86
4192 Despesas de Exercícios Anteriores	484.062,41	0,08
4311 Auxílios p/ Despesas de Capital	485.790,13	0,08
4313 Contribuições a Fundos	355.677,07	0,06
TOTAL	609 084.405,05	100,00

Ao nível de elementos, os maiores dispêndios ocorreram no Elemento 3214 – Contribuição a Fundos, com 51,82 % no total da Função, seguido por Pessoal Civil (26,99 %) e Transferências Operacionais (7,44 %).

5.1 - EXECUÇÃO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal, em seu art 212, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público, é de 25% da receita líquida de impostos, inclusive as transferências da União.

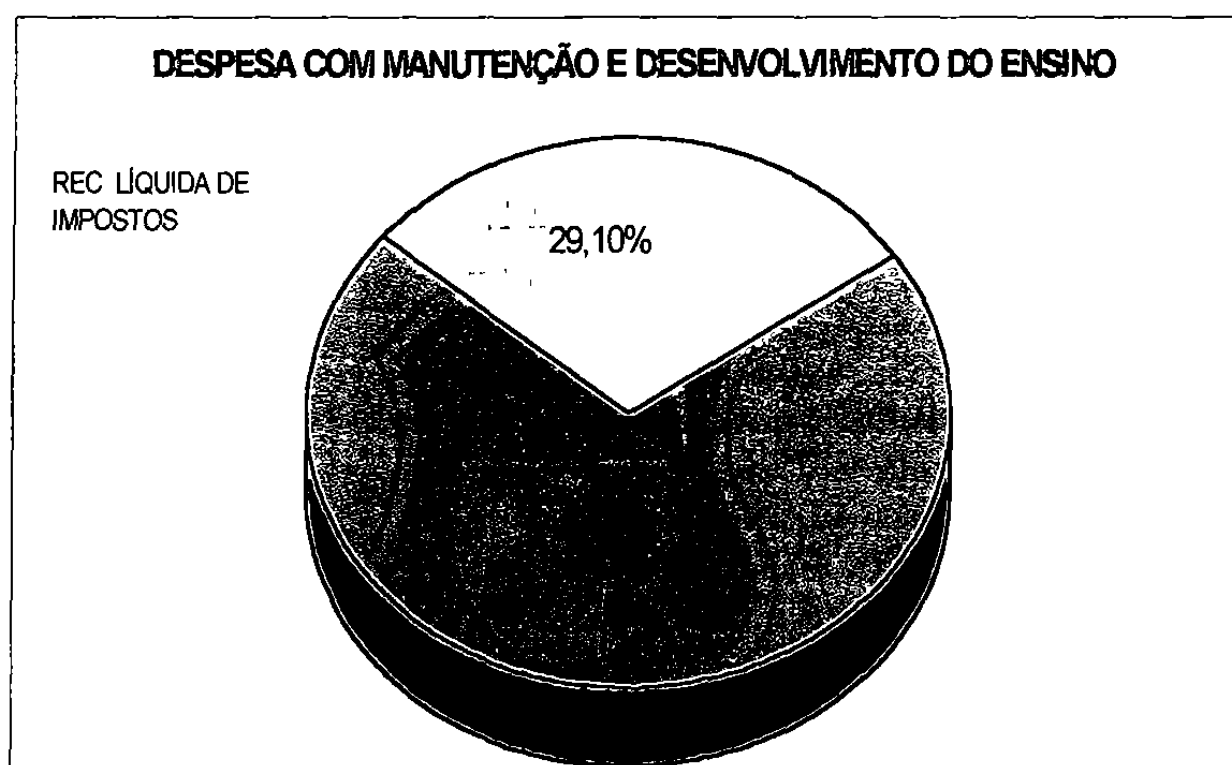
Para o exercício de 1999, temos o seguinte demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA (Resultante de Impostos e Transferências)	
Impostos	1.595.220.135,04
Transferências da União	1.022.933.718,94
FPE	887.375.284,02
Cota Parte do IPI – Exportação	12.954.582,41
Cota Parte do ICMS-Exportação	37.445.040,19
Transferências do I.R.P.F.	72.230.078,11
(-) Cota Parte da Contribuição do Salário Educação	(12.928.734,21)
(-) Transferências Constitucionais a Municípios	(416.812.389,80)
RECEITA LÍQUIDA	2.188.412.729,97

ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
DESPESAS	
Despesas empenhadas pelas Universidades	61.462.523,92
Despesas empenhadas pelo Conselho de Educação	910.292,07
Despesas empenhadas pela Secretaria de Educação	588.515.726,54
(-) Fr. do Salário Educação – 07	(14.422.511,43)
(-) Fr. de Convênios com Órgãos Federais - Adm. Direta - 82	(13.417.862,03)
(-) Fr. de Convênios com Órgãos Estaduais - Adm. Direta - 84	(137.500,00)
Despesa empenhada pela FUNCAP – Função 08, Programa 45	0,00
Outras Despesas (Creches ABC's – FEBEMCE)	13.905.551,46
TOTAL	636.816.220,53

DESPESA	636.816.220,53
RECEITA	2.188.412.729,97
$\frac{\text{DESPESA}}{\text{RECEITA}} \times 100 = \% \text{ Aplicado}$	$\frac{636.816.220,53}{2.188.412.729,97} \times 100 = 29,10 \%$

O Estado aplicou, no exercício em exame, R\$ 636 816.220,53, que corresponde a 29,10 % da receita líquida de impostos e transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.



5.2 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR, FUNDAMENTAL E MÉDIO.

No exercício de 1999, no âmbito do Estado do Ceará, as matrículas processadas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio foram distribuídas conforme quadro a seguir

Ensino Pré-Escolar

Localização	Dependência Administrativa			Total
	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana e Rural	3.186	256.008	155.821	415.015

Ensino Fundamental

Localização	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana e Rural	550	477.960	1.180.636	208.973	1.868.119

Ensino Médio

Localização	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Urbano e Rural	3.873	190.046	9.657	58.239	261.815

O comportamento da matrícula no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Ceará, no período de 1997/ 1999, apresentou-se da forma a seguir :

Ensino Fundamental - Matrícula

REDE	1997	1998	1999
Pública	1.499.510	1.634.674	1.659.146
Particular	246.598	207.563	208.973
TOTAL	1.746.108	1.842.237	1.868.119

FONTE: SEDUC

Consoante se vê, no período de 1998 - 1999 houve um incremento de 1,40% no total das matrículas, ou seja, houve ingresso de 25.882 novos alunos. Na rede pública o crescimento foi de 1,49 %, enquanto, na particular, foi de 0,67%.

Ensino Médio - Matrícula

REDE	1997	1998	1999
Pública	142.417	169.252	203.576
Particular	59.202	53.386	58.239
TOTAL	201.619	222.638	261.815

FONTE SEDUC

No período 1998 - 1999, a matrícula no Ensino Médio no Ceará cresceu 17,59%, tendo sido incorporados 39.177 novos alunos, cabendo à rede pública um aumento de 36,23% e à particular, de 9,09%.

Levando em conta os dados apresentados, no tocante ao aumento das matrículas de alunos no Ensino Fundamental e Médio, pode-se constatar que, no exercício de 1999, foi mantido o tratamento prioritário dado à educação de crianças e adolescentes.

6 - FUNÇÃO 11 - Indústria, Comércio e Serviços.

Esta Função foi desenvolvida através da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, com 12,47% do total dos recursos, e pelas Secretarias a seguir:

Administração Direta

Participação dos Órgãos na Função 11

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
Secretaria do Desenvolv. Econômico	252.993.466,82	95,56
Secretaria da Ciência e Tecnologia	3.139.101,86	1,19
Secretaria Estadual do Turismo	8.615.784,18	3,25
TOTAL	264.748.352,86	100,00

Durante o exercício de 1999, a Função 11 foi movimentada pelos seguintes programas :

PROGRAMAS	Valor (R\$)	Part. %
07 – Administração	11.401.065,32	4,31
62 – Indústria	247.378.297,57	93,44
65 – Turismo	5.968.989,97	2,25
TOTAL	264.748.352,86	100,00

Relativamente à Função 11 - Indústria, Comércio e Serviços foram implementadas atividades no montante de R\$ 14.042.232,01 e movimentados projetos no total de R\$ 250.706.120,85.

Participação dos Elementos na Função 11

ELEMENTOS	DESPESAS REALIZADAS	
	Valor	Part. %
3111 Pessoal Civil	3.195.527,67	1,21
3120 Material de Consumo	485.215,26	0,18
3131 Remuneração Serviços Pessoais	218.509,15	0,08
3132 Outros Serviços e Encargos	5.895.977,39	2,23
3192 Despesas de Exercícios Anteriores	71.900,23	0,03
3211 Transferências Operacionais	3.139.101,86	1,19
3212 Subvenções Econômicas	2.698.884,22	1,02
3250 Transferências a pessoas	1.045,48	0,00

ELEMENTOS	DESPESAS REALIZADAS	
	Valor	Part. %
4110 Obras e Instalações	1.388.004,85	0,52
4120 Equipamentos e Material Permanente	368.838,56	0,14
4130 Investimento em Regime de Execução Especial	3.138.415,71	1,19
4311 Auxílios para Despesa de Capital	15.991.544,10	6,04
4313 Contribuições a Fundos	228.155.388,38	86,18
TOTAL	264.748.352,86	100,00

Consoante se verifica, o elemento que mais se destaca na tabela anterior é o 4313 - Contribuições a Fundos (86,18%), seguido do 4311 - Auxílios para Despesa de Capital (6,04%) e do 3212 - Subvenções Econômicas (1,02%).

Referidos elementos constituíram transferências para Administração Indireta

4313 – Contribuições a Fundos	
FCE	R\$ 7.340.343,43
FDI	R\$ 220.815.044,95

4311 – Auxílios para Despesa de Capital	
CODECE	R\$ 15.991.544,10

3212 – Subvenções Econômicas	
CODECE	R\$ 2.698.884,22

6.1 - Programa 62 - Indústria

Quanto ao Programa 62 - Indústria, verificou-se a aplicação de recursos nos seguintes projetos / atividades :

PROJETO / ATIVIDADE	Valor (R\$)	Part. %
Projeto a cargo da CODECE	16.100.893,48	6,51
Projeto a cargo do FDI	220 815 044,95	89,26
Projeto a cargo do FCE	7 340.343,43	2,97
Prom./ ou Acomp. de Missões de Investidores	87.437,59	0,04
Real./Part. Do Est Em Eventos Nac e Intern.	361.581,66	0,15
Desap. Imp. Ampl E Const. de Áreas para Fins.	2.563 858,71	1,04
Apoio à Implant. De Proj. Agroindustriais	47.359,53	0,02
Apoio às Atividades Prod. De Setores Diversos	61.778,22	0,02
TOTAL	247 378.297,57	100,00

Consoante se vê do quadro acima, 98,74% dos recursos do Programa 62 - Indústria foram repassados para Administração Indireta (CODECE, FDI, FCE).

As transferências efetuadas em favor do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) foram utilizadas na concessão de empréstimos, para atender aos seguintes projetos :

- Incentivo à Implantação, Relocalização e Expansão de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços de Grande e Médio Porte.

Valor Previsto (R\$)	Valor Realizado (R\$)
221.635.000,00	220.815.044,95

As transferências realizadas em favor do FCE (Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas no Setor Produtivo do

Estado do Ceará) foram utilizadas na concessão de empréstimos para fazer face ao seguinte projeto.

- Financiamento a Micro e Pequenas Empresas, visando fomentar o seu surgimento e crescimento.

Valor Previsto (R\$)	Valor Realizado (R\$)
7.503.572,90	7.340.343,43

6.2 - Renúncia de Receita

A renúncia de receita do Estado, mediante incentivos fiscais a empresas e cooperativas é processada através do FDI(Fundo de Desenvolvimento Industrial) e do FCE(Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas no Setor Produtivo do Estado do Ceará) A maior parcela dos recursos despendidos é efetuada por intermédio do FDI, cujos benefícios fiscais são repassados às empresas/cooperativas beneficiárias mediante empréstimo, sendo que uma parcela é a fundo perdido.

Os recursos do FDI são destinados ao incentivo das empresas e cooperativas, ambas industriais, para implantação, funcionamento, recuperação ou diversificação, realocização e ampliação.

Atualmente, os benefícios são concedidos da seguinte forma:

Empresa/cooperativa localizada na região metropolitana: o prazo do benefício é de 6 anos; o valor do empréstimo corresponde a um percentual de 60% do ICMS recolhido ao tesouro Estadual pela empresa/cooperativa

beneficiária; a amortização do empréstimo equivale a um percentual de 60% do valor emprestado com carência de 3 anos.

Empresa/cooperativa localizada no interior do Estado: o prazo do benefício varia de 10 a 15 anos; o valor do empréstimo corresponde a um percentual que varia de 80% a 100% do ICMS recolhido ao tesouro Estadual; a amortização do empréstimo equivale a um percentual que oscila de 25% a 100% do valor emprestado com carência de 3 anos.

Os recursos orçamentários e financeiros destinados aos benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial-FDI no período de 1991 a 1999 foram os constantes no quadro apresentado abaixo:

ANO	ORÇADO	AUTORIZADO	EMPENHADO	PAGO
1991	19 715 196	23.869.492	22 343.502	22.164.823
1992	31.930.523	18.964.480	13.800.643	13.800.643
1993	90.152.064	21.137.661	19.363.462	19.363 462
1994	46.394.531	60.393 696	57.494.137	46.751.098
1995	64.592.850	74.085.419	67.281.589	67.281.589
1996	128.521.672	123.160.946	117.009.582	117.009.582
1997	85.564.010	133.975.928	133.975.928	133.975.928
1998	111.000.000	169.333 997	168.621 648	168.621 648
1999	86.347 000	221.635.000	220.815.044	220.815.044

Obs: os valores estão corrigidos

Conforme pode ser observado dos dados apresentados acima, a partir de 1994 houve um aumento significativo nos benefícios concedido pelo FDI.

Merece ressaltar que de acordo com o regulamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial-FDI, Decreto nº 22.719-A/93, os recursos orçamentários destinados ao Fundo são limitados até o montante de dez por cento (10%) da receita do ICMS.

De acordo com o anexo 10 do balanço sob exame a arrecadação do ICMS, já incluída das transferências da União relativas a Cota-Parte do ICMS Exportação, foi de R\$ 1.564.372.448,79.

As despesas realizadas pelo FDI em 1999 totalizaram R\$ 220.815.044,95, correspondendo a um percentual de 14,11% da receita do ICMS, superior, portanto, ao limite estabelecido no seu regulamento em 4,11%, ou seja, R\$ 64.377.796,08 a mais.

6.3 - Programa 65 - Turismo

Quanto ao Programa 65 - Turismo, verificou-se a aplicação de recursos nos seguintes projetos / atividades:

PROJETO / ATIVIDADE	Valor (R\$)
Desenvolv Territ Para a Expl. De novos Fluxos Turísticos	169.418,85
Participação do Ceará em Eventos Promocionais Relacionados ao Turismo	1 276.864,26
Implant.ção, Manut. e Disponib. de Sistema de Informação sobre o Turismo	38.455,00
Realiz. de Missões de Captação de Negócios Turísticos	1.054.845,74
Realização de Eventos Promocionais de Gestão para o Turismo	14.145,25
Implantação, Estruturação e Manutenção de Edificações do Turismo	2.139.465,07
PRODETUR Capacitação e Reciclagem de Rec. Humanos	46.816,38

PROJETO / ATIVIDADE	Valor (R\$)
PRODETUR Assist Tec. aos Órgãos e Entidades Públicas	897.309,83
Capac. e Reciclagem de Rec Hum que Atuam no Segmento do Turismo	331.669,59
TOTAL	5.968.989,97

Considerando o total despendido no Programa 65, nos exercícios de 1996 a 1999, tem-se :

EXERCÍCIO	Valor (R\$)
1996	365.877
1997	4.550.125
1998	6.631.453
1999	5.968.989

Consoante se vê, no exercício de 1999, relativamente ao exercício anterior, houve um decréscimo de 9,98 % no total dos gastos efetuados no Programa 65.

Vale salientar que para favorecer o crescimento do turismo no Estado do Ceará, além dos gastos efetuados no aludido programa, estão sendo realizadas despesas com obras de infra-estrutura que visam ampliar o fluxo turístico e, conseqüentemente, o desenvolvimento do Ceará.

7 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

Os gastos realizados na Função 13 no exercício sob exame de acordo com os dados constantes do Balanço em análise totalizou R\$ 102.246 mil. No exercício de 1998 os gastos nesta Função foi de 239.151 mil.

Vale ressaltar que no exercício de 1999 as despesas relativas a pagamento de pessoal da Secretaria Estadual da Saúde, que alcançou o montante de R\$ 90.026.362,27, foram empenhadas na Função 03-Administração e Planejamento, enquanto que no exercício anterior foram empenhadas na Função 13. A mudança na classificação funcional das referidas despesas ocasionou, em parte, um decréscimo dos gastos realizados na Função Saúde e Saneamento.

Esta Função foi executada pela Secretaria Estadual da Saúde com 68,39 % do total dos recursos da Função e pelas Secretarias do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Infra-Estrutura, conforme se observa a seguir :

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
Secretaria Estadual da Saúde	69.927.832,04	68,39
Secretaria da Infra Estrutura	10.048.061,17	9,83
Secretaria Desenvol. Urbano e Meio Ambiente	22.270.411,71	21,78
TOTAL	102.246.304,92	100,00

A Função Saúde e Saneamento, durante o exercício de 1999, foi desenvolvida pelos seguintes programas :

Participação dos Programas na Função 13 - Saúde e Saneamento

PROGRAMAS	DESPESA REALIZADA	
		Part. %
07 – Administração	2.250.042,24	2,20
75 – Saúde	69.577.150,81	68,05
76 – Saneamento	28.366.424,77	27,74
77 – Proteção ao Meio-Ambiente	2.052.687,10	2,01
TOTAL	102.246.304,92	100,00

Os subprogramas executados são os expostos na tabela a seguir .

SUBPROGRAMAS	DESPESA REALIZADA	Part. %
ADMINISTRAÇÃO		
Administração Geral	2.250.042,24	2,20
SAÚDE		
Administração Geral	38.843.955,27	37,99
Edificações Públicas	7.088.784,52	6,93
Assistência Financeira	1.103.000,00	1,08
Informações Geográficas e Estatísticas	38.809,15	0,04
Alimentação e Nutrição	927.794,64	0,91
Assist. Médica e Sanitária	17.415.197,52	17,03
Controle das Doenças Transmissíveis	2.319.120,60	2,27
Fiscalização e Inspeção Sanitária	6.359,00	0,01
Produtos Profiláticos e Terapêuticos	1.834.130,11	1,79
SANEAMENTO		
Abastecimento D'água	11.287.420,04	11,04
Saneamento Geral	8.458.153,21	8,27
Sistema de Esgotos	8.620.851,52	8,43
PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE		
Controle da Poluição	2.052.687,10	2,01
TOTAL	102.246.304,92	100,00

Quanto à participação dos elementos na função 13 - Saúde e Saneamento, verifica-se que as Contribuições a Fundos contemplou a maior parte dos recursos (72,86 %), seguido dos Investimentos em Regime de Execução Especial com 15,77 % do total.

ELEMENTOS	DESPESA REALIZADA Valor (R\$)	Part. %
3132 Outros Serviços e Encargos	995.134,94	0,97
3211 Transferências Operacionais	2.262.645,33	2,21
3214 Contribuições a Fundos	62.309.513,10	60,94
4130 Invest. Em Regime de Execução Especial	16.128.680,55	15,77
4311 Auxílios p/Despesas de Capital	8.365.413,92	8,18
4313 Contribuições a Fundos	12.184.917,08	11,92
TOTAL	102.246.304,92	100,00

A parcela dos recursos da Função 13, referente ao elemento 4130 (investimento em regime de execução especial), foi composta na sua maior parte pela aplicação de recursos nos subelementos 413009 (Despesas de Exercícios Anteriores) e 413031 (Obras e Instalações), decorrente de despesas realizadas pelas Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Infra Estrutura, nos seguintes projetos :

Programa 76 - Saneamento

PROJETOS	Valor (R\$)
Implantação e Ampliação de Sistema de Abastecimento D'água	4.157.415,37
Implantação de Infra Estrutura da Nova Jaguaribara 1ª Etapa	6.633.157,58
Implantação, Recup. e Ampliação de Obras de Infra- Estrutura	548.466,83
Implantação de Obras de Drenagem Urbana – SANEFOR	2.522.625,99
Implantação de Obras de Esgotamento Sanitário – SANEFOR	2.177.222,98
TOTAL	16.038.888,75

Os recursos referidos acima foram provenientes das seguintes fontes:

FONTES	Valor (R\$)	Part. %
00 Recursos Ordinários	4.158.769,70	25,93
01 Cota Parte do FPE	3.749.995,47	23,38
45 Operações de Crédito Internas – BNDES	3.557.796,86	22,18
46 Operações de Créditos Externas	504.969,31	3,15
82 Convênios C/Órgãos Federais da Adm. Direta	4.067.357,41	25,36
TOTAL	16.038.888,75	100,00

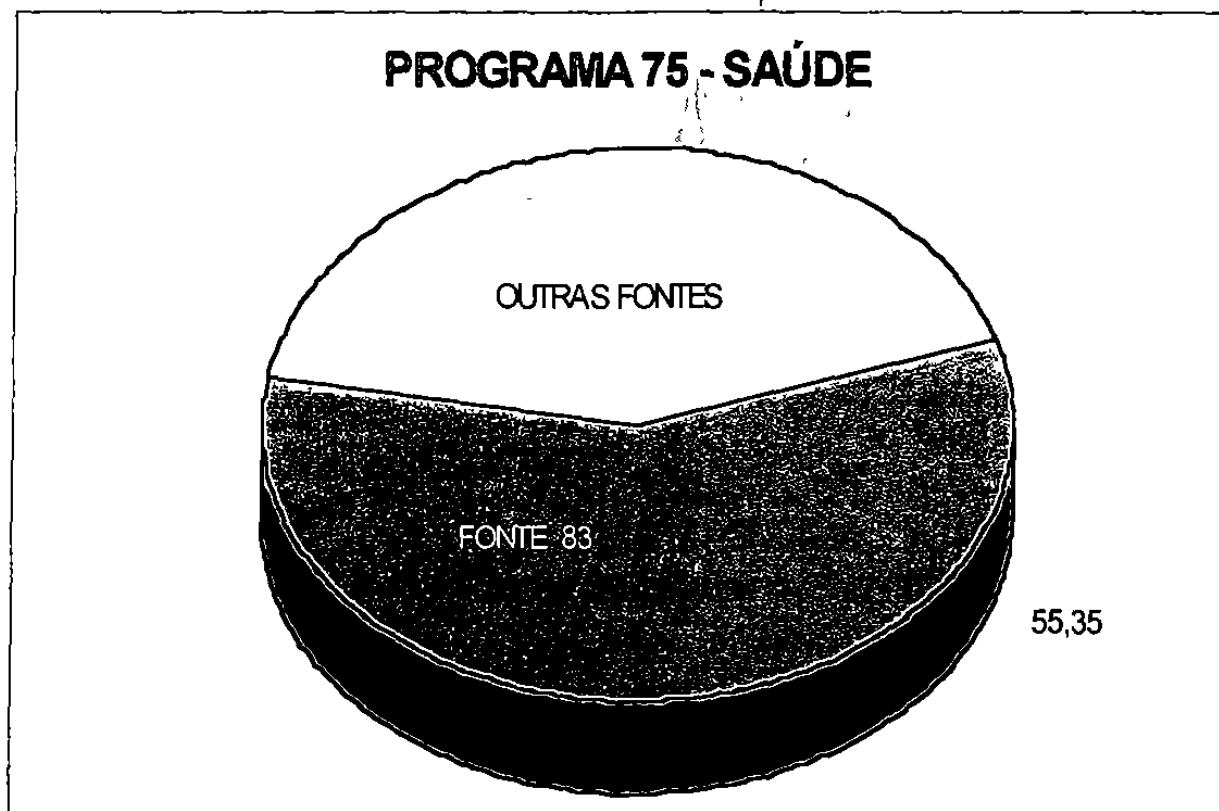
7.1 - SAÚDE

O total dos dispêndios do Programa 75 - Saúde realizado no âmbito da Administração Direta importou em R\$ 69.577.150,81. Aludidos recursos foram oriundos das seguintes fontes:

FONTES	Valor (R\$)	Part. %
00 Recursos Ordinários	63.022.711,43	90,58
46 Operações de Créditos Externas	6.554 439,38	9,42
TOTAL	69.577.150,81	100,00

Entretanto, para se ter uma visão mais abrangente do referido programa, no âmbito da Administração Estadual, é importante citar o montante das despesas executadas pelo FUNDES (Fundo Estadual de Saúde), proveniente da Fonte 83 (Convênio com órgãos federais - administração indireta).

Fonte 83 - R\$ 86.254.600,04



8 - FUNÇÃO 16 - Transporte

Na Administração Direta, a Função 16 – Transporte, foi executada pela Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras, Secretaria da Infra Estrutura e pelo Fundo Especial de Desenvolvimento do Ceará.

Administração Direta

Participação dos Órgãos na Função 16

ÓRGÃO	DESPESA REALIZADA	
	Valor (R\$)	Part. %
Sec. Transportes, Energia, Comum. e Obras	144.712.454,31	74,76
Secretaria da Infra Estrutura	42.912.355,39	22,17
Fundo Especial de Desenv. do Ceará – FDC	5.950.642,46	3,07
TOTAL	193.575.452,16	100,00

Os programas realizados na Função 16 - Transporte constam do quadro a seguir

PROGRAMAS	Valor (R\$)	Part. %
07 – Administração	22.296.154,39	11,52
87 – Transporte Aéreo	3.714.275,71	1,92
88 – Transporte Rodoviário	98.544.012,28	50,91
89 – Transporte Ferroviário	5.079.545,51	2,62
90 – Transporte Hidroviário	63.941.464,27	33,03
TOTAL	193.575.452,16	100,00

Evidencia-se, pelo exame da tabela a seguir, que 64,66% dos recursos despendidos na Função 16 foram destinados à Administração Indireta (3211, 4260 e 4311) e 35,34% constituíram investimentos (4130).

Participação dos Elementos na Função 16

ELEMENTOS	DESPESAS REALIZADAS	
	Valor (R\$)	Part. %
3211 – Transferências Operacionais	20.960.029,65	10,83
4130 – Investimento em Reg. de Execução Especial	68.412.486,20	35,34
4260 – Const. ou Aum. do Cap. de Emp. Comerciais	5.950.642,46	3,07
4311 – Auxílios para Despesas de Capital	98.252.293,85	50,76
TOTAL	193.575.452,16	100,00

Os recursos destinados à Administração Indireta (3211, 4260 e 4311) foram distribuídos às seguintes Entidades

DERT	R\$	119.212.323,50
METROFOR	R\$	5.079.545,51
CEARAPORTOS	R\$	871.096,95

8.1 - Programa 87 - Transporte Aéreo.

Quanto ao Programa 87 - Transporte Aéreo, verificou-se a aplicação de recursos nos seguintes projetos :

PROJETO	Valor (R\$)
Const. do Intermodal de Cargas do Aerop. Pinto Martins	3.090.526,06
Projeto a Cargo do DERT	623.749,65
TOTAL	3.714.275,71

Os recursos para a construção do Intermodal de Cargas do Aeroporto Pinto Martins, no exercício de 1999, foram oriundos da fonte 46 - Operações de Crédito Internas.

8.2 - Programa 88 - Transporte Rodoviário

No tocante ao Programa 88 - Transporte Rodoviário, verificou-se a aplicação de recursos nos seguintes projetos/atividades.

PROJETO / ATIVIDADE	Valor (R\$)
EMBRATUR – Restaurar e Melhorar Rodovias Estaduais	2.251.592,82
Atividade a Cargo do DERT	77.701.510,20
Projeto a Cargo do DERT	18.590.909,26
TOTAL	98.544.012,28

Consoante se pode observar, 97,72% do total do Programa 88 foi executado pelo DERT (Administração Indireta), através de projetos/atividades que visavam a conservação, melhoramento e construção de rodovias.

8.3 - Programa 89 - Transporte Ferroviário

Quanto ao Programa 89 , verificou-se a aplicação de recursos no Projeto a Cargo do METROFOR no total de R\$ 5.079.545,51.

8.4 - Programa 90 - Transporte Hidroviário

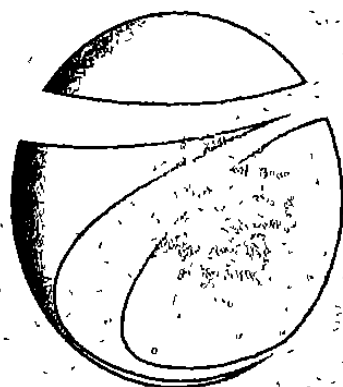
Os projetos realizados no tocante ao Transporte Hidroviário constam do quadro a seguir :

PROJETO	Valor (R\$)
Construção da Infra-estrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	63.070.367,32
Projeto a Cargo da CearáPortos	871.096,95
TOTAL	63.941.464,27

Os recursos despendidos, no exercício de 1999, para a construção da infra-estrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém tiveram as seguintes fontes :

FONTE	VALOR
Fonte 00 - (Recurso Ordinário)	R\$ 871.096,95
Fonte 46 - (Operações de Crédito internas)	R\$ 8.057.612,94
Fonte 82 - (Convênio - Ministério dos Transportes)	R\$ 55.012.754,38
TOTAL	R\$ 63.941.464,27





**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

Administração Indireta

IV - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS

De conformidade com o Relatório do Departamento Central de Finanças, o Orçamento das Autarquias, Fundações e Fundos, a preços de janeiro de 1999 previu a receita e fixou a despesa em R\$ 1.466.421.698,86. Considerando as transferências da Administração Direta, este montante importou em R\$ 1.589.056.357,91.

Tendo em vista as atualizações mensais, a estimativa da receita somou a importância de R\$ 1.717.048.357,84, e a despesa fixada em R\$ 1.910.451.908,76.

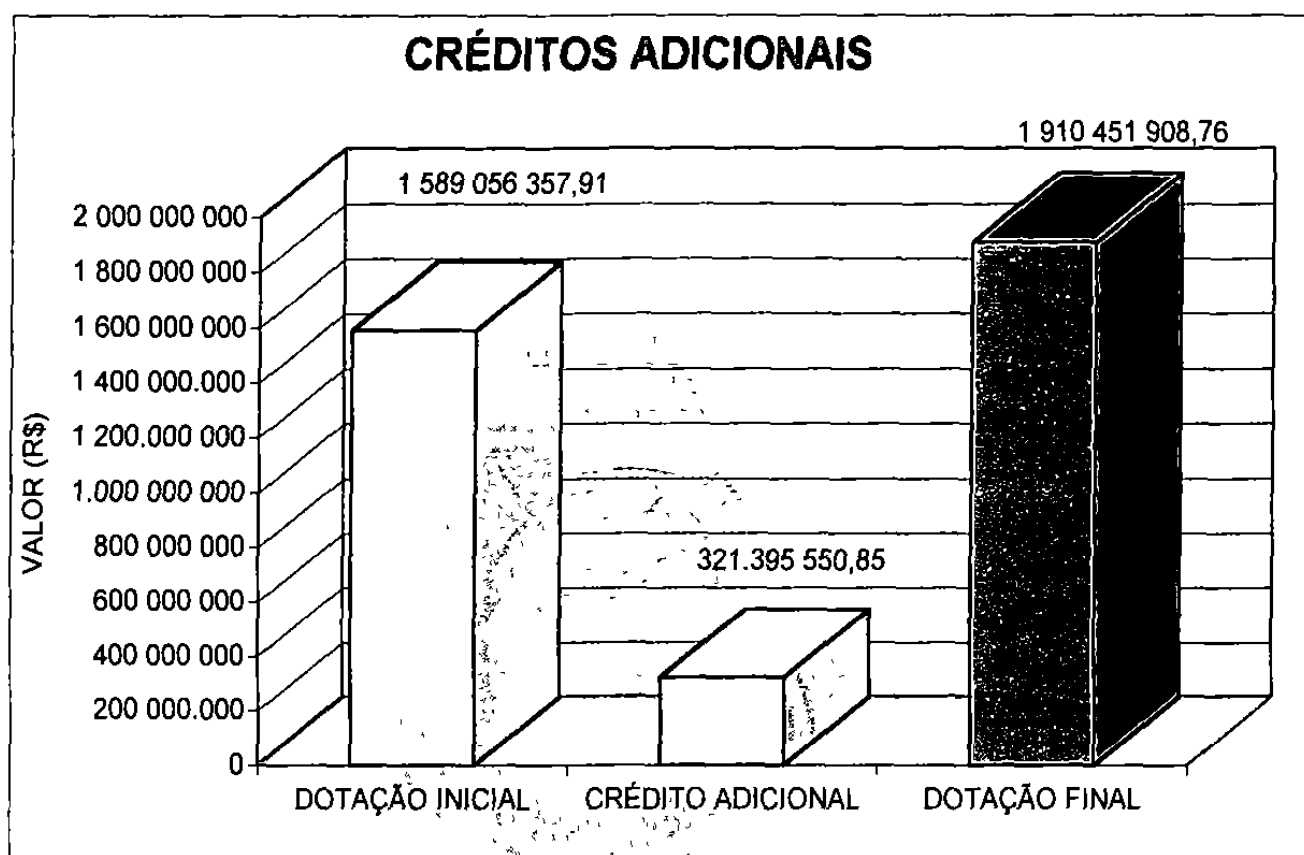
1.1 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Com a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício ora analisado, o orçamento inicial sofreu alterações da ordem de R\$ 321.395.550,85, o qual ensejou que a despesa fixada passasse para R\$ 1.910.451.908,76, conforme demonstrado no quadro a seguir:

ENTIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	%	CRÉDITO ADICIONAL - ANULAÇÃO	%	DOTAÇÃO FINAL	(R\$1,00)
						%
1 FADEC	2 821 108,96	0,18	(430 000,00)	(0,13)	2 391.108,96	0,13
2. FAS	20.717 866,66	1,30	615 000,00	0,19	21.312 866,66	1 12
3 FEBEMCE	49 827 712,40	3,14	12 617.881,34	3,93	62 445.593,74	3,27
4 FUNCAP	18.481 908,58	1,16	576 721,92	0,18	19.058 630,50	1,00
5 FUNCEME	11 012 536,11	0,69	(313 723,63)	(0,10)	10 698 812,48	0,56
6 FUNECE	96 826 449,00	6,09	(15 445.479,00)	(4,81)	81.380.970,00	4,26

ENTIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	%	CRÉDITO ADICIONAL - ANULAÇÃO	%	DOTAÇÃO FINAL	(R\$1,00)
						%
7 FUNTELC	10 337 557,29	0,65	144.900,00	0,05	10 482 457,29	0,55
8. IPLANCE	4.443 716,40	0,28	(146 000,00)	(0,05)	4.297 716,40	0,22
9 NUTEC	11 470 388,66	0,72	(268.000,00)	(0,08)	11 202.388,66	0,59
10 URCA	17.726.915,98	1,12	(1.766 627,02)	(0,55)	15.960 308,96	0,84
11 UVA	20.342.645,13	1,28	(5 264 854,00)	(1,64)	15.077 791,13	0,79
12 DERT	175 071 996,56	11,02	75.488.720,99	23,49	250.560 717,55	13,12
13 DETRAN	46.000 000,00	2,89	3 990 000,00	1,21	49.900.000,00	2,61
14 ESP	3 005.872,20	0,19	627 103,18	0,20	3 632 975,58	0,19
15 IDACE	15 620 851,35	0,98	(434 000,00)	(0,14)	15.185 851,35	0,79
16 IPEC	95 363 183,38	6,00	0,00	0,00	95 368 183,38	4,99
17 JUCEC	3.800.500,00	0,24	0,00	0,00	3 800.500,00	0,20
18 SEDURB	9.039 015,00	0,57	(246 354,00)	(0,08)	8.972 661,00	0,46
19 SEMACE	6.389.779,82	0,40	595.054,00	0,19	6 984.833,82	0,37
20 ARCE	1.1525 084,00	0,07	1 014.000,00	0,32	2 166 084,00	0,11
21. SOHIDRA	71 008 929,60	4,47	4 109.771,49	1,28	75.118 701,09	3,93
22 FRT	150 000,00	0,01	0,00	0,00	150.000,00	0,01
23. FAIPP	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00
24 FUNDEF	381.318.567,64	24,00	127.201 506,49	39,58	508.520.074,13	26,62
25 FCA	438 640,00	0,03	0,00	0,00	438 640,00	0,02
26 FDI	86 347 000,00	5,43	135.288 000,00	42,09	221.635 000,00	11,60
27 FEE	1.199 160,00	0,08	(500.000,00)	(0,16)	699 160,00	0,04
28 FERMOJU	17 601 250,00	1,11	2.600.000,00	0,81	20.201 250,00	1,06
29 FFMEPE (FCE)	7 503 572,90	0,47	0,00	0,00	7 503.572,90	0,39
30 FEC	1 050.000,00	0,07	400 000,00	0,12	1.450 000,00	0,08
31 FUNDART	1 336 640,00	0,08	150.000,00	0,05	1 486 640,00	0,08
32 FUNDES	264.626 919,09	16,65	(21.364 517,33)	(6,65)	243.262 401,76	12,73
33 FUNPECE	115 400,00	0,01	16 921,42	0,01	132.321,42	0,01
34 FEAS	20.008 640,00	1,26	0,00	0,00	20.008 640,00	1,05
35 FEDM	8 640,00	0,00	17.700,00	0,01	26.340,00	0,00
36 FADE	3.567 300,00	0,22	(2.651 687,00)	(0,83)	915.613,00	0,05
37 FDU	56 235.008,80	3,54	(8.081.193,00)	(2,51)	48 153 815,20	2,52
38 FESBOM	2 195 000,00	0,14	790 248,00	0,25	2.985 248,00	0,16
39 FESPEC	1.000 000,00	0,06	0,00	0,00	1 000 000,00	0,05
40 FESPOM	4.933 220,00	0,31	1.281.455,00	0,40	6 214.676,00	0,33
41. FUNORH	48.910 363,00	3,08	10 873 001,00	3,38	59 783 364,00	3,13
42 FUNDETEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.589.056.357,91	100,00	321.395.550,85	100,00	1.910.451.908,76	100,00

A seguir, apresentamos o demonstrativo gráfico dos Créditos Adicionais:



1.2 - BALANÇOS GERAIS

1.2.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário consolidado demonstra as receitas previstas e arrecadadas, bem como as despesas autorizadas e realizadas das Autarquias, Fundações e Fundos

No exercício em apreço, a previsão da receita foi da ordem de R\$ 1 717.048.357,84, ao passo que a execução foi de R\$ 1.177.724.399,50, o que ocasionou uma arrecadação a menor de R\$ 539.323.958,34

A arrecadação do exercício ora analisado foi menor, nominalmente, à de 1998 em R\$ 6.595.833,07, ou seja, 0,56%, ao passo que, em termos reais, decresceu em média 10,41%.

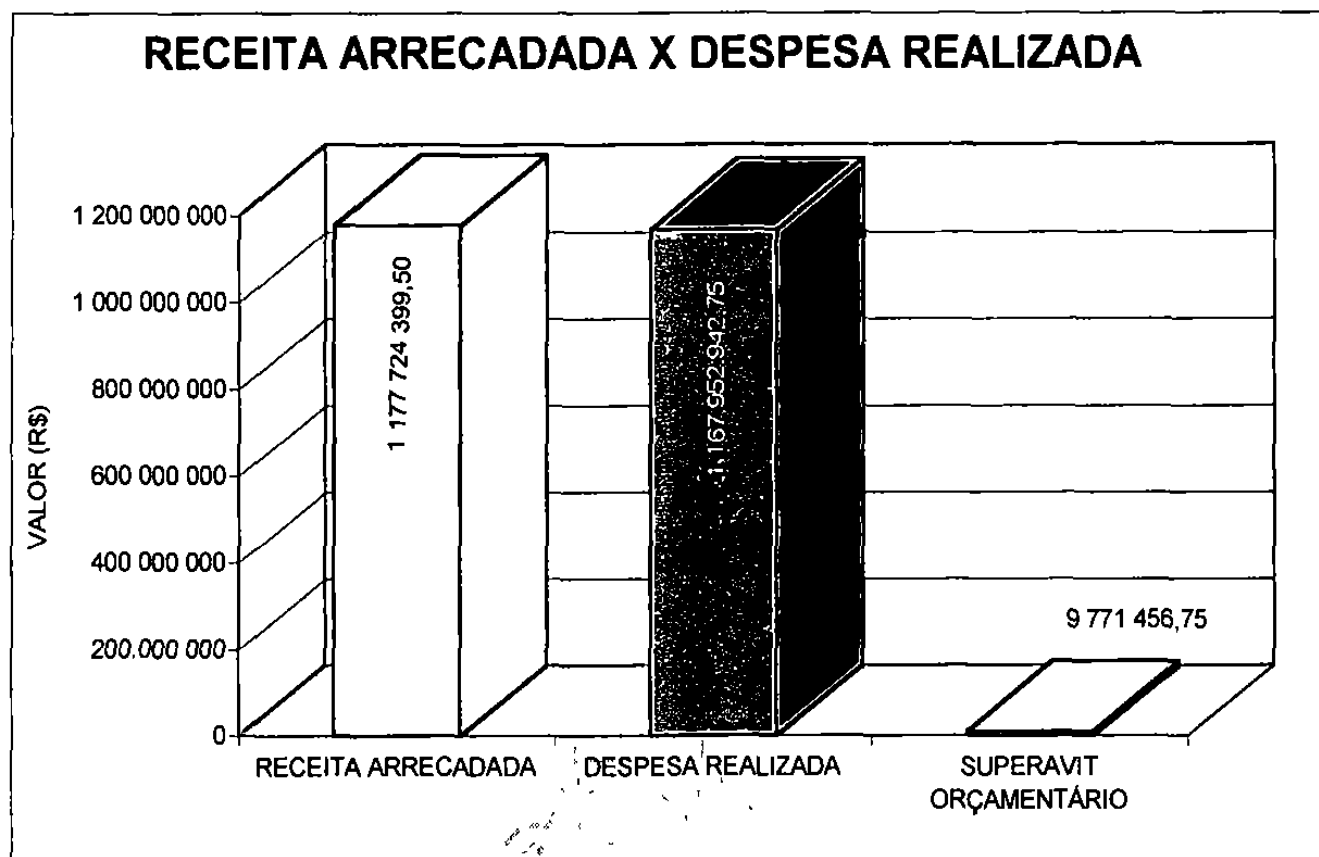
A despesa fixada (créditos ordinários mais créditos suplementares) constante do Balanço Orçamentário atingiu a cifra de R\$ 1.730.466.574,52

Essa quantia adicionada aos créditos especiais que totalizaram R\$ 179 985 334,24, segundo o Balanço Geral do Estado, passou a ser de R\$ 1.910.451.908,76. Sua execução foi de R\$ 1.167 952.942,75.

Do confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, surgiu o resultado orçamentário do exercício, como se vê na demonstração abaixo:

(R\$ 1,00)	
RECEITA ARRECADADA	1.177 724.399,50
DESPESA REALIZADA	1.167.952.942,75
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	9.771 456,75

No gráfico apresentado a seguir, está demonstrado o comparativo da receita arrecadada com a despesa realizada:



1.2.1.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta Categoria Econômica, acham-se agrupadas as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes que, de conformidade com as peças do Balanço, apresentaram uma execução da ordem de R\$ 718.499.768,24, inferior em R\$ 311.013.339,49 à previsão que foi da ordem de R\$ 1.029.513.107,73.

1.2.1.1.1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA

Formada por taxas de prestação de serviços, a Receita Tributária teve uma previsão de R\$ 62.794.728,45, sendo superior em R\$ 29.064.059,27 à arrecadação, que atingiu R\$ 33.730.669,18. Com relação ao exercício de 1998 esta Receita apresentou decréscimo real de arrecadação de 14,11%.

1.2.1.1.1.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Constituída em quase sua totalidade por Contribuições de Previdência Social, apresentou uma previsão de R\$ 78.019.256,03 e uma arrecadação de R\$ 58.785.286,50. A diferença a maior em favor da primeira foi de R\$ 19.233.969,53. Sua arrecadação em relação a 1998 teve um decréscimo real de 16,07%.

1.2.1.1.1.3 - RECEITA PATRIMONIAL

Constituída por Receitas Imobiliárias, de Valores Mobiliários e Outras Receitas Patrimoniais, teve uma previsão de R\$ 3.879.181,09. Sua arrecadação, que alcançou o importe de R\$ 5.418.057,94, foi superior em R\$ 1.538.876,85. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo real de 165,57%.

1.2.1.1.1.4 - RECEITA AGROPECUÁRIA

A previsão da aludida receita importou em R\$ 58.100,00, ao passo que sua execução foi de R\$ 18.248,30. Houve, portanto, uma diferença a menor em favor da primeira da ordem de R\$ 39.851,70.

1.2.1.1.1.5 - RECEITA INDUSTRIAL

A Receita Industrial das Autarquias, Fundações e Fundos alcançou a importância de R\$ 22.673,05 em sua arrecadação, contra uma previsão de R\$ 81.372,00, numa diferença a menor em relação a primeira de R\$ 58.698,95.

1.2.1.1.1.6 - RECEITA DE SERVIÇOS

Com uma previsão de R\$ 14.575.815,19 e uma execução de R\$ 11.687.770,00, esta receita apresentou uma arrecadação a menor da ordem de R\$ 2.888.045,19.

1.2.1.1.1.7 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Esta Subcategoria Econômica constituída em sua totalidade de Transferências do Estado e Transferências de Convênios teve uma previsão da ordem de R\$ 814.183.581,34. Já a sua execução somou R\$ 558.448.304,20, ou seja, R\$ 255.735.277,14 a menor. Estabelecendo um paralelo com os dados de

1998, em termos reais, as Transferências Correntes tiveram um decréscimo de 6,63%.

1.2.1.1.1.8 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Constituída em sua grande maioria por multas, juros de mora e receitas diversas, a Subcategoria Econômica em questão obteve uma arrecadação de R\$ 50.388.759,07, contra uma previsão da ordem de R\$ 55.921.073,63. Houve uma diferença a maior a favor da previsão da ordem de R\$ 5.532.314,56.

1.2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

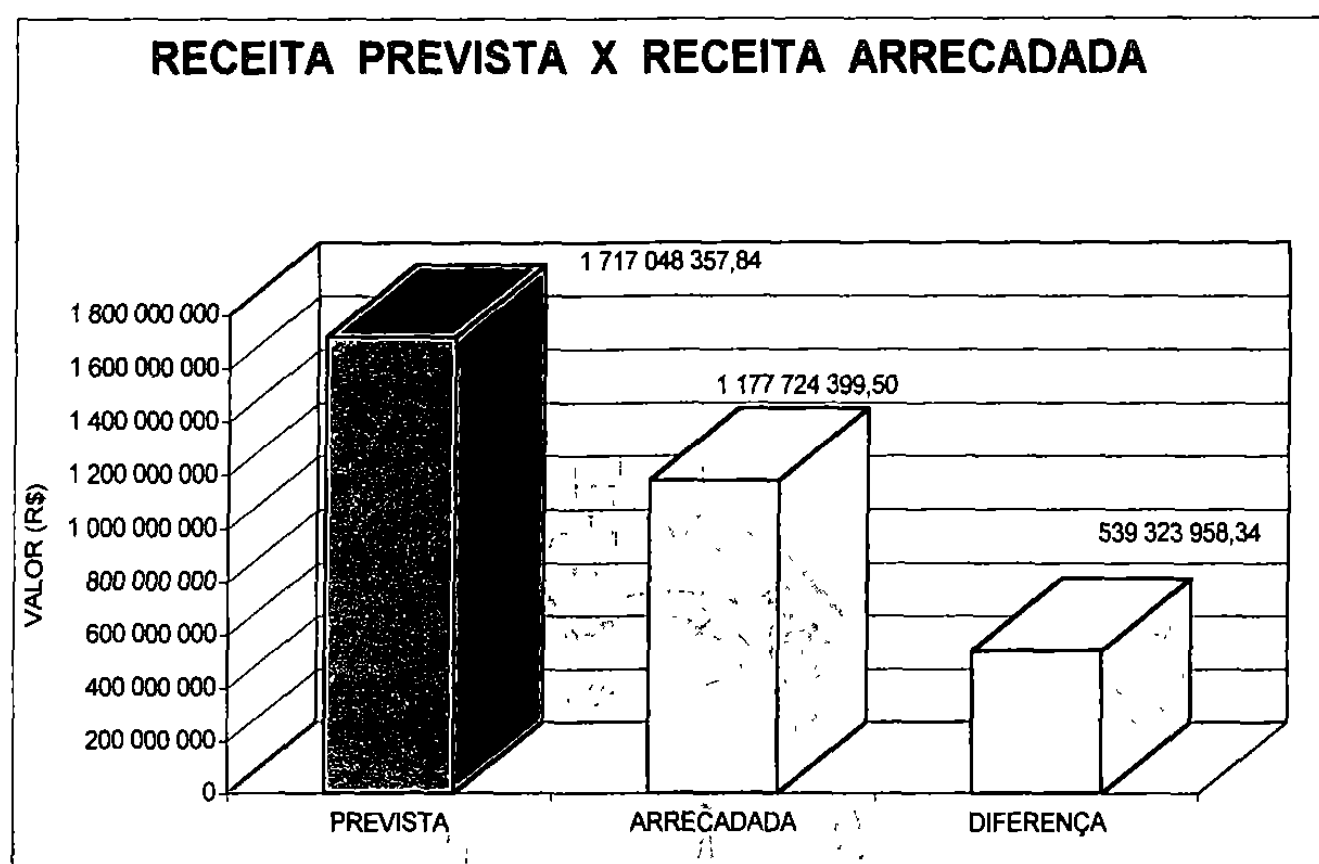
As Receitas de Capital apresentaram uma arrecadação no importe de R\$ 459.224.631,26, bem inferior, portanto, à previsão, que somou a quantia de R\$ 687.535.250,11.

Esta Categoria Econômica teve como maior fonte de receita as Transferências de Capital, com uma arrecadação da ordem de R\$ 457.780.154,59, ou seja, 12,83% menor do que a de 1998, em valores corrigidos.

1.2.1.2 - SÍNTESE DA RECEITA

Estabelecendo um paralelo entre a Receita Prevista (R\$ 1.717.048.357,84) e a Arrecadada (R\$ 1.177.724.399,50), verificou-se uma

arrecadação a menor da ordem de R\$ 539 323.958,34. Em termos reais, houve um decréscimo de 10,41% em relação a 1998, no cômputo geral da arrecadação da receita, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:



As Receitas Correntes, que totalizaram R\$ 718.499.768,24, participaram com um percentual de 61,01% com relação à arrecadação das Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais.

As Receitas de Capital, cuja execução foi de R\$ 459.224.631,26, tiveram uma participação menor, ou seja, 38,99% da arrecadação global.

1.2.1.3 - EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Orçamentária, inicialmente fixada em R\$ 1 466.421.698,86, somada à abertura de créditos adicionais no decorrer do

exercício, ascendeu à quantia de R\$ 1.910.451.908,76. Sua realização importou em R\$ 1.167.952.942,75, ficando, portanto, 38,87% a menor que a autorizada. Cotejando-se com a realizada do exercício anterior, constatou-se um decréscimo nominal de R\$ 9.385.568,98, e, considerando-se o IGP-DI, como índice médio de atualização monetária, constatou-se um decréscimo real de 10,63%

Vale salientar que no cômputo geral de realização encontra-se inserida a importância de R\$ 48.639.965,73 de Restos a Pagar. Portanto, do valor empenhado foi pago R\$ 1.119.312.977,02.

A seguir estão demonstrados os Restos a Pagar, constantes do Balanço Geral, por Entidade:

		1,00)
ENTIDADE	RESTOS A PAGAR	
1 FADEC	46.174,82	
2 FAS	1.455.445,51	
3 FEBEMGE	2.481.095,43	
4 FUNCAP	13.181,45	
5 FUNCEME	255.485,28	
6 FUNECE	3.947.677,09	
7 FUNTELC	327.828,57	
8 IPLANCE	173.967,75	
9 NUTEC	255.563,65	
10 URCA	534.758,97	
11 UVA	612.607,27	
12 DERT	14.065.483,51	
13 DETRAN	1.346.408,75	
14 ESP	102.376,30	
15 IDACE	240.353,28	
16 IPEC	1.722.634,45	
17 JUCEC	9.261,62	
18 SEDURB	723.486,83	
19 SEMACE	436.611,75	
20 ARCE	68.161,00	
21 SOHIDRA	509.692,92	
22 FRT	0,00	
23 FAIPP	0,00	
24 FUNDEF	10.330.616,00	
25 FCA	0,00	

ENTIDADE	RESTOS A PAGAR	1,00)
26. FDI	0,00	
27. FEE	0,00	
28. FERMOJU	316.532,55	
29. FFMEPE (FCE)	1.439.011,87	
30. FEC	258.521,90	
31. FUNDART	0,00	
32. FUNDES	4.555.674,88	
33. FUNPECE	0,00	
34. FEAS	0,00	
35. FEDM	0,00	
36. FADE	0,00	
37. FDU	1.710.746,52	
38. FESBOM	443.712,00	
39. FESPEC	0,00	
40. FESPOM	256.893,81	
41. FUNORH	0,00	
42. FUNDETEC	0,00	
TOTAL	48.639.965,73	

1.2.1.3.1 - DESPESAS CORRENTES

Compreendendo Despesas de Custeio e Transferências Correntes, esta Categoria teve uma realização no valor de R\$ 660.549.263,42, equivalente a 56,56% da Despesa Orçamentária, e se encontra assim distribuída:

	(R\$ 1,00)
DESPESAS DE CUSTEIO	548.559.316,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	111.989.947,40

1.2.1.3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO

As despesas de custeio, cuja finalidade é a de manter serviços criados anteriormente, inclusive a conservação de bens móveis, atingiram o

montante de R\$ 548.559.316,02, equivalente, por conseguinte, a 83,05% do total das Despesas Correntes. Com relação ao exercício de 1998, esta Subcategoria teve um decréscimo de 11,40%, em valores corrigidos.

1.2.1.3.1.1.1 - DESPESAS COM PESSOAL

Os gastos ocorridos com pessoal e encargos sociais atingiram a cifra de R\$ 390.976.023,02. O quadro a seguir demonstra as parcelas integrantes deste item:

TÍTULO/CÓDIGO	(R\$ 1,00) REALIZAÇÃO
Pessoal Civil/3111	272.624.968,12
Obrigações Patronais/3113	426.257,64
Remuneração de Serviços Pessoais/ 3131	32.674.744,67
Inativos/3251	53.700.957,45
Pensionistas/3252	29.868.728,31
Salário Família/3253	149.442,94
Benefícios da Previdência Social/3256	519.958,74
Outras Transferências a Pessoas/3259	1.010.965,15
TOTAL	390.976.023,02

O total das despesas com pessoal representou 59,19% das Despesas Correntes. Houve um decréscimo de 9,27%, em termos reais, com relação ao exercício anterior.

1.2.1.3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Consideram-se Transferências Correntes as dotações destinadas a dispêndios para os quais não haja contraprestação de bens e serviços. Dentre elas, encontram-se incluídas as Transferências a Pessoas, que representam pagamentos efetuados a inativos, pensionistas, à conta de salário-família, etc., bem como as subvenções sociais concedidas para fazer face ao atendimento de manutenção de outras entidades, quer de direito público, quer de direito privado. As referidas Transferências Correntes ascenderam à quantia de R\$ 111.989.947,40, ou seja, 16,95% das Despesas Correntes.

1.2.1.3.2 - DESPESAS DE CAPITAL

Os dispêndios inerentes a Investimentos, Inversões Financeiras e Transferência de Capital somaram a quantia de R\$ 507.403.679,33, em sua realização, o que corresponde a 43,44 % da despesa total das Autarquias, Fundações e Fundos. Os referidos dispêndios sofreram um decréscimo, em termos reais, com relação a 1998, de 11,82%.

1.2.1.3.2.1 - INVESTIMENTOS

Para fazer face à despesa com Investimentos, foi utilizada a quantia de R\$ 269.460.304,65, o que corresponde a 53,11% das Despesas de Capital. Com relação a 1998, houve um decréscimo real de 31,46%.

O elemento que mais contribuiu para formação desta subcategoria foi "INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL", com R\$ 179 281.266,34.

1.2.1.3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS

Constituídas por "Aquisição de Imóveis", "Aquisição de Bens para Revenda" e "Concessão de Empréstimos", as Despesas com Inversões Financeiras atingiram a cifra de R\$ 237.859.720,84, representando 46,88% do cômputo das Despesas de Capital.

1.2.1.3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As despesas que constituíram esta Subcategoria Econômica, no importe de R\$ 83.653,84, tiveram uma participação na formação das Despesas de Capital de 0,02%, oriundas todas das "Transferências a Instituições Privadas".

1.2.1.4 - DESPESA AUTORIZADA E DESPESA REALIZADA

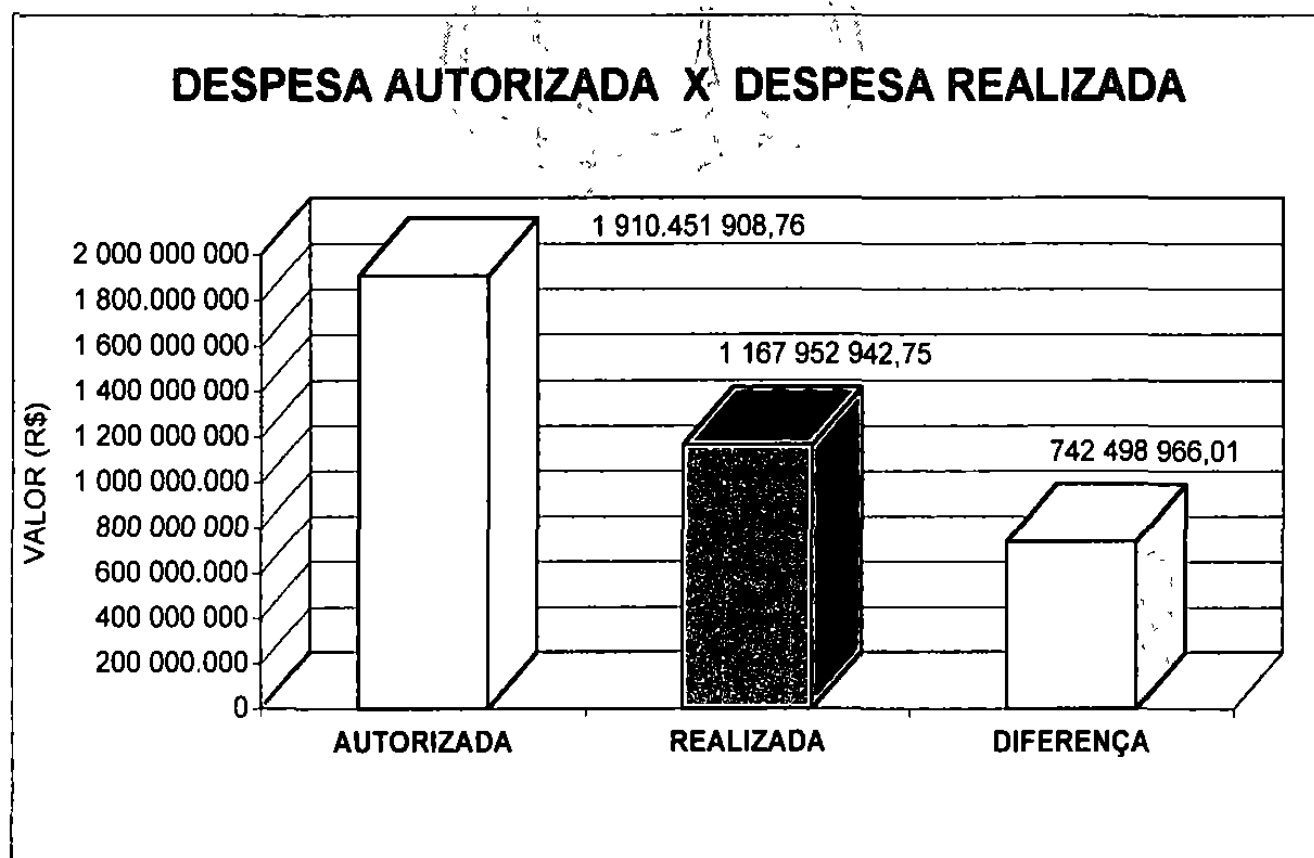
As Entidades que tiveram maiores participações tanto na despesa autorizada quanto na realizada foram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, com 26,62% e

15,72%, seguido pelo Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes - DERT, com 13,12% e 15,09%, e, logo depois pelo Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, com 12,73% e 13,35%, respectivamente, conforme quadro a seguir:

						(R\$ 1,00)
ENTIDADE	AUTORIZADA	%	REALIZADA	%	SALDO ORÇAMENTÁRIO	
1 FADEC	2.391 108,96	0,13	1 028.238,78	0,09	1 362 870,18	
2 FAS	21 332.866,66	1,12	19 824.563,11	1,70	1.508 303,55	
3 FEBEMCE	62.445 593,74	3,27	51.292 910,33	4,39	11 152 683,41	
4 FUNCAP	19.058 630,50	1,00	11.528 607,07	0,99	7 530.023,43	
5 FUNCEME	10.698 812,48	0,56	4 217 710,09	0,36	6.481 102,39	
6 FUNECE	81 380.970,00	4,26	50 229.174,20	4,30	31.151 795,80	
7 FUNTELC	10 482.457,29	0,55	6 125.686,17	0,52	4 356 771,12	
8 IPLANCE	4.297 716,40	0,22	3 263 235,37	0,28	1.034.481,03	
9 NUTEC	11.202.388,66	0,59	5.433 859,14	0,47	5 768 529,52	
10 URCA	15 960.308,96	0,84	9.042.890,05	0,77	6.917 418,91	
11 UVA	15.077 791,13	0,79	8.864 816,64	0,76	6 212.974,49	
12 DERT	250.560 717,55	13,12	176.242 811,20	15,09	74.317.906,35	
13 DETRAN	49.900.000,00	2,61	30.106.136,24	2,58	19.793 863,76	
14 ESP	3 632.975,38	0,19	2.229 957,37	0,19	1 403.018,01	
15 IDACE	15.186 851,35	0,79	5.528 461,63	0,47	9 658.389,67	
16 IPEC	95.363.183,38	4,99	67.176 046,54	5,75	28 187.136,84	
17 JUCEC	3.800 500,00	0,20	1 855.730,92	0,16	1.944 769,08	
18 SEDURB	8.792 661,00	0,46	7 796.721,96	0,67	995.939,04	
19 SEMACE	6.984.833,82	0,37	5.438 931,73	0,47	1 545.901,29	
20 ARCE	2 166.084,00	0,11	988.331,02	0,08	1.177 752,98	
21 SOHIDRA	75.118 701,09	3,93	41 089.131,04	3,52	34.029 570,05	
22 FRT	150 000,00	0,01	0,00	0,00	150.000,00	
23 FAIPP	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
24 FUNDEF	508 520.074,13	26,62	183 584.282,23	15,72	324 935 741,90	
25 FCA	438.640,00	0,02	297.721,78	0,03	140 918,22	
26 FDI	222.635.000,00	11,60	220.815 044,95	18,91	819.955,05	
27 FEE	699 160,00	0,04	39 440,00	0,00	659.720,00	
28 FERMOJU	20 201.250,00	1,06	10 682.042,75	0,91	9.519 207,25	
29 FFMEPE (FCE)	7 503 572,90	0,39	7.340 343,43	0,63	163.229,47	
30 FEC	1.450 000,00	0,08	1.064.760,03	0,09	385 239,97	
31. FUNDART	1 486.640,00	0,08	386.639,18	0,03	1.100.000,82	

(R\$ 1,00)					
ENTIDADE	AUTORIZADA	%	REALIZADA	%	SALDO ORÇAMENTÁRIO
32 FUNDES	243 262.401,76	12,73	155.865.320,32	13,35	87.397.081,44
33. FUNPECE	132.321,42	0,01	81.897,02	0,01	50 424,40
34 FEAS	20 008.640,00	1,05	14.023.123,59	1,20	5.985 516,41
35. FEDM	26.340,00	0,00	14.383,32	0,00	11.956,68
36 FADE	915.613,00	0,05	379.918,00	0,03	535 695,00
37. FDU	48 153 815,20	2,52	25.556.931,28	2,19	11.096.052,31
38 FESBOM	2.985.248,00	0,16	640.397,26	0,05	2.344 850,74
39 FESPEC	1 000.000,00	0,05	0,00	0,00	1.000.000,00
40 FESPOM	6 214.676,00	0,33	5 530.126,38	0,47	684.549,62
41 FUNORH	59 783.364,00	3,13	32 346.680,58	2,77	27.436 743,42
42 FUNDETEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 910.451.908,76	100,00	1.167.952.942,75	100,00	742.498 966,01

Para uma melhor visualização, veja o gráfico a seguir:



1.2.2 - BALANÇO FINANCEIRO

Neste demonstrativo estão arroladas a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Apresentando uma receita de R\$ 1.284.757.972,79 e uma despesa de R\$ 1.264.990.982,92, o Balanço Financeiro demonstrou um superávit de R\$ 19.766.989,87, o qual, somado algebricamente com o "Saldo do Exercício Anterior", de R\$ 99.250.010,64, resultou em R\$ 119.017.000,51, valor este registrado como "Saldo para o Exercício Seguinte".

A seguir, está demonstrado, de forma simplificada, o Balanço Financeiro:

RECEITA	VALOR	DESPESA	(R\$ 1,00) VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.177.724.399,50	ORÇAMENTÁRIA	1.167.952.942,75
RECEITAS	718.499.768,24	DESP.	660.549.263,42
CORRENTES		CORRENTES	
RECEITAS DE	459.224.631,26	DESP DE CAPITAL	507.403.679,33
CAPITAL			
EXTRA-	107.033.573,29	EXTRA-ORÇAM.	97.038.040,17
ORÇAMENTÁRIA			
DISPONIB. INICIAL	99.250.010,64	DISPONIB FINAL	119.017.000,51
TOTAL	1.384.007.983,43	TOTAL	1.384.007.983,43

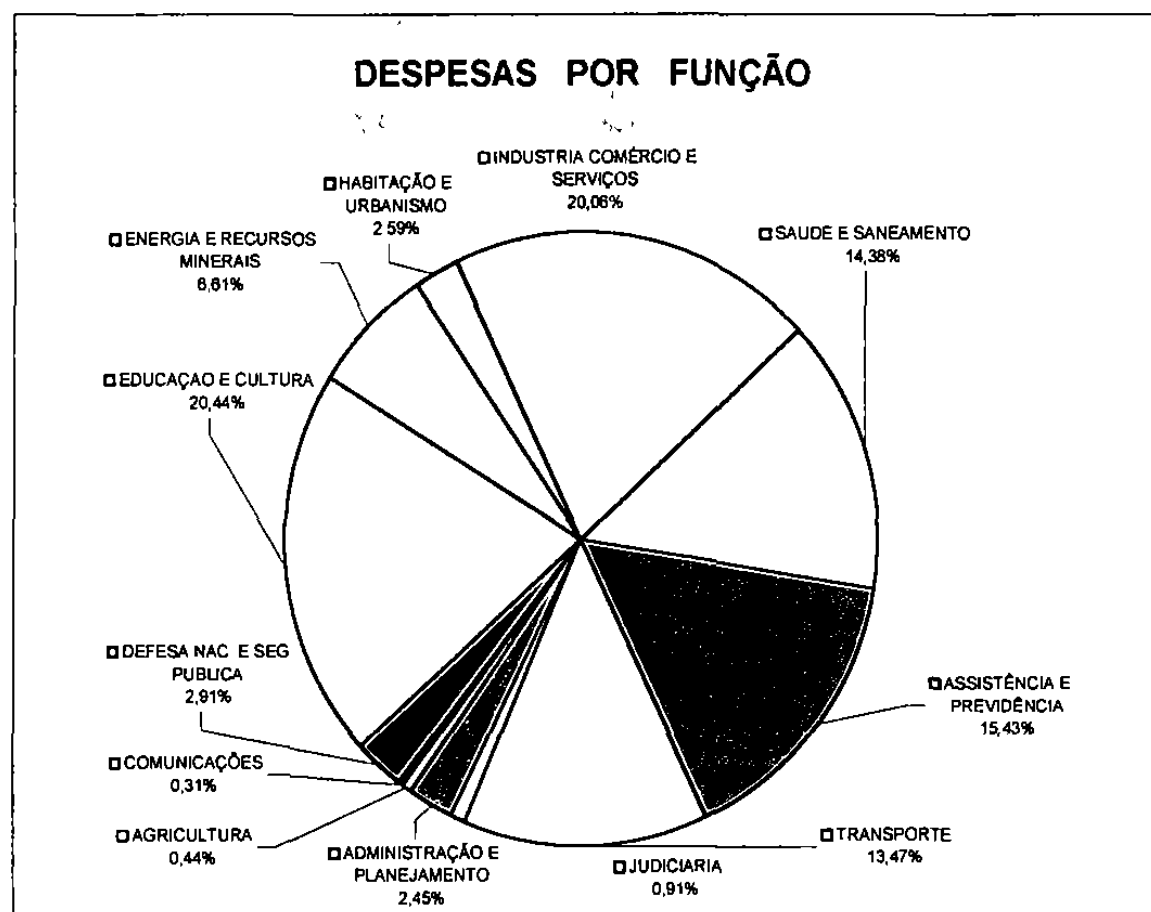
1.2.2.1 - RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS

Sendo a Receita e Despesa Orçamentárias, examinadas em seus detalhes e levando-se em consideração o desdobramento da despesa por função, constante do Balanço Financeiro em análise, originou-se o quadro demonstrativo

que se segue, com a finalidade de visualização dos quantitativos existentes em cada uma destas funções:

FUNÇÃO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
02 – JUDICIÁRIA	10 634.102,92	0,91
03 – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	28 571.949,10	2,45
04 – AGRICULTURA	5 114 399,81	0,44
05 – COMUNICAÇÕES	3 600.595,27	0,31
06 – DEFESA NACIONAL E SEG PÚBLICA	33 983.433,94	2,91
08 – EDUCAÇÃO E CULTURA	238 766 918,55	20,44
09 – ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	77 202 782,91	6,61
10 – HABITAÇÃO E URBANISMO	30.232.405,39	2,59
11 – INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	234 318 269,00	20,06
13 – SAÚDE E SANEAMENTO	168.003 162,51	14,38
15 – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	180.188 297,22	15,43
16 – TRANSPORTE	157.336 626,13	13,47
TOTAL	1 167.952.942,75	100,00

Para uma melhor visualização, veja o gráfico a seguir



Do quadro acima demonstrado, nota-se que as funções EDUCAÇÃO E CULTURA (20,44%), INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (20,06%), ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA (15,43%), SAÚDE E SANEAMENTO (14,38%) e TRANSPORTE (13,47%), foram as que mais sobressaíram, tendo em vista os recursos nelas aplicados.

Ressalte-se que a maior parcela de recursos aplicados na função "EDUCAÇÃO E CULTURA" foram realizadas por intermédio do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério, o qual participou com a quantia de R\$ 183.584.282,23, correspondente a 76,88% da referida função.

De acordo com a Lei Federal nº 9.424 de 24.12.96, no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF devem ser destinados à remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício na educação fundamental.

No exercício em apreço (1999) constatou-se que fora cumprida a determinação legal supra, uma vez que os gastos com profissionais do magistério atingiram o montante de R\$ 147.460.426,60, correspondendo a 84,36% da receita do FUNDEF, que foi de R\$ 174.795.829,19.

1.2.2.2 - RECEITA E DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

A Receita relacionada com as operações de natureza Extra-Orçamentária foi da ordem de R\$ 107.033.573,29 e a Despesa inerente às

operações da mesma natureza atingiram o montante de R\$ 97.038.040,17, conforme a seguir discriminado:

(R\$ 1,00)		
CONTA	RECEITA	DESPESA
RESTOS A PAGAR	48.639.965,73	39.117.346,09
DEPÓSITOS DE DIV. ORIGENS	58.393.607,56	57.920.694,08
TOTAL	107.033.573,29	97.038.040,17

1.2.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

Apresentada tanto no Balanço Financeiro quanto no ANEXO 17 do Balanço Geral, a Dívida Flutuante será estudada por meio de seus componentes, como a seguir se verifica:

1.2.2.3.1 - RESTOS A PAGAR

Constituídos dos compromissos não saldados no exercício ora analisado, os Restos a Pagar apresentaram uma inscrição efetiva da ordem de R\$ 48.639.965,73 que, somados ao saldo proveniente do exercício anterior, no caso, R\$ 43.224.258,47, atingiu o montante de R\$ 91.864.224,20. As baixas efetuadas no exercício em apreço atingiram a cifra de R\$ 42.529.547,77, ficando, portanto, o importe de R\$ 49.334.676,43 para o exercício seguinte

1.2.2.3.2 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Esta conta apresentou um saldo anterior de R\$ 2.375.284,82. A este saldo foi acrescida a quantia de R\$ 58.393.607,56 e deduzida a importância de R\$ 57.920.827,30, correspondente a pagamentos e cancelamentos neste exercício, ocasionando, assim, um saldo de R\$ 2.848.065,08 para o exercício seguinte.

1.2.3 - BALANÇO PATRIMONIAL

A peça contábil em análise espelha a situação econômico-financeira do Patrimônio das Autarquias, Fundações e Fundos, integrado por contas que se referem aos bens, direitos e obrigações, e demonstrados, respectivamente, no Ativo e no Passivo.

Da análise efetuada nos quadros que compõem o Balanço Patrimonial, verificou-se um "ATIVO REAL LÍQUIDO", ou seja, um resultado positivo da ordem de R\$ 456.260.911,75. Comparando-se tal valor com o saldo patrimonial positivo de 1998, da ordem de R\$ 367.474.452,80, constatou-se, em termos reais, um aumento de R\$ 48.364.269,14. Ressalte-se que o saldo patrimonial positivo de 1998 corrigido para o exercício financeiro de 1999, resultou o valor de R\$ 407.896.642,61.

1.2.3.1 - ATIVO FINANCEIRO

No Ativo Financeiro são registradas as contas atinentes a créditos e valores realizáveis independentes de autorização orçamentária e dos valores numerários. Neste grupo de contas figurou o montante de R\$ 119.017.492,73 conforme demonstrado a seguir:

ATIVO FINANCEIRO	
	(R\$ 1,00)
DISPONÍVEL	119 017 000,51
BANCOS E CORRESPONDENTES	119 017 000,51
REALIZÁVEL	492,22
AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES	54,75
OUTRAS ENTIDADES DEVEDORAS	32,88
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	404,59
TOTAL	119 017.492,73

1.2.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO

No Passivo Financeiro estão as contas atinentes aos compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Neste grupo de contas está indicado o valor de R\$ 52.182.907,64 conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO FINANCEIRO	
	(R\$ 1,00)
RESTOS A PAGAR	49.334 676,43
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.848.065,08
ENTIDADES AUTÁRQUICAS CREDORAS	166,13
TOTAL	52 182.907,64

1.2.3.3 - ATIVO PERMANENTE

No Ativo Permanente encontram-se os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa. Seu montante importou em R\$ 390.461.048,66 a seguir demonstrado:

ATIVO PERMANENTE	
	(R\$ 1,00)
BENS DO ESTADO	98.174.537,20
BENS MÓVEIS	34.497.475,87
BENS IMÓVEIS	63.677.061,33
CRÉDITOS	198.037.569,82
DÍVIDA ATIVA	176.576.533,77
DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS	21.458.167,21
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS	2.868,84
VALORES	94.248.941,64
BENS PARA REVENDA	227.584,63
TÍTULOS REP. DO CAPITAL DE EMPRESAS	36.538,15
ALMOXARIFADOS	93.983.318,70
INVESTIMENTOS OU INVERSÕES FINANC. A APROPIAR	1.500,16
TOTAL	390.461.048,66

1.2.3.4 - PASSIVO PERMANENTE

No Passivo Permanente acham-se insertas as dívidas fundadas, cujas movimentações dependem de autorização legislativa. Compreendem as dívidas contraídas a longo prazo, internas e externas, representadas por contratos.

Vale informar que durante o exercício financeiro de 1999 foi contraída pelas entidades da administração indireta, no que concerne às Autarquias, Fundações e Fundos, uma dívida fundada interna de R\$ 1.034.722,00.

1.2.3.5 - CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Inseridas neste Grupo encontram-se as contas representativas de valores de terceiros em poder do Estado, ou valores a este pertencentes que se acham em poder de terceiros, sem que tenha havido transferência de propriedade. As contas em pauta não são integradas ao Patrimônio. Figuram apenas transitoriamente, para que seja caracterizado o tipo de operação efetuada. A seguir estão demonstrados os saldos destas contas:

ATIVO COMPENSADO	
	(R\$ 1,00)
Valores de Terceiros	
Bens de Terceiro. Em Utilização p/ Estado	1.599.081,43
Valores e Obrigações Diversas	
Avais, Fianças e Outras Garantias Concedidas	64.033.634,22
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	485.588,73
TOTAL	66.118.304,38

PASSIVO COMPENSADO	
	(R\$ 1,00)
Contrapartida de Valores de Terceiros	
Credores p/ Bens em Poder do Estado	1.599.081,43
Contrapartida de Valores e Obrigações Diversas	
Credores por Avais, Fianças e Outras Garantias	64.033.634,22
Suprimentos de Fundos Concedidos	485.588,73
TOTAL	66.118.304,38

1.2.4 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES

PATRIMONIAIS

Esta peça evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

1.2.4.1 - VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES POSITIVAS	
	(R\$ 1,00)
Receita Orçamentária	1.177.724.399,50
Mutações Patrimoniais	203.736.531,55
TOTAL	1.381.460.931,05

VARIAÇÕES NEGATIVAS	
	(R\$ 1,00)
Despesa Orçamentária	1 167.952.942,25
Mutações Patrimoniais	16 051.898,24
TOTAL	1 184.004.840,99

Cotejando-se o total dessas variações, observou-se um resultado de R\$ 197.456.090,06, em decorrência da execução orçamentária (superávit orçamentário resultante da execução orçamentária).

1.2.4.2 - VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES POSITIVAS	
	(R\$ 1,00)
Inscrição da Dívida Ativa	35.191.524,15
Incorporação de Bens	3.794.441,19
Cancelamento Restos a Pagar	3.412.201,68
Cancelamento de Depósito	133,22
Baixa de Restos a Pagar	39.117.346,09
TOTAL	81.515.646,33

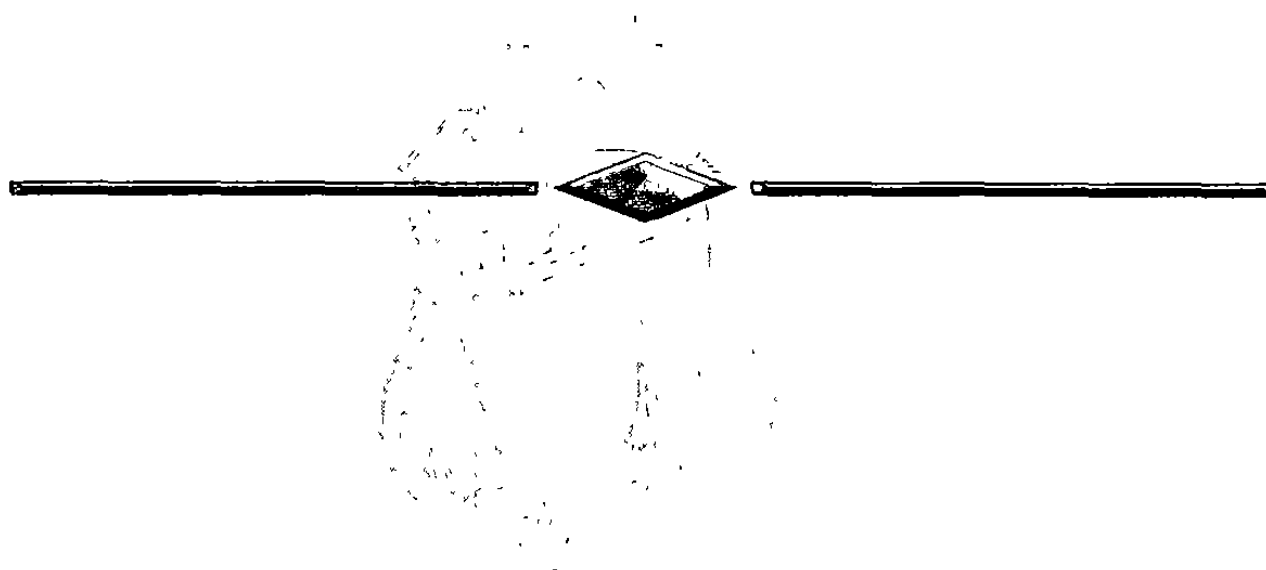
VARIAÇÕES NEGATIVAS	
	(R\$ 1,00)
Saída de Materiais	48.759.384,57
Baixa Restos a Pagar	39.117.346,09
Desincorporação de Bens	102.308.546,78
TOTAL	190.185.277,44

Da diferença verificada entre os totais anteriormente demonstrados, adveio o resultado patrimonial independente da execução orçamentária, que foi de R\$ 108.669.631,11 (déficit extra-orçamentário).

Confrontando-se estes valores, tem-se o resultado patrimonial do exercício, como se pode ver a seguir:

	(R\$ 1,00)
Déficit Extra-Orçamentário	(108.669.631,11)
Superávit Orçamentário	197.456.090,06
Superávit Patrimonial	88.786.458,95

Acrescentando o superávit patrimonial acima evidenciado ao ATIVO REAL LÍQUIDO de 1998, chegou-se ao resultado positivo do exercício em apreço, no montante de R\$ 456.260.911,75, salientado no item 1.2.3, retro.



2 – EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

No exercício de 1999 o Governo Federal deu continuidade à política de estabilização da economia no sentido de evitar o retorno do processo inflacionário e de reduzir a vulnerabilidade do País em relação a crises internacionais. Dentre as medidas adotadas estão: a manutenção de taxas de juros reais elevadas, taxas de câmbio flutuante, pelo menos em teoria, já que na prática observa-se uma intervenção do Banco Central todas as vezes que a taxa nominal de câmbio aproxima-se de R\$ 2,00/ US\$ 1,00, e, um contínuo e rigoroso combate ao déficit público, que vem sendo conseguido através das privatizações, da elevação das tarifas públicas pelo IGP-M da FGV, que foi superior à inflação do período, e do aumento da arrecadação, através de uma ação eficiente da Secretaria da Receita Federal. Cabe salientar que o superávit primário alcançado em 1999, da ordem de 2,04% do PIB, deve-se quase que exclusivamente às receitas já que as despesas no Brasil são rígidas, sendo difícil sua redução a curto prazo.

Em decorrência dessas medidas macroeconômicas adotadas e a pressão exercida pelo Governo Federal, para que os Estados e Municípios busquem também o equilíbrio fiscal, houve uma redução dos investimentos dos Estados. No Estado do Ceará, os investimentos nas estatais, no período de 1995/1999, sofreram uma redução, em termos reais, da ordem de 76%, oriundos

da redução dos recursos disponíveis e da própria diminuição da atividade estatal no domínio privado.

Veja a tabela a baixo:

ANO	ORÇAMENTOS DAS ESTATAIS	ÍNDICE ANO BASE = 100%
1995	*1.968.369.459,34	100%
1996	*1.284.380.818,13	65%
1997	*1.048.220.323,28	53%
1998	*788.685.242,76	40%
1999	474.945.567,52	24%

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.
- Cálculos: 3ª Inspeção de Controle Externo do TCC.
- * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV.

2.2 - AS ESTATAIS NO BALANÇO GERAL DO ESTADO

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades criadas pelo Estado para descentralizar a Administração Pública no intuito de torná-la mais ágil e, desse modo, obter uma melhoria nos serviços públicos e no bem estar coletivo. Tais empresas são entidades autônomas, administrativa e financeiramente, têm patrimônio próprio e operam em regime de iniciativa privada, na forma de seus estatutos, ficando vinculadas a determinado órgão estatal a que pertencem, o qual supervisiona e controla seu desempenho estatutário, sem interferir na sua administração.

A vigente Constituição Estadual em seu Art. 203, parágrafo 3o., prevê que a Lei Orçamentária anual abrangerá, também, o orçamento de investimento

das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Desse modo, a Lei No. 12.879, de 31.12.98, aprovou o Orçamento Geral do Estado para o Exercício Financeiro de 1999, fixando para o Orçamento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista a quantia de R\$ 474.945.567,52 a preços constantes de janeiro de 1999.

Veja a seguir a discriminação dos valores destes investimentos estimados no Orçamento Geral do Estado.

EMPRESA ESTATAL	AUTORIZADO
SECRETARIA DA FAZENDA	72.620.000,00
Banco do Estado do Ceará S/A	72.620.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA	33.409.821,00
Empresa de Assit. Téc. e Extensão Rural do Ceará	30.276.805,00
Centrais de Abastecimento do Ceará S/A	3.133.016,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTE, ENERGIA COM. E OBRAS	69.645.736,00
Companhia de Gás do Ceará	8.706.656,00
Companhia de Integração Portuária do Ceará	700.000,00
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos	60.239.080,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	10.800,00
Companhia de Desenvolvimento do Ceará	10.800,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	14.608.879,00
Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará	14.608.879,00
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	16.420.640,00
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará	16.420.640,00
SECRETARIA DE DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	268.229.771,52
Companhia de Habitação do Ceará	51.745.096,86
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	216.484.674,66
TOTAL	474.945.567,52

Fonte: Orçamento Geral do Estado

As Demonstrações Contábeis do Balanço Geral do Estado pertinentes às Empresas Estatais, foram elaboradas conforme as disposições da Lei Federal n.º 6.404/76 (Lei das S/A) regulamentadora da Contabilidade Comercial.

Apesar do Banco do Estado do Ceará – BEC constar do orçamento do Estado para o exercício de 1999, o mesmo não constou no Balanço Geral do Estado, em decorrência de o Estado ter transferido o seu controle acionário para a União, concluindo, assim, o processo de federalização que teve início em 1998, para uma possível privatização.

A tabela a seguir relaciona as entidades que fazem parte da análise consolidada realizada .

N.º	SIGLA	NOME
1.	CAGECE	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ
2.	CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ
3.	CEGAS	COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
4.	CODECE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ
5.	COGERH	COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
6.	COHAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ
7.	EMATERCE	EMPRESA DE ASSIT. TÉC. E EXT. RURAL DO CEARÁ
8.	SEPROCE	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO CEARÁ
9.	CEARAPORTOS	COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ
10.	METROFOR	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cabe informar que as Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas que integram o Balanço do Estado e a presente análise, não tiveram ainda aprovação das respectivas Assembléias Gerais Ordinárias, determinadas pelo Art. 132, da Lei 6.404/76, estando, portanto, sujeitas a alterações.

A análise das Demonstrações Contábeis apresentadas no Balanço do Estado foi feita com o objetivo de se visualizar a situação econômico-financeira das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Maior ênfase foi dada ao Balanço Patrimonial, uma vez que através deste demonstrativo é evidenciada de forma mais objetiva essa situação

Inicialmente, foi feita uma análise consolidada dos Balanços Patrimoniais e, em seguida, procedeu-se a uma análise individualizada das entidades mais representativas do grupo empresarial do Estado. Para a escolha das entidades levou-se em consideração o percentual de participação do ativo no patrimônio total do grupo empresarial do Estado, conforme mostrado adiante. Nesta análise individualizada, apresentamos um estudo através de índices, quanto aos aspectos do endividamento, da liquidez e da imobilização de recursos e, posteriormente, apresentamos uma síntese das principais atividades desenvolvidas pelas empresas.

As fontes de informação para a análise foram as seguintes:

1. Demonstrações Contábeis;

1.1 Balanço Patrimonial;

1.2 Demonstração do Resultado do Exercício;

1.3 Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos;

1.4 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

3. Relatório da Administração;

4. Balanço Geral do Estado.

2.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Através da tabela a seguir pode-se visualizar a composição dos valores Ativos e Passivos das entidades integrantes do grupo empresarial do Governo do Estado, no exercício de 1999.

(R\$ 1.000,00)									
ATIVO					PASSIVO				
ENTIDADE	CIRCU- LANTE	REALI- ZÁVEL A LONGO PRAZO	PERMA- NENTE	TOTAL	CIRCU- LANTE	EXIGIV. A LONGO PRAZO	RESULT. DE EXERC. FUTUROS	PATRIMONIO LÍQUIDO	TOTAL
EMATERCE	2.725	1 011	599	4 335	8.755	8 240	-	-12 660	4.335
CEASA	627	-	1 020	1 647	253	273	-	1 121	1 647
CEGAS	4 612	-	1.726	6 338	1 481	-	-	4 857	6.338
CEARAPORTOS	151	-	2 138	2 289	740	-	-	1 549	2 289
METROFOR	500	-	63 420	63.920	15 346	-	-	48 574	63.920
CODECE	34 291	287	4 142	38 720	7.098	17 750	-	13 872	38 720
SEPROCE	1 389	314	770	2 473	4 058	377	-	-1 962	2 473
COGERH	3 660	-	43 196	46 856	255	440	-	46 161	46 856
COHAB	375 545	36 625	554	412 724	18 278	423 739	-	-29 293	412 724
CAGECE	54 347	11 000	742 210	807 557	35 806	157 282	-	614 469	807 557
TOTAL	477 847	49 237	859 775	1.386 859	92 070	608 101	-	686.688	1 386 859

Fonte: Balanço Geral do Estado

De acordo com o demonstrativo supra, a maior parte dos recursos existentes nas entidades do grupo empresarial está aplicado no Ativo Permanente, no montante, em 31.12.99, de R\$ 859.775 mil com participação de 62% em relação ao Ativo Total. Seguido do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo, com participação de 34% e 4%, respectivamente.

SITUAÇÃO LÍQUIDA

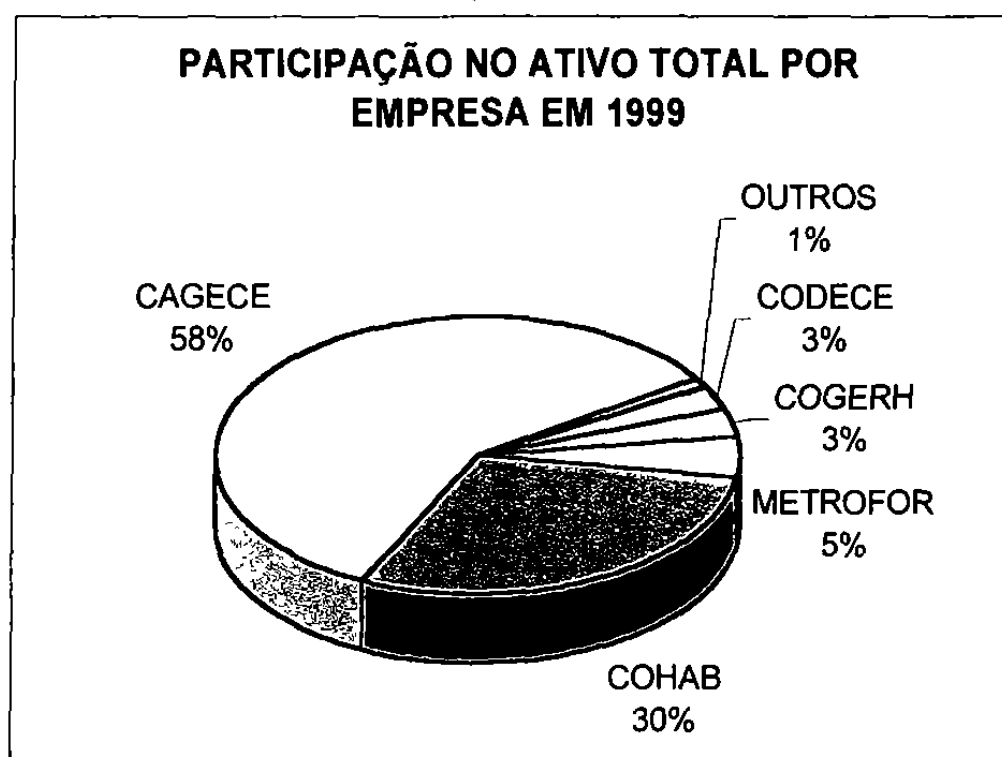
A COHAB, EMATERCE, e SEPROCE têm obrigações (passivo) superiores aos seus bens e direitos (ativo), estando, assim, em situação líquida negativa de R\$ 29.293 mil, R\$ 12.660 mil, e R\$ 1.962 mil, respectivamente.

A CAGECE com R\$ 614.469 mil é a empresa que apresenta maior Patrimônio Líquido, representando, sozinha, 89% do Patrimônio Líquido total do grupo empresarial do Estado.

CONSTITUIÇÃO DO ATIVO TOTAL

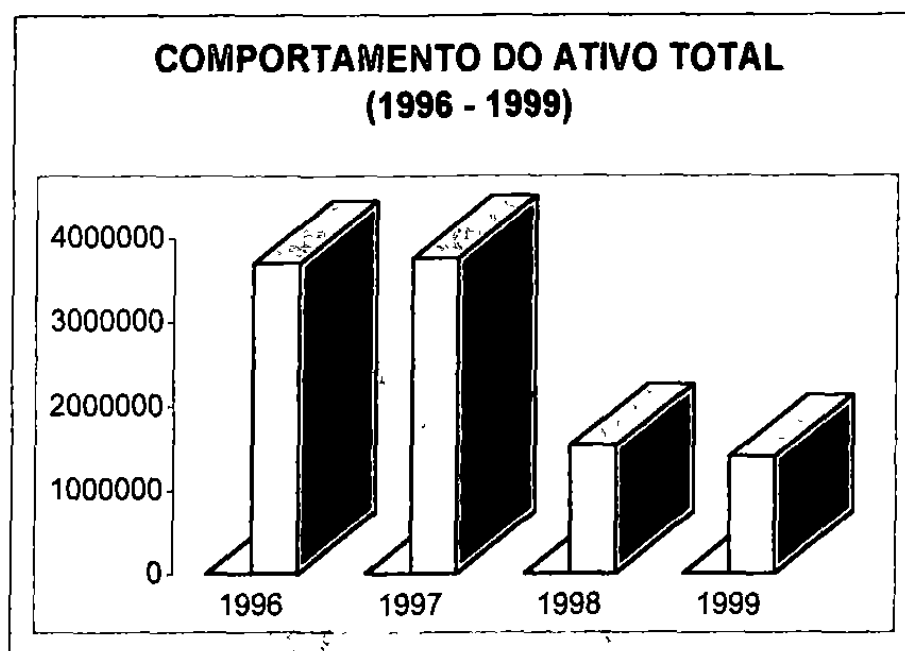
No exercício de 1999, a principal alteração na constituição do ativo total do grupo empresarial do estado em relação ao exercício de 1998, ocorreu na Companhia de Trens Metropolitanos – METROFOR que com o início das obras do Trem Metropolitano, em 1999, obteve um maior aporte de recursos, passando desse modo, a representar 5% do ativo total.

Veja a seguir demonstrativo gráfico da participação das entidades em relação ao Ativo Total do Grupo Empresarial do Governo do Estado no exercício de 1999.



A CAGECE e a COHAB com participação de 58% e 30%, respectivamente, juntas, passaram a representar 88% do ativo total em 1999.

O gráfico a seguir oferece uma visualização do comportamento do Ativo Total das Estatais no período de 1996 a 1999.



2.3.1 - EVOLUÇÃO REAL DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - 1997/1999

GRUPOS	1997*	1998*	Variação 98/97 (%)	1999	(R\$ 1.000,00)	
					Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ATIVO	3 761 071	1 521.364	(60)	1.386.859	(9)	(63)
Circulante	1 032.018	131.215	(87)	477.847	264	(54)
Realizável L. Prazo	1.037.919	477 751	(54)	49 237	(90)	(95)
Permanente	1.691.134	912.399	(46)	859.775	(6)	(49)
PASSIVO	3 761 071	1.521 364	(60)	1.386 859	(9)	(63)
Circulante	1 251 598	91.088	(93)	92.070	1	(93)
Exigível L. Prazo	1.133.602	653.819	(42)	608 101	(-7)	(46)
Res. Exerc.	2	-	(100)	0	0	(100)
Futuros						
Patrimônio Líquido	1 375.868	776.458	(44)	686.688	(12)	(50)

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.
 - Cálculos: 3ª Inspetoria de Controle Externo
 - *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Conforme o demonstrativo consolidado acima, houve um decréscimo, em relação a 1997, em todos os grupos, decorrente das saídas da Companhia Energética do Ceará – COELCE (Privatizada) e do Banco do Estado do Ceará – BEC (federalizado) que tinham grande participação percentual no grupo empresarial do Estado. Em relação a 1998, houve uma queda no patrimônio total da ordem de 9%.

A capacidade de pagamento de curto prazo do grupo teve uma melhora substancial: 5,19 em 1999 contra 1,44 em 1998 e 0,82 em 1997. Já a liquidez geral (capacidade de pagamento de dívidas de longo prazo) continua abaixo de 1,00 significando que, no geral, as empresas não têm condições de realizar os pagamentos de longo prazo.

Quanto à proporção do ativo total financiada pelos recursos provenientes de terceiros (análise feita pelo índice de endividamento), o grupo apresenta situação razoável, tendo em vista que os índices verificados foram de 0,63 em 1997, 0,49 em 1998 e de 0,50 em 1999. Ressaltando-se que quanto menor o índice melhor a situação da empresa.

2.4 - ANÁLISE INDIVIDUALIZADA

Para o aprofundamento e um melhor entendimento do significado e da formação dos valores consolidados, faremos uma análise individualizada, através

da participação percentual de cada uma das empresas que compõem o grupo de empresas governamentais, conforme segue:

ATIVO TOTAL – EXERCÍCIO DE 1999

CODECE	METROFOR	COGERH	CAGECE	COHAB	DEMAIS EMPRESAS	TOTAL
3%	5%	3%	60%	32%	2%	100%

Nesta análise, decompos o Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Oportunamente faremos comentários sobre os índices econômico-financeiros das referidas empresas, dos quais indicam-se a seguir conceitos, fórmulas e legendas utilizadas:

AC - Ativo Circulante	PC - Passivo Circulante
RLP - Realizável a Longo Prazo	ELP - Exigível a Longo Prazo
AP - Ativo Permanente	PL - Patrimônio Líquido

LIQUIDEZ CORRENTE - Capacidade que tem a empresa em liquidar os compromissos a curto prazo [**AC/PC**];

LIQUIDEZ GERAL - Capacidade da empresa em liquidar o total dos compromissos assumidos com terceiros a curto e longo prazo [**(AC + RLP) / (PC + ELP)**];

PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS - Grau de capital de terceiros injetados na empresa em relação ao total dos recursos em circulação na atividade econômica $[(PC + ELP) / (PC + ELP + PL)]$;

GRAU DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Volume de recursos próprios imobilizados para atender às necessidades da empresa na aquisição de móveis, instalações, veículos, imóveis e investimentos permanentes $[AP/PL]$.

2.4.1 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO CEARÁ - CODECE

BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1997/1999

					(R\$ 1.000,00)	
CODECE	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ATIVO	35.843	43.814	22	38.720	(12)	8
Circulante	28.857	37.307	29	34.291	(8)	19
Realizável L. Prazo	460	444	(3)	287	(35)	(38)
Permanente	6.527	6.064	(7)	4.142	(32)	(37)
PASSIVO	35.843	43.814	22	38.720	(12)	8
Circulante	18.752	9.322	(50)	7.098	(24)	(62)
Exigível L. Prazo	4.367	21.422	391	17.750	(17)	306
Patrimônio Líquido	12.724	13.069	3	13.872	6	9

- Fonte: Balanços Gerais do Estado
- Cálculos: 3ª Inspeção de Controle Externo do TCC
- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

De acordo com o quadro supra, a maior parte dos recursos existentes está aplicado no Ativo Circulante.

A variação mais significativa em relação ao ano de 1997 ocorreu no grupo do Exigível a Longo Prazo, aumentando em 306%.

A participação de capitais de terceiros no patrimônio da CODECE teve em 1999 um pequeno decréscimo passando de 0,70 em 1998 para 0,64 em 1999.

A companhia manteve um bom Índice de Liquidez Corrente em 1999 que foi de 4,83. Em 1998 este índice era de 4,00 e em 1997 de apenas 1,53.

O Índice de Liquidez Corrente mostra que para cada unidade de real que a companhia deve a curto prazo dispõe de R\$ 4,83 para pagar.

Analisando as dívidas globais da companhia, numa visão a longo prazo, verifica-se que a capacidade de pagamento teve um pequeno acréscimo subindo de 1,22, em 1998, para 1,39, em 1999.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 1999 a CODECE implementou diversas ações, de forma articulada com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico-SDE, no sentido de promover o desenvolvimento econômico do Estado.

Nesse sentido, contribuiu para:

- o fortalecimento do processo de atração de 60 novos empreendimentos industriais;

- a consolidação de Pólos Industriais no interior do estado, voltados para o setor têxtil, mineração, componentes e de calçados e embalagens, confecções e alimentício;

- a implantação de mini-distritos industriais;

- a capacitação de recursos humanos para o setor industrial, buscando, nesse âmbito, desenvolver habilidades específicas, através de treinamentos operacionais, bem como habilidades de gestão, envolvendo informações sobre cooperativismo e formação de líderes e, outros, sobre relações interpessoais.

A Companhia deu continuidade às atividades de apoio à criação de Cooperativas de Trabalho, bem como assistência àquelas unidades já implantadas, beneficiando os setores calçadista e de confecções.

No intuito de consolidar a indústria de base, foram concluídos Estudos Geofísicos da área onde será implantada a Refinaria, bem assim, os estudos Técnicos do Projeto da Companhia Siderúrgica, para a qual foram concluídos serviços de terraplanagem.

Outras atividades desenvolvidas pela Companhia, durante 1999, no âmbito do setor mineral, dizem respeito a Estudos das condições Geotécnicas e Geomorfológicas de terrenos objetivando identificar áreas com condições favoráveis à implantação de Mini-Distritos industriais em diversos municípios do

interior do estado; estudos geológicos visando o mapeamento e identificação do sistema de fraturas e mapeamento de frentes de lavra e a elaboração de Planos de Aproveitamento Econômico (PAE).

A CODECE desenvolveu, também, ações inerentes ao setor agroindustrial envolvendo a introdução de clones de videira para a produção de vinhos no Ceará e a introdução e adaptação de materiais genéticos de uva na Chapada do Apodi.

A exemplo dos anos anteriores, a Companhia apoiou a implantação de unidades produtivas de materiais de construção no interior do estado, além da elaboração de projetos produtivos comunitários ligados aos setores agroindustrial, de mineração, confeccionista, alimentício, madeireiro e de serviços.

2.4.2 – COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS- COGERH

A companhia tem como objetivo gerenciar os recursos hídricos constantes nos corpos d'água superficiais, subterrâneos, de domínio do Estado do Ceará, visando equacionar as questões referentes ao seu aproveitamento e controle.

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA

PERÍODO DE 1997/1999

CÓDIGO	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ATIVO	33.825	50.600	50	46.856	(7)	39
Circulante	6.677	8.565	28	3.660	(57)	(45)
Realizável L. Prazo	-	-	-	-	-	-
Permanente	27.148	42.035	55	43.196	3	59
PASSIVO	33.825	50.600	50	46.856	(7)	39
Circulante	22	181	725	255	41	1.061
Exigível L. Prazo	30.023	2.978	(90)	440	(85)	(99)
Patrimônio Líquido	3.780	47.441	1.155	46.161	(3)	1.121

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.
- Cálculos: 3ª Inspeção de Controle Externo.
- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Procedendo-se a análise do demonstrativo acima, observa-se o seguinte

♦ Com relação a 1997, as variações mais significativas ocorreram nas dívidas de curto prazo (passivo circulante) e nos recursos Próprios (patrimônio líquido);

♦ A capacidade financeira da empresa para pagar as dívidas de curto prazo - Índice de Liquidez Corrente - vem reduzindo de 302,42 em 1997 para 47,28 em 1998, e 14,35 em 1999. Quanto à Liquidez Geral, houve um acréscimo razoável, passando de 2,72 em 1998 para 5,27 em 1999.

♦ Em 1999, a COGERH reduziu, bastante o percentual do ativo financiado por capital de terceiros caindo de 0,88 em 1997, para 0,06 em 1998 e 0,014 em 1999, o que revela o baixo endividamento da empresa.

♦ O grupo no ativo que tem maior participação percentual é o Permanente com 80% em 1997, 83% em 1998 e 92% em 1999, este fato decorre da COGERH ter sido criada recentemente (Lei nº 12.217 de 18.11.93).

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Criada em 1993, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, como uma agência executiva e operacional, está subordinada à Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, que através de sua Diretoria de Gestão dos Recursos Hídricos – DGH, desempenha as funções de coordenação, regulação e controle do gerenciamento das águas no estado do Ceará.

A COGERH, desde novembro de 1996, vem cobrando pela utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado. Na primeira etapa de implementação da cobrança, foram fixadas tarifas apenas para os usuários industriais e para as concessionárias de serviços de água potável. A cobrança de tarifa para irrigação vem sendo discutida nas comissões de usuários e comitês de bacias.

O processo de apoio à organização dos usuários é desenvolvido levando em consideração três níveis de atuação:

- **Açude:** núcleo básico de organização dos usuários;
- **Vale Perenizado:** envolve um ou mais açudes e trechos de rios perenizados;
- **Bacia Hidrográfica:** deve ser entendida como uma unidade de planejamento e gestão, onde a partir da consolidação do processo de organização dos Açudes e dos Vales Perenizados serão constituídos os Comitês de Bacia visando a concretização do processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

A COGERH/SRH vem desenvolvendo um trabalho de conscientização e educação para a gestão das águas dos açudes estratégicos dos municípios, dos vales perenizados e das bacias hidrográficas.

A companhia já elaborou o Plano de Gerenciamento da Bacia do Curu, o Diagnóstico e projeto de Recuperação da Infra-Estrutura Hídrica de Água Bruta do sistema de abastecimento D'água da Região Metropolitana de Fortaleza e estão em desenvolvimento, no âmbito do PROURB, com financiamento do BIRD, os Planos das Bacias Metropolitanas e da Bacia do Rio Jaguaribe, o Estudo de Avaliação do Potencial de Águas Subterrâneas e de Lagoas das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza.

Para o desenvolvimento do monitoramento dos recursos hídricos, a COGERH recuperou e ampliou a rede de estações limnimétricas dos 100 maiores açudes do Estado e instalou, em convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia, um conjunto de sete plataformas de coleta de dados em tempo real

(PCD) nos sistemas de Jaguaribe e Metropolitano, realizando a comunicação de dados via satélite SCD-1 e SCD -2.

2.4.3 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ - COHAB

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA

PERÍODO 1997/1999

COHAB	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	(R\$ 1.000,00)	
					Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ATIVO	465.282	493.438	6	412.724	(16)	(11)
Circulante	22.727	31.783	40	375.545	1.082	1.552
Realiz. L. Prazo	438.470	460.873	5	36.625	(92)	(92)
Permanente	4.084	782	(81)	554	(29)	(86)
PASSIVO	465.282	493.438	6	412.724	(16)	(11)
Circulante	12.348	19.402	57	18.278	(6)	48
Exigível L. Prazo	450.991	477.528	6	423.739	(11)	(6)
Patrimônio Líquido	1.943	(3.491)	(280)	(29.293)	739	(1.608)

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.
- Cálculos: 3ª Inspetoria de Controle Externo
- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Analisando-se o quadro supra, verifica-se que tanto em relação a 1997 como em 1998 as variações mais significativas ocorreram nos grupos do Ativo Circulante e Patrimônio Líquido. Observou-se que em 1999 a COHAB continuou apresentando Patrimônio Líquido negativo, situação da qual havia saído em 1997.

A capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo dessa empresa, refletida pelo Índice Liquidez Corrente, cresceu bastante em 1999, de 1,84 em 1997 e 1,63 em 1998, para 20,55 em 1999, encontrando-se numa situação

financeira bem confortável, já que para cada real (R\$) de dívidas de curto prazo dispõe de R\$ 20,55 de bens e direitos para pagar, ou seja, sobra R\$ 19,55.

Em termos de longo prazo, os Índices de Liquidez Geral observados mantiveram-se constantes em 1997, 1998 e 1999 (0,99), o que indica que a empresa dispõe, para cada real de dívidas totais com terceiros, apenas de R\$ 0,99, ou seja, não é capaz de cumprir com suas obrigações de longo prazo.

Relativamente ao endividamento, a COHAB demonstrou uma total dependência dos capitais alheios, tendo em vista seu Patrimônio Líquido apresentar-se novamente negativo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ – COHAB – CEARÁ, foi criada pela Lei Estadual n.º 9.557, de 14 de dezembro de 1971, tendo sido constituída sob forma de Sociedade de Economia Mista, sendo regida pela Lei n.º 6.404/76, tendo como finalidade a execução da Política Habitacional do Governo do Estado do Ceará, obedecendo duas linhas básicas: Construção de Moradias em Regime de Mutirão e Urbanização de Favelas, complementadas pela administração de Créditos Imobiliários, remanescente do extinto BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO.

A Política Habitacional levada a efeito pela Companhia de Habitação do Ceará – COHAB – tem se concentrado, no decorrer da última década, na construção de casas em regime de mutirão e na urbanização de áreas degradadas,

com o objetivo de proporcionar melhoria da qualidade de vida da camada populacional menos favorecida.

Cabe salientar que o Governo do Estado do Ceará através da Lei Estadual nº 12.961 de 13/11/1999, autorizou a extinção da Companhia.

2.4.4 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA

PERÍODO 1997/1999

					(R\$ 1.000,00)	
CAGECE	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ATIVO	873 284	902.536	3	807 557	(11)	(8)
Circulante	41 694	41.991	1	54.347	29	30
Realizável L. Prazo	15 311	14 960	(2)	11.000	(26)	(28)
Permanente	816 278	845 585	4	742 210	(12)	(9)
PASSIVO	873 284	902 536	3	807 557	(11)	(8)
Circulante	37 314	38 311	3	35.806	(7)	(4)
Exigível L. Prazo	98 523	142 005	44	157.282	11	60
Patrimônio Líquido	737.447	722.221	(2)	614.469	(15)	(17)

- Fonte. Balanços Gerais do Estado.

- Cálculos 3ª Inspeção de Controle Externo.

- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Da análise do demonstrativo acima, verifica-se o seguinte:

♦ Em relação a 1998 o patrimônio total sofreu uma redução de 11%. O subgrupo que teve o maior crescimento foi o Ativo Circulante, o que contribuiu para melhorar o seu índice de liquidez corrente;

♦ A empresa continua apresentando uma pequena dependência dos capitais alheios, com um percentual de 16% em 1997, 20% em 1998 e 0,24 em 1999.

♦ Quanto à Liquidez, a CAGECE a curto prazo não tem problemas para saldar suas obrigações, tendo em vista que o índice de liquidez corrente variou de 1,12 em 1997 para 1,10 em 1998 e 1,52 em 1999, significando que se a empresa negociar todo o seu Ativo Circulante, para cada R\$ 1,52 que receber, paga R\$ 1,00 e sobram R\$ 0,52. Já o Índice de Liquidez Geral (0,42 em 1997, 0,32 em 1998 e 0,34 em 1999) mostra que a empresa terá dificuldades em saldar suas dívidas de longo prazo.

♦ O Índice de Imobilização do Capital Próprio que tinha variado de 1,11 em 1997 para 1,18 em 1998 e 1,21 em 1999, mostra que permanece uma grande concentração de capitais no Ativo Permanente, já que além do total do Patrimônio Líquido, mais 21% dos recursos de terceiros são aplicados neste subgrupo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CAGECE é constituída sob a forma de Sociedade de Economia Mista e tem por objetivo social a distribuição de água tratada e esgotamento sanitário no Estado do Ceará. O seu foco de atuação é o atendimento ao mercado e às ações de desenvolvimento do Estado com equilíbrio econômico-financeiro.

As principais realizações ocorridas no ano de 1999 são a seguir expostas.

- O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Infra-Estrutura, e com a participação da CAGECE, elaborou o Plano de Metas para o setor saneamento básico, relativos ao período 2000 a 2003. A partir do estudo, foram delineadas metas governamentais para o abastecimento de água e esgotamento sanitário da população residente nas sedes municipais, incluindo Fortaleza e sua região metropolitana, bem como as cidades de interesse turístico. A partir da definição dessas metas, equacionou-se recursos necessários através de programas de financiamento, como o Prosaneamento e o Prodetur, além de recursos próprios da CAGECE.

O PROSANEAMENTO é um programa instituído pela C.E.F. para infra-estrutura de sistemas de água, esgoto e desenvolvimento institucional, com contrapartida da CAGECE de 10%, atendendo a 62 localidades.

O PRODETUR é um programa para desenvolvimento do turismo, sendo o saneamento um suporte para essa infra-estrutura básica que visa beneficiar áreas de localidades litorâneas com vocação ao turismo. O financiamento com recursos do BID atende a 16 localidades.

- Foi preparado o processo de licitação para a elaboração do Plano Diretor de esgotamento Sanitário de Fortaleza, com o objetivo de traçar metas de atendimento à população, buscando soluções que apresentem otimização financeira, viabilidade econômica e equilíbrio entre investimentos e receitas.

- Foram desenvolvidos os projetos para duas intervenções na Estação de tratamento de água do Gavião, cuja implementação está programada para o ano de 2000

- Iniciaram-se os projetos de infra-estrutura de água e esgotamento sanitário do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, através da elaboração do Relatório Técnico Preliminar, que definiu as linhas gerais da infra-estrutura necessária, os estudos batimétricos e as campanhas oceanográficas, para fins de definição do destino final do esgotamento sanitário, previsto para ser feito através de emissário submarino, a ser lançado paralelo ao "molhe" do Porto do Pecém.

- O Governo do estado e a CAGECE implementaram, no início de 1999, uma ampla campanha educativa para promover o uso racional da água e evitar o desperdício. A campanha lançou os personagens "Pingo e Gota d'Água", utilizando mídias de rádio, televisão e distribuição de panfletos. Além disso, foram visitadas 512 escolas, contemplando um público de mais de 95 mil alunos, promovendo a divulgação da campanha e a educação sanitária

2.4.5. - COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA

PERÍODO 1997/1999

METROFOR	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
	(R\$ 1.000,00)					
ATIVO	126	11 972	9.425	63.920	434	50.759
Circulante	109	461	324	500	9	360
Realizável L Prazo	-	-	-	-	-	-
Permanente	17	11 511	67 283	63.420	451	371.151
PASSIVO	126	11 972	9.425	63 920	434	50 759
Circulante	99	6.550	6 527	15.346	134	15 427
Exigível L Prazo	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	27	5.422	20 097	48 574	796	180 846

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.

- Cálculos 3ª Inspeção de Controle Externo

- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Procedendo-se a análise do demonstrativo acima, observa-se o seguinte.

- ♦ A capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo – Índice de Liquidez Corrente, nunca foi satisfatória, de 0,99 em 1997, para 0,07 em 1998 e 0,03 em 1999, o que indica que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida, a empresa dispõe de apenas R\$ 0,03 (três centavos), para pagar, ou seja, não é capaz de cumprir com suas obrigações

- ♦ Em 1999, o METROFOR reduziu o percentual do ativo financiado por capital de terceiros, de 0,55 em 1998 para 0,24 em 1999.

- ♦ o grupo no ativo que tem maior participação percentual é o Permanente com 82% em 1997, 96% em 1998 e 99% em 1999, fato decorrente do METROFOR ter sido criado recentemente (Lei Estadual n.º 12.682, de 02.05.97).

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Companhia Cearense de Trens Metropolitanos – METROFOR, foi criada através da Lei Estadual nº 12.682, de 02.05.97, sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, tendo por missão implantar e operacionalizar o projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza (PTMF)

Para tanto, estão assegurados recursos da ordem de US\$ 326 milhões de dólares, referentes ao primeiro estágio do PTMF, sendo US\$ 268 milhões de dólares obtidos através de financiamento contraído pela União junto ao JBIC e US\$ 58 milhões de dólares do Governo do Estado do Ceará.

Para o segundo estágio a União compromete-se a apoiar financeiramente o Projeto METROFOR e vem pleiteando, junto ao Banco Mundial, um empréstimo no valor de US\$ 84,7 milhões de dólares, a serem aplicados no trecho denominado linha oeste, ligando Fortaleza a Caucaia

Em 1999, a Companhia executou, prioritariamente, atividades pré-operacionais. Além do dispêndio com Obras Civis, Gerenciamento e Supervisão do Projeto, a Companhia efetivou o pagamento inicial, com a realização do primeiro evento, referente ao projeto e fabricação do material rodante, composto por 10(dez) trens unidades elétricos.

Para atender as exigências dos técnicos do BIRD, visando a aprovação do empréstimo, a Companhia contratou diversas consultorias, tais como:

- Consultoria referente ao projeto básico da linha oeste.
- Consultoria para elaboração de projeto básico de obras de construção da oficina de manutenção e reparação de locomotivas e vagões.
- Consultoria técnica para realizar pesquisa "Willingness To Pay" – avaliar a disposição dos usuários de transporte coletivo (ônibus, trem e lotação), da região Metropolitana de Fortaleza em pagar uma tarifa maior em troca de um serviço de melhor qualidade, entre outras.

2.4.6 – DEMAIS EMPRESAS

Neste tópico serão apresentadas apenas as principais atividades desempenhadas por algumas das empresas que não tiveram seus índices analisados individualmente pela pouca representatividade de seus patrimônios e consequentemente de seus indicadores econômicos e financeiros no patrimônio total do grupo empresarial do Estado

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.4.6.1 - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, autorizada a funcionar pela Lei Estadual n.º 12.010, de 05.10.92, pessoa jurídica de direito privado,

organizada sob a forma de sociedade anônima de economia mista, tem por finalidade a comercialização de gás natural canalizado.

A Companhia, no exercício de 1999, ampliou sua distribuição em 35,8%, agregando oito novos clientes e passando de 126.664 m³/dia para 172.070 m³/dia.

2.4.6.2 - COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ - CEARAPORTOS

A Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARAPORTOS, situada no Distrito do Pecém, município de São Gonçalo do Amarante, constitui-se numa pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, criada em 22 de janeiro de 1996, autorizada a funcionar pela Lei Estadual n.º 12.536, de 22 de dezembro de 1995, com o objetivo de promover a construção, reforma, ampliação, melhoria, arrendamento e exploração de instalações portuárias, bem como daquelas destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, localizadas no Estado do Ceará

Não obstante o Complexo Portuário do Pecém se encontrar em fase de construção de sua Infra-Estrutura, a CEARAPORTOS vem realizando diversas ações na sua área Patrimonial, Administrativa, Financeira, Comercial e Operacional, no intuito de estruturar e dotar a empresa de meios que permitam o fiel cumprimento de suas atribuições institucionais, quando do início das atividades do Porto do Pecém.

No ano de 1999, a CEARAPORTOS deu continuidade aos seus objetivos, como a construção das plataformas, as instalações administrativas e portuárias, o apoio técnico à SETECO, apoio financeiro e administrativo ao grupo participativo e presente nas negociações no processo de desapropriação do complexo do Pecém.

2.5 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As entidades que compõem o grupo empresarial do Governo do Estado, obtiveram em 1999 uma receita operacional líquida de R\$ 147.052 mil, e custos e despesas operacionais que somaram R\$ 178.526 mil, resultando num prejuízo operacional de R\$ 31.474 mil, conforme quadro, do item a seguir:

2.5.1 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO 1997/1999

GRUPOS	(R\$ 1.000,00)					
	1997*	1998*	Variação	1999	Variação	Variação
			98/97 (%)		99/98 (%)	99/97 (%)
Receita Operacional Líquida	948.271	313.545	(67)	147.052	(53)	(84)
Custo Operacional	14.392	8.433	(41)	9.428	12	(34)
Despesa Operacional	963.600	325.518	(66)	169.098	(48)	(82)
Resultado Operacional Líquido	(29.722)	(20.406)	(31)	31.474	54	6
Resultado Não Operacional	(9.442)	1.497	(116)	1.040	(31)	(111)
Outros	59.065	(4.884)	(108)	(3.726)	(24)	(106)
Resultado Líquido Do Exercício	19.901	(23.793)	(220)	(34.160)	44	(272)

- Fonte: Balanços Gerais do Estado.

- Cálculos: 3ª Inspeção de Controle Externo

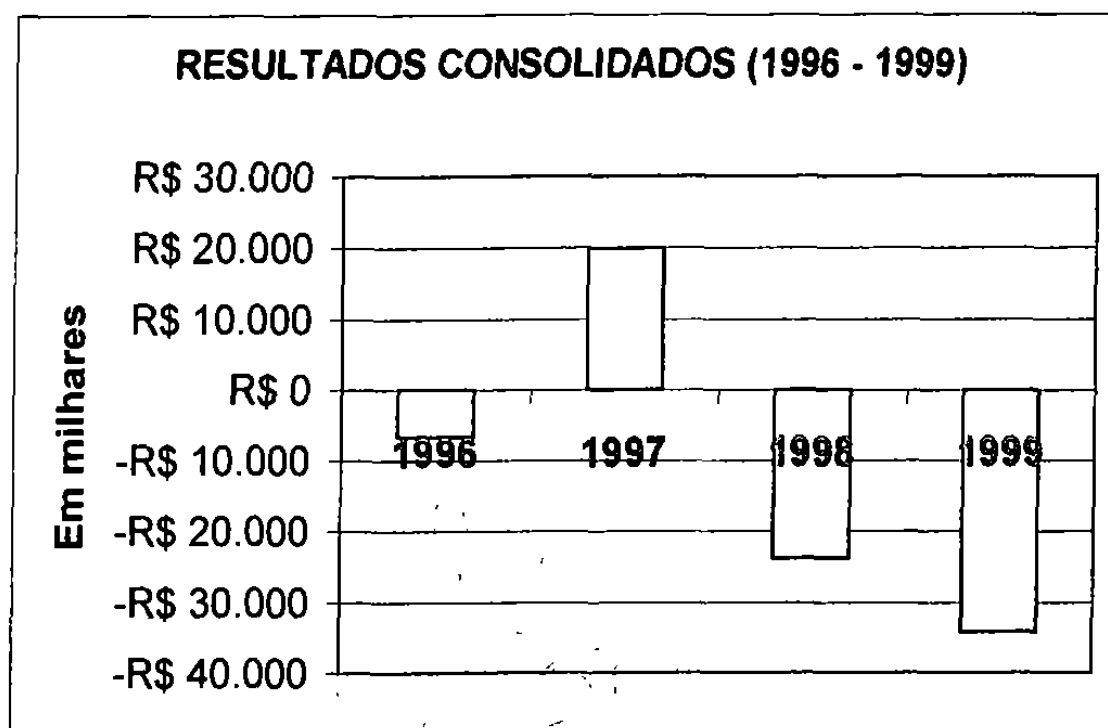
- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Em 1999, confirmou-se a tendência de queda nos números da Demonstração de Resultado do grupo empresarial do Estado. A receita operacional caiu 53% em relação a 1998 e 84% em comparação a 1997. Os custos e as despesas, se somados, reduziram-se também em cerca de 46% em relação a 1998.

O resultado operacional líquido, que foi negativo, sofreu um aumento de 54% em relação a 1998, passando de um prejuízo de R\$ 20.406 mil, em 1998, para R\$ 31.474 mil, em 1999.

O resultado líquido do exercício foi o pior dos exercícios usados na comparação. Em 1999 houve um aumento de 44% em relação ao prejuízo de 1998 e uma queda na ordem de 272% em relação a 1997.

O gráfico a seguir oferece uma melhor visualização do comportamento e suaviza a evidenciação do que foi dito.



2.5.2- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO POR EMPRESA

ENTIDADE	RECEITA OPERAC LÍQUIDA	CUSTO OPERAC.	DESPESA OPERAC	RESULT. OPERAC. LÍQUIDO	RESULT. NÃO OPERAC.	OUTROS	(R\$ 1.000,00) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
EMATERCE	24 574	-	25 749	-1 175	-	-	-1.175
CEASA	2 368	-	2 277	91	-	-	91
CEGAS	11 025	8.961	-	2 064	-	-719	1.345
CEARAPORTOS	-	-	-	-	-	-	-
METROFOR	-	-	-	-	-	-	-
CODECE	356	467	4 305	-4 416	-	2.735	-1 681
SEPROCE	16 859	-	18.037	-1 178	430	-	-748
COGERH	4 528	-	10.046	-5 518	1.134	-	-4 384
COHAB	15.348	-	47.527	-32 179	57	-	-32 122
CAGECE	71 994	-	61.157	10 837	-581	-5742	4 514
TOTAL	147.052	9.428	169.098	-31.474	1.040	-3726	-34.160

Fonte: Balanço Geral do Estado

(*) A CEARAPORTOS e a METROFOR encontram-se em fase de implantação, não apresentando, portanto, resultado no período.

Analisando o quadro retro, pode-se observar que a CAGECE, a CEGÁS e a CEASA foram as entidades que obtiveram resultado positivo no ano de 1999, sendo o da CAGECE de R\$ 4.514 mil, da CEGÁS R\$ 1.345 mil e o da CEASA de R\$ 91 mil. As demais empresas tiveram prejuízo, sendo os mais expressivos os da COHAB de R\$ 32.122 mil e da COGERH de R\$ 4.384 mil.

A CAGECE foi a entidade que obteve maior lucro no período, tendo melhorado o seu resultado em 167%, em relação ao ano anterior em que tinha sofrido um prejuízo de R\$ 6 764 mil. A COHAB teve o maior prejuízo do exercício, aumentando o resultado negativo em 950% em relação ao prejuízo sofrido em 1998.

A EMATERCE, a CODECE, a COGERH e a COHAB sofreram prejuízo ao longo dos três últimos anos utilizados na análise, 1996, 1997 e 1998.

A seguir é mostrado um gráfico que permite a visualização das *Taxas de Retorno sobre o Investimento Total* (Lucro Líquido do Exercício/Ativo Total Médio - ATM*) obtidas pelas empresas no exercício de 1999.

$$* \text{ATM} = \frac{\text{ativo inicial} + \text{ativo final}}{2}$$

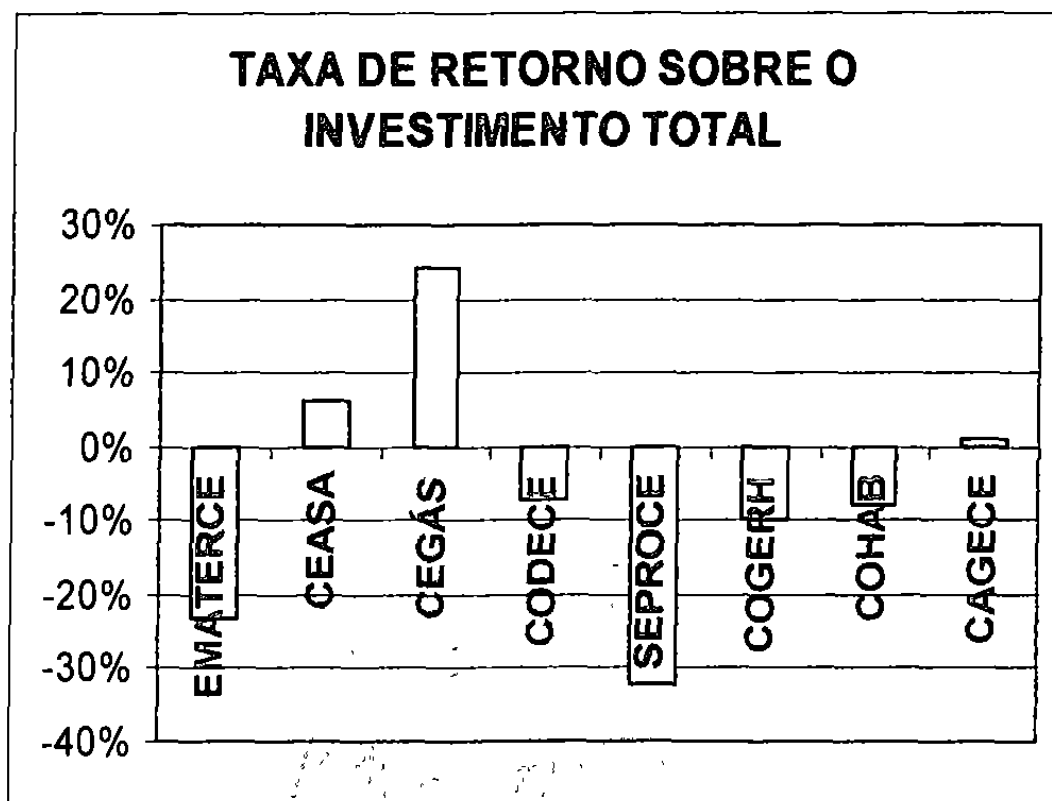


ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA EM 1999

CREDOR	DÍVIDA INTERNA					
	SALDO ANTERIOR	LIBERADO	REAJUSTE	ENC. DÉBITOS AMORTIZAÇÃO	ENC. CRÉDITOS	SALDO P/ 2000
BB	651.277.284,95		142.075.502,98	68.529.810,86	73.700.040,10	73.366.392,97
CEF	81.604.131,21	8.527.100,43	7.373.929,53	5.744.054,76	4.951.884,96	5.806.004,85
BNB	72.683.472,68	7.700.983,92	35.888.963,85	7.748.132,19	4.981.023,36	8.794.373,43
EIT/BNB	41.312.396,32		2.161.023,48	3.260.922,30	5.806.004,80	3.260.954,61
FINANC DE EST	9.589.237,97		504.582,93	1.069.208,05	2.221.311,29	992.254,72
QUEIROZ GALVÃO	25.431.351,94		1.341.317,39	2.007.379,61	3.574.099,99	2.018.418,06
TES NACIONAL	565.539.047,05	1.064.950.600,25	185.340.669,26	64.975.940,07	484.563.947,20	47.546.713,53
BNDES	120.696.367,43	16.469.794,88	10.252.621,99	15.348.551,44	5.394.655,18	15.420.564,78
TOTAL	1.568.133.289,55	1.097.648.479,48	384.938.611,41	168.684.000,28	585.192.966,88	157.205.676,95
						2.477.005.736,99

CREDOR	DÍVIDA EXTERNA					
	SALDO ANTERIOR	LIBERADO	REAJUSTE	ENC. DÉBITOS AMORTIZAÇÃO	ENC. CRÉDITOS	SALDO P/ 2000
BIRD	126.998.020,25	71.593.623,19	59.118.129,59	16.628.238,36	14.169.291,48	260.168.719,91
MLW	6.101.326,69	6.185.561,11	3.273.137,25	920.078,77	2.240.950,10	1.052.414,69
BID	370.107.626,75	30.481.035,39	178.666.262,19	34.685.828,36	26.567.931,23	33.079.142,97
KFW	7.854.169,06		2.358.675,79	451.216,25	924.778,80	472.513,06
THE		608.624,91	4.770,83			
TOTAL	511.061.142,75	108.868.844,60	243.420.975,65	52.685.361,74	29.733.660,13	48.773.362,20
						837.529.302,41

Essa taxa de retorno mede o poder de ganho da empresa, ou seja, indica o quanto a empresa obteve de rendimento para cada R\$ 100,00 investidos, (R\$ 100,00 x Y%).



2.6 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

2.6.1 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO DE 1997/1999

PERÍODO DE 1997/1999

Grupos	(R\$ 1.000,00)					
	*1997	*1998	Variação 98/97 (%)	1999	Variação 99/98 (%)	Variação 99/97 (%)
ORIGENS	617.190	265.111	(57)	569.680	115	-8
Lucro Líquido do Exercício	30.707	1.208	(96)	5.950	392	-81
Depreciação e Amortização	61.149	26.896	(56)	20.263	-25	-67
Aumento de Capital	53.748	8.211	(85)	2.504	-70	-95
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	106.869	28.856	(73)	350.238	1114	228
Redução do Ativo Permanente	22.408	5.356	(76)	5.830	9	-74
Acréscimo do Passivo Exigível a Longo Prazo	302.414	116.657	(61)	105.957	-9	-65
Outros	39.895	77.927	95	78.938	1	98
APLICAÇÕES	626.936	263.175	(58)	220.083	-16	-65
Prejuízo Líquido do Exercício	14.398	25.003	74	40.109	60	179
Dividendos	10.375	223	(98)	319	43	-97
Acréscimo no Ativo Permanente	152.553	98.559	(35)	125.085	27	-18
Acréscimo no Ativo Realizável a Longo Prazo	344.808	58.502	(83)	1.326	-98	-100
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	102.541	76.257	(26)	53.180	-30	-48
Outros	2.261	4.631	105	64	-99	-97
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(9.746)	1.936	120	349.597	17953	3687

- Fonte: Balanços Gerais do Estado
- Cálculos: 3ª Inspeção de Controle Externo
- *Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV

Conforme se depreende do quadro supra, em 1999 houve um acréscimo do capital circulante líquido da ordem de R\$ 349.597 mil, este acréscimo foi um resultado bem melhor, do ponto de vista da capitalização e disponibilidades das entidades, do que os obtidos nos exercícios de 1998 e 1997, que foi um aumento de R\$ 1.936 mil e uma redução de R\$ 9.746 mil respectivamente.

2.6.2 - DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS POR EMPRESA

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DE RECURSOS

O R I G E N S D E R E C U R S O S (R\$ 1.000,00)								
ENTIDADE	LUCRO LÍQUIDO DO EXERC.	DEPRECI- ÇÃO E AMORTI- ZAÇÃO	AUMENTO DE CAPITAL	REDUÇÃO DO ATIVO REAL A LONGO PRAZO	REDUÇÃO DO ATIVO PERMA- NENTE.	ACRESCIMO DO PASS. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	OUTROS	TOTAL
EMATERCE	-	93	-	-	-	445	-	538
CEASA	91	104	-	-	-	237	-	432
CEGAS	1 345	259	-	-	-	-	-	1 604
CEARAPORTOS	-	549	-	-	1	-	-	550
METROFOR	-	-	-	-	-	-	44.055	44.055
CODECE	-	375	22	167	-	-	5.430	5.994
SEPROCE	-	391	-	-	-	-31	-	360
COGERH	-	590	2 482	-	2 328	-	8.522	13 922
COHAB	-	103	-	348.602	-	70.612	-	419 317
CAGECE	4 514	17 799	-	1.469	3.501	34.694	20 931	82 908
TOTAL	5.950	20.263	2.504	350.238	5.830	105.957	78.938	569.680

Fonte: Balanço Geral do Estado

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS

A P L I C A Ç Õ E S D E R E C U R S O S								(R\$ 1.000,00)
ENTIDADE	PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXEC.	DI- MENDOS	ACRÉSC. NO ATIVO PERMA- NENTE	ACRESC. NO ATIVO REAL A LONGO PRAZO	REDUÇÃO DO PASS. EXIG. A LONGO PRAZO	OUTROS	VAR. DO CAPITAL CIRCULANT E LÍQUIDO	TOTAL
EMATERCE	1 174	-	45	33	-	64	-778	538
CEASA	-	-	459	-	-	-	-27	432
CEGAS	-	319	200	-	-	-	1.085	1 604
CEARAPORTOS	-	-	686	-	-	-	-136	550
METROFOR	-	-	53.826	-	-	-	-9 771	44.055
CODECE	1.681	-	-	191	253	-	3.869	5.994
SEPROCE	748	-	49	-	-	-	-437	360
COGERH	4 384	-	11 078	-	2.042	-	-3 582	13.922
COHAB	32 122	-	4	1 102	39 153	-	346 936	419 317
CAGECE	-	-	58 738	-	11 732	-	12 438	82 908
TOTAL	40 109	319	82 146	1 326	53.180	64	349 597	569 680

Fonte: Balanço Geral do Estado

Examinando os quadros anteriores, observa-se que do total das origens de recursos, no valor de R\$ 569.680 mil, a COHAB seguida da CAGECE e da METROFOR foram as empresas que obtiveram maior volume de recursos, sendo que a COHAB que tem a maior participação obteve R\$ 419.317 mil, representando 74% do total

Vê-se, ainda, que no item em que houve a maior obtenção destes recursos que foi a Redução de Realizável a Longo Prazo, com o valor de R\$ 350.238 mil, a COHAB participa com R\$ 348.602 mil, representando 99% deste.

No campo das aplicações pode-se perceber as variações do capital circulante líquido de cada empresa e onde estas concentraram os seus recursos.

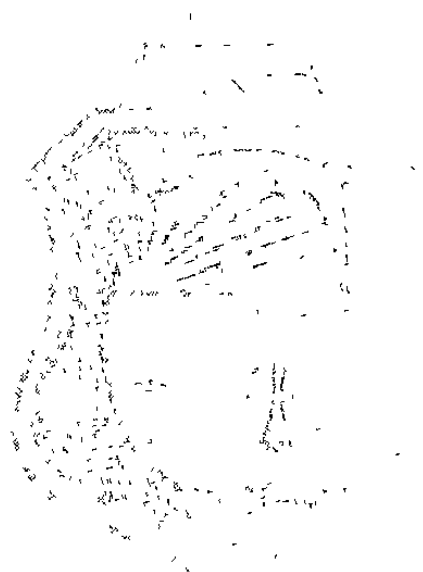
Do total dos recursos aplicados pela COHAB (R\$ 72.381 mil), 54%, destes (R\$ 39.153 mil), estão representados pela Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo e 44% (R\$ 32.122 mil) pelo prejuízo sofrido no exercício.

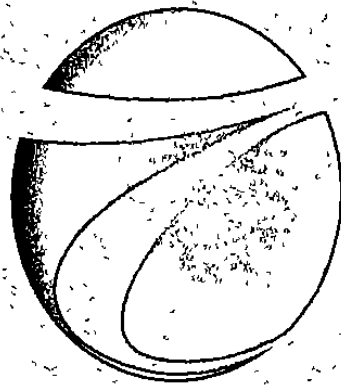
A CAGECE aplicou grande parte de seus recursos no acréscimo do Ativo Permanente, aplicando em aquisições deste grupo o valor de R\$ 58.738 mil (83% de suas aplicações). Tal situação reflete a aplicação dos recursos em meios (bens) necessários à manutenção das atividades e realização dos objetivos inerentes à área em que esta empresa atua.

A METROFOR, que está em fase de implantação, concentrou os seus recursos exclusivamente no acréscimo do Ativo Permanente.

A COHAB foi a empresa que obteve a melhor variação positiva no Capital Circulante Líquido com um aumento de R\$ 346.936 mil. e a METROFOR foi a empresa que teve a maior variação negativa com uma redução de R\$ 9.771 mil

Esta variação negativa indica que a entidade aplicou nos bens necessários às atividades da empresa mais recursos do que os que ela conseguiu levantar no exercício de 1999.





**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

Conclusão

V - CONCLUSÃO

Do exame levado a efeito nas peças contábeis do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício financeiro de 1999, conclui-se o que se segue:

1 - DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- a) O Balanço Orçamentário apresentou um superávit de R\$ 134.721.606,41;
- b) O Balanço Financeiro demonstrou um superávit de R\$ 78.746.710,05;
- c) O Balanço Patrimonial espelhou um Passivo Real a Descoberto de R\$ 640.795.160,00.

Como se vê, o Balanço Geral do Estado apresentou um bom desempenho nos aspectos financeiro e orçamentário, fato que não ocorreu com relação a área patrimonial.

2 - DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.1 - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS

- a) O Balanço Orçamentário apresentou um superávit de R\$ 9.771.456,75;
- b) O Balanço Financeiro demonstrou uma situação favorável, ou seja, superávit de R\$ 19.766.989,87;
- c) O Balanço Patrimonial espelhou um Ativo Real Líquido da ordem de R\$ 456 260.911,75.

A Administração Indireta, no tocante às Autarquias, Fundações e Fundos, apresentou um desempenho favorável nos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.

2.2. - EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Inicialmente, informa-se que todos os valores referentes aos exercício anteriores a 1999 aqui utilizados para efeito de comparação foram atualizados monetariamente pelo IGP-DI da FGV.

O Orçamento Geral do Estado estimou para 1999 um investimento para suas estatais de R\$ 474.945.567,52. Este valor que vem reduzindo-se sucessivamente nos últimos anos, teve uma diminuição de 16% em relação ao ano anterior (1998), quando foi de R\$ 788.685.242,76. Se tomarmos como ano base o

ano de 1995, esta queda chega a cerca de 76%, naquele exercício o valor estimado dos investimentos foi de R\$ 1.968.369.459,34.

O resultado operacional do exercício foi um prejuízo de R\$ 31.474 mil. Este resultado foi ainda menos satisfatório do que os dos últimos dois anos, que também tinham sido de prejuízos, R\$ 20.406 mil, em 1998 e R\$ 29.722 mil, em 1997.

Em relação ao lucro líquido do exercício, o resultado também ficou abaixo do obtido nos últimos dois anos (1998 e 1997). Em 1999 as estatais tiveram um prejuízo líquido de R\$ 34.160 mil, o que representou um aumento de 44% em relação ao prejuízo de 1998 (R\$ 23.793 mil) e uma queda na ordem de 272% em relação ao resultado de 1997, quando tinha obtido um lucro de R\$ 19.901 mil.

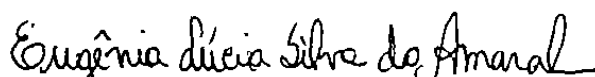
O grau de participação de capitais de terceiros em relação ao total de recursos em circulação na atividade econômica que foi de 63% no exercício de 1997, caiu para 49% em 1998 e em 1999 foi de 64%. Este indicador mostra um maior endividamento do grupo empresarial do Estado, especialmente em relação ao exercício de 1998..

Em 1999, o índice de retorno sobre o patrimônio líquido foi negativo de 246,25%. Este indicador reflete o mau resultado obtido em 1999. Nos dois últimos exercícios, 1998 e 1997, este índice também havia sido negativo de 182,05% e 156,40%.

Em âmbito geral, pode-se concluir que o grupo empresarial do Estado sofreu com a redução de suas entidades, tendo apresentado em 1999, um prejuízo financeiro superior ao sofrido nos últimos dois exercícios de 1998 e 1997.

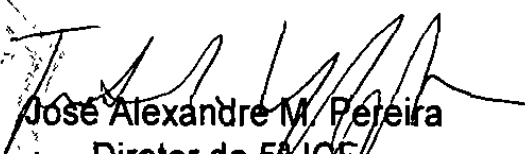
Isto posto, encaminhamos o presente Relatório ao respeitável Corpo Julgador desta Corte de Contas, para que sirva de subsídio à elaboração do parecer prévio na apreciação das Contas do Governador do Estado do Ceará, Exercício de 1999, nos termos do item 1, do art. 76 da Constituição Estadual.

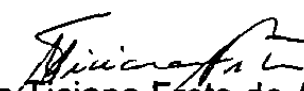
Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Ceará, Fortaleza, 16 de maio de 2000.

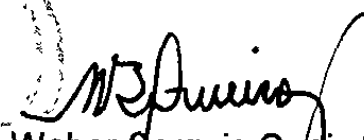

Eugênia Lúcia Silva do Amaral
Diretor da 2ª ICE

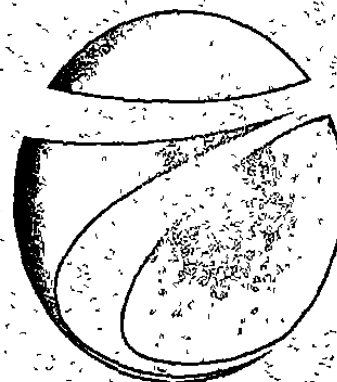

Nelson Ramires Sarubbi
Diretor da 3ª ICE


Ricardo Araújo Ferreira
Diretor da 4ª ICE


José Alexandre M. Pereira
Diretor da 5ª ICE


Mara Ticiania Frota de Accioly Sousa
Diretor da 6ª ICE


Weber Sarquis Queiroz
Coordenador das Unidades
de Controle Externo



**TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ**

Anexos

**ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - EXERCÍCIO - 1999**

TÍTULOS	RECEITA		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	3329 527.874,47	3224.206.798,34	-105.321.076,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	1556 944.702,44	1601 341 428,56	44 396 726,12
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13 000.000,00	13.016 093,10	16 093,10
RECEITA PATRIMONIAL	182.220.734,02	223.315 892,17	41.095.158,15
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1255.513 877,81	1061.784.945,51	-193.728.932,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	321.848.560,20	324 748 439,00	2.899.878,80
RECEITAS DE CAPITAL	1181.091.027,49	1796.127.408,70	615.036.381,21
SOMA	4510 618.901,96	5020 334.207,04	509 715.305,08
DEFICIT	-1106.444.370,04	0,00	1106 444 370,04
TOTAL	5617 063.272,00	5020.334.207,04	-596.729 064,96
TÍTULOS	DESPESA		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CREDITOS ORD E SUPLEMENTARES	4183 839 195,53	3794 556 072,67	-389.283 122,86
CRÉDITOS ESPECIAIS	1433.224.076,47	1091 056 527,96	-342 167 548,51
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	5617 063 272,00	4885.612.600,63	-731 450.671,37
SUPERAVIT	0,00	134.721.606,41	134 721 606,41
TOTAL	5617.063.272,00	5020.334.207,04	-596.729.064,96

**ANEXO 02 - BALANÇO FINANCEIRO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - EXERCÍCIO - 1999**



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ



RECEITAS		DESPESAS	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		FUNÇÃO LEGISLATIVA	39 678.776,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	1 601 341 428,56	FUNÇÃO JUDICIÁRIA	127 148 797,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13 016 093,10		
RECEITA PATRIMONIAL	223 315.892,17	FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2 626 085 943,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1061 784 945,51	FUNÇÃO AGRICULTURA	62 272 697,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	324 748 439,00	FUNÇÃO COMUNICAÇÕES	3 484.066,47
RECEITAS DE CAPITAL	1 796.127 408,70	FUNÇÃO DEFESA NAC. E SEGURANÇA PÚBLICA	183 252 330,73
		FUNÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1 099 439,77
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA	609 084 405,05
RESTOS A PAGAR-PROCES DO EXERCÍCIO	159 790 234,35	FUNÇÃO ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	83 642 571,01
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1 277 111 180,30	FUNÇÃO HABITAÇÃO URBANISMO	76 560 752,09
AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES	789 122.421 92	FUNÇÃO INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	264 748 352,86
		FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO	102 246 304,92
		FUNÇÃO TRABALHO	24 275 660,86
		FUNÇÃO ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	488 457 048,68
		FUNÇÃO TRANSPORTE	193 575 452,16
		EXTRA - ORÇAMENTÁRIA	
		RESTOS A PAGAR-PROCES - 1 EXERC ANTERIOR	156 801 344,64
		RESTOS A PAGAR-PROCES - 2 EXERC ANTERIOR	491 670,30
		SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	7 780 288,48
		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1 236 318 052,21
		AGENTES FINANCEIROS CREDORES	44 741 916 43
		AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES	835 793 843,68
		DIVERSOS RESPONSÁVEIS	71 617,19
		SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE	
		BANCOS E CORRESPONDENTES	29.474 558,24
		ORGÃOS ARRECADADORES	56 040 473,66
TOTAL GERAL	7.253.126.365,46	TOTAL GERAL	7.253.126.365,46

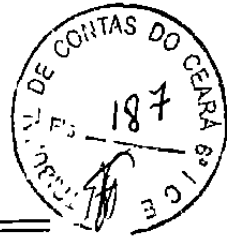
**ANEXO 03 - BALANÇO PATRIMONIAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - EXERCÍCIO - 1999**

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONIVEL		RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS	163 897 748,42
BANCOS E CORRESPONDENTES	29 474 558,24	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	122 813 531,67
ORGÃOS ARRECADADORES	56 040 473 66	OUTRAS ENTIDADES CREDORAS	7.790 300,58
REALIZAVEL		PASSIVO PERMANENTE	
AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES	970 477 388,35	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
		POR CONTRATO	2 477 005 736,99
ATIVO PERMANENTE		DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	
BENS DO ESTADO		POR CONTRATO	837 529 302,41
BENS MOVEIS	136 546 256,25	SOMA DO PASSIVO REAL	3 609 036 620,07
BENS IMOVEIS	451 621 861,11		
CRÉDITOS		PASSIVO COMPENSADO	
DÍVIDA ATIVA	646 556 829,36	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS	668 919 530,30	CREDORES POR BENS EM PODER DO ESTADO	1 462 479,16
VALORES		TÍTULOS EMITIDOS	122 020 557,91
TÍTULOS REPRES DO CAPITAL DE EMPRESAS	4 161 186,87	CONTRAPARTIDA DE VALORES E OBRIGAÇÕES DIVERSAS	
ALMOXARIFADOS	4 443 375,93	CREDORES POR AVAIS, FIANÇAS E OUTRAS GARANTIAS	533.932 874,69
SOMA DO ATIVO REAL	2 968 241 460,07	SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	194 129,51
SALDO PATRIMONIAL	640 795 160,00	RESP POR OUTROS VALORES E OBRIG DIVERSAS	265 888 715,70
PASSIVO REAL DESCOBERTO	3 609 036.620,07		
SOMA			
ATIVO COMPENSADO			
VALORES DE TERCEIROS			
BENS DE TERCEIROS EM UTILIZAÇÃO PELO ESTADO	1 462.479,16		
CAIXA DE TÍTULOS EMITIDOS			
VALORES E OBRIGAÇÕES DIVERSAS	122 020 557,91		
AVAIS, FIANÇAS E OUTRAS GARANTIAS CONCEDIDAS	533 932 874,69		
RESPONSÁVEIS POR SUPRIMENTOS DE FUNDOS	194 129,51		
OUTROS VALORES E OBRIG DIVERSAS	265 888 715,70		
TOTAL GERAL	4.532.535.377,04	TOTAL GERAL	4.532.535.377,04

**ANEXO 04 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - EXERCÍCIO - 1999**



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ



VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1 601 341 428,56	DESPESAS DE CUSTEIO	976 697 887,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13 016 093,10	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 564 697 149,11
RECEITA PATRIMONIAL	223 315 892,17	DESPESAS DE CAPITAL	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 061 784 945,51	INVESTIMENTOS	287 107 607,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	324 748 439,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	201 617 691,84
RECEITAS DE CAPITAL	1 796 127 408,70	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 855 492 265,50
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	118 181 670,63	COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	13 576 356,09
AMORTIZAÇÃO OU RESGATE DE EMPRÉSTIMOS TOMADOS	614 926 627,01	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	1 206 517 324,08
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS	196 333 641,40		
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	46 722 933,33	TOTAL	6 105 706 280,80
TOTAL	5 996 499 079,41	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	199 486 271,19	ANISTIA DE CRÉDITOS	1 333,99
INSCRIÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS	383 039 319,82		
INSCRIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	12 116 504,72	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS	6 123 469,66
CARTEIRA IMOBILIÁRIA	370 922 815,10	ENCAMP. OU RESTABELEC. DE DIV. PASSIVAS	
INCORPORAÇÃO DE BENS		ENCAMPAÇÃO DE DÍVIDAS PASSIVAS	144,32
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	31 558 715,78	SAÍDA DE MATERIAIS	66 317 062,75
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	46 056 787,48	CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA PÚBLICA	1 079 155 285,63
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	5 236 877,82	DIVERSAS	
CANCELAMENTO DE OUTRAS DÍVIDAS PASSIVAS	435 405 375,60	BAIXA DE RESTOS A PAGAR	157 293 014,94
DIVERSAS		BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	258 736 749,26
BAIXA DE RESTOS A PAGAR	157 293 014,94	BAIXA DE DIREITOS	370 994 432,29
BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	615 061,56	DESINCORPORAÇÃO DE BENS	240,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	7 255 190 503,60	DESINCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	81 529 088,79
DÉFICIT	870.666.598,83	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	8 125 857 102,43
TOTAL GERAL	8.125.857.102,43	TOTAL GERAL	8.125.857.102,43

**ANEXO 05 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS - EXERCÍCIO DE 1999**



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ



RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	1.029.513.107,73	718.499.768,24	-311.013.339,49	CRÉDITOS ORDINÁRIOS E SUPLEMENTARES	1 730 466 574,52	1 107 351 413,55	-623 115 160,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	62 794 728,45	33 730 669,18	-29.064.059,27				
REC. DE CONTRIBUIÇÕES	78 019 256,03	58 785 286,50	-19 233.969,53	CRÉDITOS ESPECIAIS	179 985.334,24	60 601 529,20	-119 383 805,04
RECEITA PATRIMONIAL	3.879 181,09	5 418.057,94	1.538 876,85				
RECEITA AGROPECUÁRIA	58 100,00	18 248,30	-39.851,70				
RECEITA INDUSTRIAL	81 372 00	22 673,05	-58 698,95	SOMA	1 910 451 908,76	1 167 952.942,75	-742 498 966,01
RECEITA DE SERVIÇOS	14 575 815,19	11.687 770,00	-2.888 045,19				
TRANSF. CORRENTES	814.183 581,34	558.448 304,20	-255 735.277,14				
OUTRAS REC. CORRENTES	55 921 073,63	50.388 759,07	-5.532 314,56	SUPERAVIT	0,00	9 771 456,75	9.771 456,75
RECEITAS DE CAPITAL	687 535 250,11	459 224 631,26	-228 310 618,85				
SOMA	1.717 048 357,84	1 177 724.399,50	-539 323 958,34				
DEFICIT	-193 403 550,92	0,00	193 403.550,92				
TOTAL	1.910.451.908,76	1.177.724.399,50	-732.727.509,26	TOTAL	1.910.451.908,76	1.177.724.399,50	-732.727.509,26

**ANEXO 06 - BALANÇO FINANCEIRO
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS - EXERCÍCIO DE 1999**

RECEITAS		DESPESAS	
ORÇAMENTÁRIA	1.177.724.399,50	ORÇAMENTÁRIA	1.167.952.942,75
RECEITAS CORRENTES	718.499.768,24	FUNÇÃO JUDICIÁRIA	10.634.102,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.730.669,18	FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	28.571.949,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	58.785.286,50	FUNÇÃO AGRICULTURA	5.114.399,81
RECEITA PATRIMONIAL	5.418.057,94	FUNÇÃO COMUNICAÇÕES	3.600.595,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.248,30	FUNÇÃO DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	33.983.433,94
RECEITA INDUSTRIAL	22.673,05	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA	238.766.918,55
RECEITAS DE SERVIÇOS	11.687.770,00	FUNÇÃO ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	77.202.782,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	558.448.304,20	FUNÇÃO HABITAÇÃO E URBANISMO	30.232.405,39
OUTRAS REC. CORRENTES	50.388.759,07	FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	234.318.269,00
RECEITAS DE CAPITAL	459.224.631,26	FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO	168.003.162,51
		FUNÇÃO ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	180.188.297,22
		FUNÇÃO TRANSPORTE	157.336.626,13
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	107.033.573,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	97.038.040,17
RESTOS A PAGAR PROC. DESTE EXERCÍCIO	48.639.965,73	RESTOS A PAGAR PROCES - 1 EXERC. ANTERIOR	39.049.520,59
DEPÓSITOS DE DIV. ORIGENS	58.393.607,56	RESTO A PAGAR - PROCES - 2 EXERC. ANTERIOR	67.825,50
		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	57.920.694,08
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	99.250.010,64	SALDO P/ EXERCÍCIO SEGUINTE	119.017.000,51
CAIXA	7.091,21	CAIXA	
BANCOS E CORRESPONDENTES	98.405.282,66	BANCOS E CORRESPONDENTES	119.017.000,51
ÓRGÃOS ARRECADADORES	837.636,77	ÓRGÃOS ARRECADADORES	
TOTAL	1.384.007.983,43	TOTAL	1.384.007.983,43



ANEXO 07 – BALANÇO PATRIMONIAL
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS - EXERCÍCIO DE 1999

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	119 017 492,73	PASSIVO FINANCEIRO	52 182 907,64
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR	49 334 676,43
CAIXA		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2 848 065,08
BANCOS E CORRESPONDENTES	119 017 000,51	ENTIDADES AUTÁRQUICAS CREDORAS	168,13
ÓRGÃOS ARRECADADORES			
REALIZÁVEL	492,22	PASSIVO PERMANENTE	1 034 722,00
AGENTES FINANCEIROS DEVEDORES	54,75	DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS	1 034 722,00
OUTRAS ENTIDADES DEVEDORAS	32,88	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	404,59		
ATIVO PERMANENTE	390 461 048,68	SOMA DO PASSIVO REAL	53 217 629,64
BENS DO ESTADO	98 174 537,20	SALDO PATRIMONIAL	456 260 911,75
BENS MÓVEIS	34 497 475,87	ATIVO REAL LÍQUIDO	509 478 541,39
BENS IMÓVEIS	63 677 061,33	SOMA	66 118 304,38
CRÉDITOS	198 037 569,82	PASSIVO COMPENSADO	
DÍVIDA ATIVA	176 576 533,77	CONTRAPART DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	1 599 081,43
DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS	21 458 167,21	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	1 599 081,43
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS	2 868,84	CREDORES P/ BENS EM PODER DO ESTADO	
VALORES	94 248 941,64	CONTRAPARTIDA DE VALORES NOMINAIS EMITIDOS	
BENS PARA REVENDA	227 584,63	CONTRAPARTIDA DE VAL E OBRIGAÇÕES DIVERSAS	64 519 222,95
TÍTULOS REPRES DO CAPITAL DE EMPRESAS	36 538,15	CREDORES POR AVAIS FIANÇAS E OUTRAS GARANTIAS	64 033 634,22
ALMOXARIFADOS	93 983 318,70	SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	485 588,73
INVEST OU INVERSÕES FINANC A APROPRIAR	1 500,16		
SOMA DO ATIVO REAL	509.478.541,39		
ATIVO COMPENSADO	66.118.304,38		
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	1 599 081,43		
VALORES DE TERCEIROS	1 599 081,43		
BENS DE TERC EM UTILIZ P/ ESTADO			
VALORES NOM EMITIDOS	64 519 222,95		
VALORES E OBRIGAÇÕES DIVERSAS	64 033 634,22		
AVAIS FIANÇAS E OUTRAS GAR CONCEDIDAS	485 588,73		
RESPONSÁVEIS POR SUPR DE FUNDOS			
TOTAL GERAL	575.596.845,77	TOTAL GERAL	575.596.845,77

**ANEXO 08 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS - EXERCÍCIO DE 1999**



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ



ATIVO		PASSIVO	
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1 177 724 399,50	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1 167 952 942,75
RECEITAS CORRENTES	718 499 768,24	DESPESAS CORRENTES	660 549 263,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	33 730 669,18	DESPESAS DE CUSTEIO	548 559 316,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	58 785 286,50	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	111 989 947,40
RECEITA PATRIMONIAL	5 418 057,94	DESPESAS DE CAPITAL	507 403 679,33
RECEITA AGROPECUÁRIA	18 248,30	INVESTIMENTOS	269.460 304,65
RECEITA INDUSTRIAL	22 673,05	INVERSOES FINANCEIRAS	237 859 720,84
RECEITA DE SERVIÇOS	11 687 770,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	83 653,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	558 448 304,20	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	16 051 898,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50 388.759,07	COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	14 683.343,77
RECEITA DE CAPITAL	459 224 631,26	ALIEAÇÃO DE TITULÇOS E VALORES	207 302,18
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		EMPRÉSTIMOS TOMADOS	1 034 722,00
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	203 735.031,55	RECEBIMENTO DE CREDITOS	126 530,29
EMPRESIMOS CONCEDIDOS	114.743 424,95	TOTAL	1.184.004.840,99
AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	6 921.591,43		
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	340 895,17	INDEPENDENTES DA EXEC ORÇAMENTÁRIA	
DIVERSAS	81.729 120,00	DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	
TOTAL	1.381.460.931,05	SAÍDA DE MATERIAIS	48 759.384,57
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE RESTOS A PAGAR	39 117 346,09
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		DESINCORPORAÇÃO DE BENS	102 308 546,78
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA		DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3 743,34
INCORPORAÇÃO DE BENS	35.191.524,15	DESINCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	102 304 803,44
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.794.441,19		
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2 225 293,45	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	1.374.190.118,43
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.569 147,74	SUPERAVIT	88.786.458,95
CANCELAMENTO DE DEPÓSITO	3.412.201,68	TOTAL GERAL	1.462.976.577,38
BAIXA DE RESTOS A PAGAR	133,22		
	39.117.346,09		
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	1 462 976 577,38		
TOTAL GERAL	1.462.976.577,38		



**ANEXO 09 - BALANÇO PATRIMÔNIAL
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - EXERCÍCIO DE 1999**

(R\$ 1 000)

ENTIDADE	ATIVO			PASSIVO					TOTAL
	CIRCU- LANTE	REALIZ A LONGO PRAZO	PERMANENTE	TOTAL	CIRCU- LANTE	EXIGIV A LONGO PRAZO	RESULTADO DE EXERC FUTUROS	PATRIMONIO LÍQUIDO	
EMATERCE	2 725	1 011	599	4 335	8 755	8 240	-	-12 660	4 335
CEASA	627	-	1 020	1 647	253	273	-	1 121	1 647
CEGAS	4 612	-	1 726	6 338	1 481	-	-	4 857	6 338
CEARAPORTOS	151	-	2 138	2 289	740	-	-	1 549	2 289
METROFOR	500	-	63 420	63 920	15 346	-	-	48 574	63 920
CODECE	34 291	287	4 142	38 720	7 098	17 750	-	13 872	38 720
SEPROCE	1 389	314	770	2 473	4 058	377	-	-1 962	2 473
COGERH	3 660	-	43 196	46 856	255	440	-	46 161	46 856
COHAB	375 545	36 625	554	412 724	18 278	423 739	-	-29 293	412 724
CAGECE	54 347	11 000	742 210	807 557	35 806	157 282	-	614 469	807 557
TOTAL	477 847	49 237	859 775	1 386 859	92 070	608 101	-	686 688	1 386 859

Fonte: Balanço Geral do Estado



**ANEXO 10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - EXERCÍCIO DE 1999**

ENTIDADE	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	CUSTO OPERACIONAL	DESPESA OPERACIONAL	RESULTADO OPERAC LÍQUIDO	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	OUTROS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
EMATERCE	24.574	-	25.749	-1.175	-	-	-1.175
CEASA	2.368	-	2.277	91	-	-	91
CEGAS	11.025	8.961	-	2.064	-	-719	1.345
CEARAPORTOS	-	-	-	-	-	-	-
METROFOR	-	-	-	-	-	-	-
CODECE	356	467	4.305	-4.416	-	2.735	-1.681
SEPROCE	16.859	-	18.037	-1.178	430	-	-748
COGERH	4.528	-	10.046	-5.518	1.134	-	-4.384
COHAB	15.348	-	47.527	-32.179	57	-	-32.122
CAGECE	71.994	-	81.157	10.837	-581	-5.742	4.514
TOTAL	147.052	9.428	169.098	-31.474	1.040	-3.726	-34.160

Fonte: Balanço Geral do Estado



ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - EXERCÍCIO DE 1999

(R\$ 1 000)

ENTIDADE	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO AJUSTADO	REVERSÃO DE RESERVAS	LUCRO (PREJUÍZO) LIQ. DO EXERCÍCIO	FORMAÇÃO DE RESERVAS	DIVIDENDOS	OUTROS	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
EMATERCE	-22 522	-	-22 522	-	-1 175	-	-	-	-23 697
CEASA	184	-	184	-	91	-17	-	-	258
CEGAS	632	-	632	-	1 345	-74	-194	-	1 709
CEARAPORTOS	1 000	-	1 000	-	-	549	-	-	-1 549
METROFOR	4 518	-	4 518	-	-	-	-	44 056	48 574
CODECE	-7 510	-360	-7 890	-	-1 881	-	-	-268	-9 839
SEPROCE	-1 336	-	-1 336	-	-748	-	-	-	-2 084
COGERH	-4 127	-	-4 127	-	-4 384	-	-	-	-8 511
COHAB	-27 658	979	-26 679	-	-32 122	-	-	-	-58 801
CAGECE	-9 426	-50	-9 478	-	4 514	-	-	404	-4 558
TOTAL	-66 245	549	-65 696	-	-34 160	458	-194	44 182	-55 400

Fonte: Balanço Geral do Estado



ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DE RECURSOS
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - EXERCÍCIO DE 1999

(R\$ 1 000)

O R I G E M S D E R E C U R S O S								
ENTIDADE	LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	AUMENTO DE CAPITAL	REDUÇÃO DO ATIVO REAL. A LONGO PRAZO	REDUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	ACRESCIMO DO PASS. EXIGIVEL A LONGO PRAZO	OUTROS	TOTAL
EMATERCE	-	93	-	-	-	445	-	538
CEASA	91	104	-	-	-	237	-	432
CEGAS	1 345	259	-	-	-	-	-	1.604
CEARAPORTOS	-	549	-	-	1	-	-	550
METROFOR	-	-	-	-	-	-	44 055	44.055
CODECE	-	375	22	167	-	-	5 430	5.994
SEPROCE	-	391	-	-	-	-31	-	380
COGERH	-	590	2 482	-	2 328	-	8.522	13.922
COHAB	-	103	-	348 602	-	70 612	-	419.317
CAGECE	4 514	17 799	-	1 469	3 501	34 694	20 931	82.908
TOTAL	5.950	20.263	2.504	350.238	5.830	105.957	78.938	569.680

Fonte: Balanço Geral do Estado



ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - EXERCÍCIO DE 1999

ENTIDADE	A P L I C A Ç Õ E S D E R E C U R S O S							TOTAL
	PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	DIVIDENDOS	ACRÉSCIMO NO ATIVO PERMANENTE	ACRÉSCIMO NO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	REDUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	OUTROS	VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	
EMATERCE	1 174	-	45	33	-	64	-778	538
CEASA	-	-	459	-	-	-	-27	432
CEGAS	-	319	200	0	0	0	1.085	1.604
CEARAPORTOS	-	-	686	-	-	-	-136	550
METROFOR	-	-	53 826	-	-	-	-9.771	44.055
CODECE	1 681	-	-	191	253	-	3.869	5.994
SEPROCE	748	-	49	-	-	-	-437	380
COGERH	4.3384	-	11 078	-	2 042	-	-3.582	13.922
COHAB	32 122	-	4	1 102	39 153	-	346.836	419.317
CAGECE	-	-	58 738	-	11 732	-	12.438	82.908
TOTAL	40.109	319	125.085	1.326	53.180	64	349.597	569.680

Fonte: Balanço Geral do Estado



PROCESSO Nº 1300/2000

FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO EXMO
SR CONSELHEIRO RELATOR. DR JÚLIO
RÊGO.

EM 17 105 12000

MARGARIDA MARIA BARREIRA COSTA
SECRETÁRIA

**PROCESSO Nº 01300/2000-4****RESOLUÇÃO Nº 1802 /2000**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, reunido, nesta data, em sessão plenária especial, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso I do art. 76 da Constituição Estadual e pelo art. 42 da Lei nº 12.509/95, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da Administração Estadual está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública (Leis nºs. 4.320/64 e 6.404/76) e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Operacional e Econômica no exercício de 1999;

CONSIDERANDO que este Parecer não condicionará o julgamento das contas dos demais Administradores do Setor Público Estadual, inclusive das Entidades da Administração Indireta e Fundações;

CONSIDERANDO que ao Poder Legislativo, unidade política e supremo mandatário da soberania popular, órgão máximo do controle externo dos atos do Governo, compete proferir o julgamento definitivo sobre a importante matéria;

CONSIDERANDO que a Prestação de Contas, relevadas imprecisões e falhas formais, reflete às normas legais e lisura da condução da execução orçamentária, financeira e patrimonial;

CONSIDERANDO o mais que dos autos consta,

É DE PARECER que a Augusta Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprove as Contas de Gestão apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governado TASSO RIBEIRO JEIREISSATI, relativas ao exercício de 1999.

SALA DAS SESSÕES, em 06 de junho de 2000.

PRESIDENTE. _____

RELATOR: _____

Handwritten signatures and notes:
 Tasso Ribeiro Jeireissati - Para encerramento
 J. F. de Almeida - Para encerramento
 J. F. de Almeida - Para encerramento
 J. F. de Almeida - Para encerramento

AO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EM 06/06/2000
Irama Suleman
SUBSECRETARIO

EXTRAIDA COPIA DA DECISAO
Em 06 de 06 de 2000
CONFERE -
DIRETOR DA D. A.

A62 INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO
EM 07/06/2000
Irama Suleman
SUBSECRETARIO

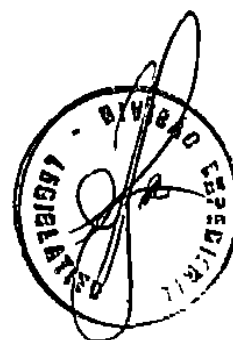
Feitas as devidas anotações
6ª 07/06/2000


Diretor



DECRETO LEGISLATIVO 2/2001
**PROTOCOLO DE ENTRADA DO
EXPEDIENTE LEGISLATIVO.**

Em 27/3 Rec. Por: *marcia*



APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
em 29 de Maio de 2001
[Signature]

**Aprova as contas apresentadas pelo
Senhor Governador do Estado alusivas
ao exercício de 1999.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
DECRETA:**

Art.1º - Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 1999 (mil novecentos e noventa e nove).

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
CEARÁ, em Fortaleza, aos 15 de dezembro de 2000.**

[Signature]

**DEPUTADO MAURO FILHO
PRESIDENTE**

[Signature]

**DEPUTADO VALDOMIRO TÁVORA
RELATOR**

[Signature]

MEMBROS

[Signature]

[Signature]

[Signature]

DECLARAÇÃO

FEITA EM 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

EM 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

DECLARANDO

QUE A PROPOSTA DE LEI Nº 100/2000

FOI LIDEADA EM 28/3/2000

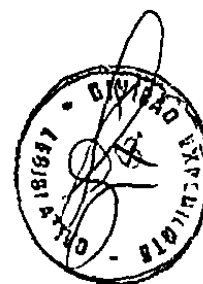
PELO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

E NÃO À COMISSÃO

DECLARANDO AO AUTOR DA PROPOSIÇÃO

Em 28/3/2000

PRESIDENTE/SECRETÁRIO



PUBLICADO

Em 28 de 3 de 2000

[Signature]

De acordo com o art. 43

Relevo o encaminhamento

à Comissão e Finanças

Em 28/3/2000

PRESIDENTE

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº02/2001

Aprova as Contas apresentadas pelo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 1999.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art 19, item I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 1999 (mil novecentos e noventa e nove).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de abril de 2001.

PRESIDENTE

RELATOR



DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, de 04 de abril de 2001.

Aprova as Contas apresentadas pelo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 1999.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, item I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 1999 (mil novecentos e noventa e nove).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de abril de 2001.

	DEP. WELINGTON LANDIM
	PRESIDENTE
	DEP. VASQUES LANDIM
	1º VICE-PRESIDENTE
	DEP. JOSÉ SARTO
	2º VICE-PRESIDENTE
	DEP. MARCOS CALS
	1º SECRETÁRIO
	DEP. GIOVANNI SAMPAIO
	2º SECRETÁRIO
	DEP. EUDORO SANTANA
	3º SECRETÁRIO
	DEP. DOMINGOS FILHO
	4º SECRETÁRIO

PROVIDENCIADO O DECRETO
LEGISLATIVO Nº. 02/2001
EM 4/4/2001
Quaracian

DECRETO LEGISLATIVO
Nº. 436 DE 4/4/2001 - DO. 06.4.2001
Quaracian

ATIVIDADE SE
DIV EX LEGISLATIVO
EM 3/3/2001
Quaracian

DIVERSO
